



revistavox.metropolitana.edu.br
edição 01 - agosto 2019

FACULDADE
METROPOLITANA

REVISTA VOX
METROPOLITANA



Revista Científica da Faculdade
Metropolitana da Grande Recife

A **Revista Vox Metropolitana** é uma publicação semestral da **Faculdade Metropolitana da Grande Recife (FMGR)** voltada para a publicação de trabalhos acadêmicos por parte de professores e alunos dos cursos de graduação e pós-graduação desta e de outras instituições de ensino.

A **Revista Vox Metropolitana** está aberta para publicações de artigos, notas técnicas, revisões, comunicações breves, resenhas e outros trabalhos acadêmicos, com o objetivo de compor suas edições.

Sua natureza apresenta foco multidisciplinas, publicando trabalhos diversos e resultados de pesquisas realizadas nas mais diversas áreas da ciência.

Revista Vox Metropolitana

<https://revistavox.metropolitana.edu.br>

revistavox@metropolitana.edu.br

Faculdade Metropolitana da Grande Recife

Av. Barreto de Menezes, 809, Piedade

Jaboatão dos Guararapes/PE

CEP: 54.410-100

Fones: 0800 500 0500 (81) 2128-0500

Redes Sociais: fb.com/fmgrecife | instagram.com/fmgrecife

Editor Chefe

Arandi Maciel Campelo

Editores Associados

Danilo Rafael da Silva Mergulhão

Eduardo de Moraes Xavier de Abreu

Eline Isobel da Cunha Souza

Erinaldo Ferreira do Carmo (UFPE)

Fábio José de Araújo Pedrosa (UPE)

Gleydson Rocha de Souza

Hermes Magalhães Junior

Maria Emília Miranda de Oliveira Queiroz

Sérgio de Galvão Couto

Sthênio José Ferraz Magalhães

Susimary Leitão da Silva Lima

Tânia Macedo Costa

Revisor (gramática)

Eronildo Ferreira do Carmo

Revisor (diagramação)

Valber Marcel Bueno

Artigo: A importância do brincar no primeiro setênio sob a perspectiva da pedagogia Waldorf	5
Artigo: Breve discussão sobre um caso de danos e implicações jurídicas em que uma fiel iurdiana sentiu-se lesada	19
Artigo: Comunicação como fator diferencial: a visão dos alunos de uma instituição de ensino em Jaboatão dos Guararapes	34
Artigo: Análise da implantação do fluxo de caixa: um estudo aplicado a uma microempresa do ramo de calçados	49
Artigo: Inclusão de criança com paralisia cerebral na educação infantil: um estudo de caso na perspectiva arquitetônica	65
Artigo: Perfil da produção dos núcleos ampliados de saúde da família e atenção básica do município de Recife	81
Artigo: Segurança do trabalho e custos da qualidade: uma avaliação empírica em uma empresa de perfurações e sondagens	97
Artigo: Um estudo sobre a perspectiva da liderança em uma empresa familiar	113
Artigo: Um olhar psicopedagógico no ensino superior	125
Resumo Ampliado: Fratura de escafoide: um estudo de caso	138
Resumo Ampliado: Marmita vegana: um caso de empreendedorismo em Pernambuco	142
Resumo Ampliado: Tendinopatia do ombro: um estudo de caso	146

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NO PRIMEIRO SETÊNIO SOB A PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA WALDORF

Tércia Jaqueline de Souza Coêlho¹

Adryanne Maria Rodrigues Barreto de Assis²

RESUMO

O presente artigo foca em analisar a importância do brincar na fase do 1º setênio, ou seja, entre 3 e 7 anos de idade, sob a perspectiva da Pedagogia Waldorf. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 4 professoras atuantes na Escola Waldorf Recife, as quais responderam perguntas que tinham como foco a importância do brincar, o uso de brinquedos e brincadeiras em sala de aula, a diferença do brincar entre alunos da Educação Infantil e os do Ensino Fundamental, pertencentes ao 2º setênio, e a relação do brincar com o fazer pedagógico. Foi verificado que as docentes participantes da pesquisa acreditam e defendem a ação do brincar livre para um desenvolvimento pleno da criança no primeiro setênio, ou seja, um brincar que faça uso da criatividade e da imaginação, assim como defendem Rosely Sayão (2011), Donald Winnicott (1975) e Steiner (1923).

Palavras-chave: Pedagogia Waldorf. Brincadeiras. Primeiro setênio. Educação Infantil.

Data de submissão: 29/03/2019

Data de aprovação: 30/04/2019

INTRODUÇÃO

As reflexões sobre a educação no Brasil passaram por várias transformações nos últimos tempos, mas na prática verifica-se que pouca coisa mudou em relação às práticas obsoletas e descontextualizadas que distanciam o aluno da vida prática, por exemplo. Algumas escolas não demonstram muita preocupação com a formação integral do ser humano, mas sim em atender as demandas do mercado de trabalho, resumindo-se ao conhecimento superficial e tradicional, formando pessoas que não conseguem realizar-se socialmente.

A humanidade necessita de uma educação libertadora e precisa de educadores com visão emancipadora que possibilitem transformar as informações em conhecimento

¹ Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade Metropolitana da Grande Recife: terciassis97@gmail.com

² Mestra em Educação Matemática e Tecnológica. Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade Metropolitana da Grande Recife: adryanne@gmail.com

e consciência crítica para formar cidadãos sensíveis que interfiram positivamente e que busquem uma sociedade mais justa, mais produtiva e mais saudável para todos.

A Pedagogia Waldorf apresenta-se, nesse contexto, como um sistema pedagógico que parece corresponder com as demandas da sociedade.

O sistema educativo da Pedagogia Waldorf data de 1919 e diferencia-se de outras teorias pedagógicas por basear-se numa profunda observação do ser criança e das condições necessárias para o bom desenvolvimento delas.

A Pedagogia Waldorf se organiza quanto à educação, dando importância às fases do desenvolvimento em setênios - períodos de sete em sete anos - e o currículo é elaborado com o desenvolvimento de cada fase. Na Educação Infantil o convívio com a natureza é oportunizado, havendo um trabalho de preparação para a aprendizagem com atividades que priorizam a fantasia e a criatividade.

Para tanto, é importante que o professor que lá atue seja um bom profissional, mas que não domine apenas os conteúdos específicos, e sim que tenha também metodologias na missão de contribuir no acesso ao saber dos alunos, não sendo este saber somente de algumas matérias, mas o saber para a vida.

A partir do conhecimento desta Pedagogia, muitas escolas poderiam beneficiar-se de seus fundamentos, visto que muitos pais, professores e alunos sentem-se desajustados e insatisfeitos com a educação hoje em dia. Sobre isto, Freitas (2009, p. 188) expõe a insatisfação com a qualidade da educação que é grande e contínua, distante do que a sociedade almeja, haja vista os ainda baixos indicadores do Índice do Desenvolvimento da Educação Básica, de acordo com as fontes governamentais.

Atualmente, cada vez mais cedo, observam-se indicativos de estresse nas crianças, conforme cita Lipp (2002).

Os sintomas de estresse mais prevalentes em crianças são: aparecimento súbito de comportamentos agressivos que não são representativos do comportamento da criança no geral; desobediência inusitada; dificuldade de concentração, depressão, ansiedade, enurese, gagueira, dificuldades de relacionamento, dificuldades escolares, pesadelos, insônia, birras e até o uso indevido de tóxicos. Dentre os problemas físicos relacionados ao estresse, encontra-se: asma, bronquite, hiperatividade motora, doenças dermatológicas, úlceras, obesidade, cáries, cefaleia, dores abdominais, diarreia, tiques nervosos, entre outros. [...] pais e professores menos avisados se irritam com a criança que exhibe mudanças súbitas de comportamento ou queda do rendimento escolar. A atitude de cobrança dos adultos em situações como esta tende a agravar a situação, pois se torna mais uma fonte de estresse para a criança já confusa e estressada [...] (LIPP, 2002, p. 02)

Nesse sentido, é característica da Pedagogia Waldorf a intenção de proporcionar ao aluno o desabrochar de suas capacidades, auxiliando para que cada um seja capaz de

tomar a vida nas próprias mãos, e isso é demonstrado logo na primeira infância, através do que para muitos é um simples brincar, mas a criança já consegue desenvolver autonomia de forma livre e aprende a se desenvolver socialmente.

A Pedagogia Waldorf foi apontada pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - como a pedagogia capaz de responder aos desafios educacionais, principalmente nas áreas de grandes diferenças culturais, visto que seus princípios podem ser implantados em diversas realidades.

Com base nesse cenário, este estudo se propõe a compreender, a partir da perspectiva da Pedagogia Waldorf, uma análise da importância do brincar para o desenvolvimento integral na primeira infância.

No decorrer deste trabalho serão expostos: o desenvolvimento físico-motor e afetivo das crianças através do brincar e as práticas e fundamentos da Educação Infantil, sob a perspectiva Waldorf.

O interesse pelo tema surgiu através da oportunidade de atuar como estagiária em um jardim Waldorf, na função de auxiliar de professora, tendo vivenciado a pedagogia Waldorf como um meio de desenvolvimento infantil que difere das outras escolas, focando na autoeducação e no bem estar físico e espiritual da criança.

A PEDAGOGIA WALDORF

A Pedagogia Waldorf foi criada pelo pensador austríaco Rudolf Steiner e tem suas bases na pesquisa científico-espiritual da Antroposofia.

Conforme Garcia (2014, p. 18), “Anthropos” significa homem e “Sophia” sabedoria ou o conhecimento da ideia divina, que só pode ser observada com a alma”. Considerando vida e matéria, Steiner pôde observar mais completamente a realidade do homem a partir dessa ciência.

Compreende-se, então, que a fundamentação do trabalho de Steiner se deu na forma de entender o ser humano.

Lanz (1990, p. 13) expõe que “a Antroposofia enfoca o ser humano sob um ângulo mais amplo, embora seu raciocínio e seus métodos não deixem de ter o mesmo rigor científico”. Nessa perspectiva, a prática antroposófica está ligada ao autodesenvolvimento, levando o homem ao pensar livre, proporcionando libertação. Considerando todos os aspectos da realidade humana, esta ciência considera o homem como união de matéria e espírito.

Como resultado da Antroposofia, a Pedagogia Waldorf visa o preparo social, cognitivo e espiritual da criança para o mundo. (LANZ, 1979).

Desde pequeno Steiner demonstrou ter um espírito científico pesquisador, estudando o funcionamento das coisas com entusiasmo. Através de muito estudo, baseado nas necessidades vistas a partir das problemáticas sociais e ecológicas, Steiner idealizou a Pedagogia Waldorf.

Sendo assim, a base do currículo da Pedagogia Waldorf é o desenvolvimento da criança. A educação que move essa pedagogia é a que visa colaborar com as necessidades atuais e futuras do homem.

De acordo com Marinis (2015), o modelo escolar proporcionaria o desenvolvimento do pensamento vivo e global, colaborando com a capacidade de tomada de decisões, atuação autônoma na vida e em questões sociais, além da evolução do ser humano em todos os seus aspectos: físicos, anímicos, afetivo-emocionais e sociais.

Entendemos, então, que a maneira de abordar o aluno, não somente pelo aspecto intelectual, porém de maneira mais abrangente, é o que diferencia a Escola Waldorf das demais escolas.

Nas Escolas Waldorf o desenvolvimento vai além do intelectual. É mais que uma preparação para o futuro profissional, pois o que se busca é dar o suporte necessário para que o aluno possa encarar os desafios e de atuar ajudando o próximo. O intuito é trabalhar o emocional do indivíduo em busca de alternativas para a qualidade de vida, unindo bem estar físico e emocional.

Segundo Fernandes (2006), essas bases são fundamentais para uma educação com saberes para a vida.

Na educação, isso significa desenvolver na criança as bases para um pensamento claro e preciso, isento de preconceito e dogmas, o que leva à liberdade, sentimentos autênticos não massificados e que respeitem os demais, num marco de igualdade e respeito de direitos e obrigações, é uma capacidade vigorosa de sustentar responsavelmente a fraternidade na vida econômica do futuro. (FERNANDES, 2006 apud GARCIA, 2014, p. 22)

Quando fundou a primeira Escola Waldorf, Steiner apontou algumas premissas: a formação em doze anos; o acolhimento de todas as crianças independente de culturas, religião ou gênero ou dificuldades intelectuais; a autonomia de professores que deveriam ir além de educadores, também participando da gestão escolar; e que as famílias que tivessem condições financeiras estabilizadas deveriam pagar uma mensalidade, uma vez que a escola não teria fins lucrativos.

Dentro desse contexto, foi considerada como o primeiro exemplo de escola comunitária na Alemanha, sendo a primeira Escola Waldorf inaugurada em sete de fevereiro de 1919, em Stuttgart.

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NO PRIMEIRO SETÊNIO NA PERSPECTIVA WALDORF

O Primeiro Setênio

A Pedagogia Waldorf organiza-se em fases chamadas de setênio. São elas: 1º, 2º e 3º setênio. No presente trabalho lançaremos o olhar para a fase inicial.

O primeiro setênio refere-se ao período de 0 (zero) aos 7 (sete) anos de idade, correspondendo à Educação Infantil e o início do Ensino Fundamental. Nessa fase a criança está na formação do corpo físico e todas as suas forças estão concentradas nos seus processos vitais: andar, comer, dormir e crescer.

A criança, nesse período, aprende através dos exemplos, imitando tudo o que a envolve, descobrindo e conhecendo o mundo de forma prazerosa, sem pressão, medo ou trauma. Tudo acontece naturalmente, ocasionando um amadurecimento tranquilo e seguro.

Os três primeiros anos da criança, de acordo com Steiner (1923), são fundamentais para o desenvolvimento total do homem, pois “nos três primeiros anos o homem aprende muito mais na vida do que em três anos acadêmicos” (STEINER, 1923, p. 4).

Quando pequena, a criança é muito aberta quando se refere ao mundo. Tudo o que permeia o ambiente é acolhido e há uma confiança sem limitações.

A fantasia aparece claramente aos quatro anos de idade. Nessa fase, já conseguem criar suas próprias brincadeiras e transformam tudo ao seu redor em um enorme mundo imaginário, tornando o brincar em um ato intencional.

Aos sete anos as transformações são mais profundas. Seu corpo vai crescendo de forma proporcional, mostrando uma mobilidade elástica, e a autonomia já é vista de forma bastante clara em seu corpo e atos.

O brincar dentro do primeiro setênio está descrito nessas fases:

- a) Por volta de 0-3 anos: a criança e o mundo são um só. Brinca sozinha. “brincar egoísta”;
- b) Por volta de 4-5 anos: inicia o brincar com o outro. Início da fantasia;

c) Por volta de 6-7 anos: o brincar já é movido com meta e planejamento.

Nos grupos de jardim de infância nas Escolas Waldorf as crianças têm idades mistas, pois, nessa perspectiva, atuam da mesma forma como numa família onde há crianças com idades diferentes.

Imitação

No primeiro Setênio o importante é fornecer às crianças um mundo rico a ser imitado. Tudo o que elas recebem nesse momento é absorvido e assimilado rapidamente. A maneira de falar, agir, se dirigir às pessoas, a postura e reações são registradas pelas crianças por toda a vida. Conforme cita Heckman (2008):

A criança imita tudo o que vê, seja bom ou ruim, quanto menor ela é, mais espontânea é a imitação. Criança com menos de três anos apoiam-se no modo como o mundo circundante age. É comumente inútil tentar um diálogo racional com ela. A criança precisa fazer algo. (HECKMANN, 2008, p. 11)

Sendo assim, o professor precisa se autoeducar diariamente, buscando sempre estar consciente de suas atitudes e na maneira de como lida com as situações e atividades realizadas diariamente. É na imitação do outro que a criança se constrói.

Os brinquedos e o brincar

Para a Pedagogia Waldorf é fundamental que a criança desenvolva sua criatividade livremente e que para isso exista a possibilidade de convivência em ambientes internos e externos. Em cada sala de “Jardim” deve ter brinquedos e uma área com árvores com pequenos desafios para que diariamente ela descubra um novo segredo.

Para a criança os objetos devem ser o que parecem ser. Só haverá um entrosamento da criança com o objeto se ele for simples, pois assim ela ativa sua fantasia. Ao brincar com uma boneca Waldorf (simples), ela faz um esforço para imaginar suas expressões. O desenvolvimento da fantasia da criança é tão importante quanto seu movimento físico.

A criança acaba tendo sua criatividade atrofiada quando adquire brinquedos prontos e de alto valor financeiro, pois a brincadeira limita-se e o brinquedo se torna sem valor, diminuindo a possibilidade de criação a partir dele.

Segundo Ignácio (1995, p. 29), “o galho de uma árvore, a conchinha do mar, um pedaço de bambu, ou mesmo uma pedrinha, mostram em sua forma o respirar da natureza”, ou seja, há uma infinidade de materiais naturais que podem ser utilizados

pelas crianças nas brincadeiras. Um exemplo são os toquinhos de madeira em formas diversas e com irregularidades, em que a criança precisa resolver problemas o tempo todo na intenção de empilhá-los. Esses mesmos toquinhos servem como colherinhas, carrinhos, microfones, barquinhos, escovas de cabelo e, como outros materiais, as crianças os transformam em várias coisas naquele momento, no intuito de realizar sua vontade.

Os panos também são muito utilizados pelas crianças. Elas criam cabanas, roupas, dançarinas, príncipe, princesa, pai e mãe. E o cuidado com esses materiais deve ser demonstrado pelo professor para as crianças, lavando junto com elas e costurando quando necessário.

Quenga de coco, sementes, bambu, galhos, tudo pode se tornar artigo de cozinha. Bonecos e animais podem ser feitos de crochê, tricô e feltro. Ao animal é dado a sua forma original, não podendo ser personificado.

Concordando ainda com Ignácio (1995), pode-se afirmar que o brincar, para as crianças, é o mesmo que trabalhar para o adulto. É brincando que a criança descobre o mundo. Seu brincar surge de dentro, e assim, ela imita o trabalho e os gestos dos adultos. O brincar é uma necessidade orgânica da criança.

Com base nessa discussão, a Proposta Educacional Waldorf para a Educação Infantil alerta que:

O brincar da criança é a manifestação mais profunda do impulso que a conduz ao fazer, sendo que neste fazer o homem tem sua verdadeira essência humana. Não seria possível imaginar uma criança que não desejasse ser ativa como é quando brinca, pois o brincar representa a liberação de uma atividade do ser humano. (PROPOSTA EDUCACIONAL WALDORF PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, 1999, p. 31).

O brincar das crianças no jardim de infância deve auxiliar no desenvolvimento de sua criatividade permitindo que a criança se movimente, tenha ritmo, possa conviver no espaço. Esse brincar livre na Pedagogia Waldorf, de acordo com a maturidade etária e as capacidades particulares de cada criança, age como um excelente estimulador.

Como dito, o brincar contribui no processo autoeducativo da criança, propiciando flexibilidade, criatividade e autonomia. Brincando a criança se exercita, supera, elabora e cria desafios. Assim, não devemos confundir o brincar livre com o “aprender brincando”. Sobre isto, o criador da Pedagogia Waldorf alerta:

Não podemos cair no erro de criar uma educação estetizante, dizendo que a criança deve “aprender brincando”. Essa é uma das piores maneiras de falar no assunto, pois uma pessoa educada desse modo se tornaria alguém que levaria a vida na brincadeira (...). Para a criança saudável, brincar não é absolutamente 'brincadeira', mas sim algo muito sério. Na infância, o brincar

jorra da organização humana com verdadeira seriedade (STEINER, 2000 apud MANZANO, 2005, p. 12).

Também no “Jardim Waldorf” é importante ter árvores baixas para poderem subir, cordas para balançar, troncos irregulares para se equilibrar, pois dessa forma a criança também cria autoconfiança, superando seus próprios desafios e conquistando aos poucos mais equilíbrio.

A presença do professor nesse processo é essencial. Ele deve sempre ser um exemplo digno a ser seguido, imitado, ou seja, enquanto as crianças brincam, o adulto deve fazer algum trabalho útil para a vida do grupo. Pode consertar algum brinquedo, costurar uma boneca ou fazer roupinhas para ela. Pode cozinhar, fazer pão ou bolo. Todos os ofícios primordiais do ser humano devem entrar na sala de aula. A criança quer vivenciar o adulto como uma pessoa trabalhando. Ela quer imitar esse trabalho, os gestos, a mímica, a dedicação interior (IGNÁCIO, 1995, p. 23).

OBJETIVOS

Objetivo geral

Analisar a importância do brincar para o desenvolvimento integral na primeira infância (3-7 anos), sob a perspectiva Waldorf.

Objetivos específicos

- a) Verificar como professores do “Jardim de Infância” (3-7 anos) percebem o ato de brincar;
- b) Descrever brincadeiras apropriadas para esta fase de desenvolvimento, numa perspectiva Waldorf;
- b) Analisar como e quando são direcionadas atividades de brincadeiras pedagógicas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada na Escola Waldorf Recife, focando na importância do brincar na primeira infância (entre 3 e 7 anos), observando as crianças e as professoras no ambiente escolar.

Este estudo é exploratório, descritivo e de natureza qualitativa. No que se refere à abordagem, caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, pois este não possui a intenção de quantificar os dados. Segundo Minayo (1994, p. 21), consiste em:

[...] trabalhar com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Conforme Danton (2002), a respeito do caráter descritivo, o autor explicita que o intuito é observar, registrar e analisar fenômenos, sem manipulá-los, sendo, portanto, um aspecto muito utilizado neste estudo.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro professoras atuantes do Jardim de Infância da Escola Waldorf Recife.

As entrevistas focaram nos seguintes pontos: 1) entendimento e importância sobre o ato de brincar; 2) relação do brincar na fase do 1º Setênio; 3) brinquedos e brincadeiras apropriadas para crianças de 3 a 7 anos de idade; e 4) diferenças entre o brincar com foco pedagógico e o “brincar livre”.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A entrevista foi realizada com as quatro professoras das salas de Jardim de Infância da Escola Waldorf Recife, as quais são identificadas no quadro a seguir.

Quadro 01- Professoras participantes da pesquisa

Professoras	Formação	Tempo de atuação
P1	Licenciatura em Letras	6 anos
P2	Pedagogia com especialização em Pedagogia Waldorf	15 anos
P3	Pedagogia com especialização em Pedagogia Waldorf	6 anos
P4	Jornalismo	5 anos

Fonte: as autoras.

Destacamos aqui que nem todas as professoras pesquisadas possuem formação específica docente. Contudo, conforme dito por elas, todas fazem um curso de especialização voltado para a proposta pedagógica da escola: a Pedagogia Waldorf. As que não possuem graduação em pedagogia estão se organizando para iniciar o curso.

Entendimento e importância sobre o ato de brincar

Todas as docentes foram questionadas quanto ao seu entendimento sobre o brincar e a importância desta ação para crianças da Educação Infantil, se há diferenças da importância do brincar nesta fase pesquisada e para crianças maiores, além de serem indagadas sobre os brinquedos e brincadeiras importantes nesta faixa etária e o tempo que é dedicado a esta ação na escola.

Quando questionadas sobre o que entendiam sobre o „brincar“ as respostas foram unânimes. Todas as professoras descreveram o brincar como o trabalho da criança, no qual ela tem a oportunidade de desenvolvimento para o mundo e para si mesmo, indo ao encontro do que Ignácio (1995) defende, ao relatar sobre a importância do ato do brincar na infância, oportunizando a descoberta do mundo.

Conforme afirmação da professora P1: “ao trabalhar, o indivíduo está no centro do processo de transformação”, ou seja, ao brincar, novas ideias, materiais e criações são descobertas e, conseqüentemente, há uma mudança e crescimento naquele sujeito.

Relação do brincar na fase do primeiro setênio (3 a 7 anos)

Ao serem indagadas sobre a importância do brincar para alunos do Jardim de Infância, e se esta ação teria uma importância diferente para os alunos maiores, três professoras responderam que o brincar para o Jardim de Infância age como uma força no desenvolvimento da criança, pois elas constroem o social, por meio dos movimentos, sendo esta ação de extrema importância. Já as crianças maiores realizam atividades mais elaboradas e direcionadas.

De acordo com a professora P2: “através do brincar as crianças do Jardim de Infância constroem um social, e os maiores estão no processo de criação elaborada”. Uma das professoras respondeu que não vê como menos importante, pois os maiores (que estão no 2º setênio), ao menos no início, utilizam o brincar, mas com atividades elaboradas. Conforme a professora P3: “a criança no 1º setênio aprende por meio do brincar; no 2º setênio, ao brincar, tem um direcionamento no ensino e o pensar com foco”.

A partir destas falas, percebemos que as professoras aqui citadas entendem que há importância na brincadeira nestas duas fases, porém com focos diferentes, sendo no 1º setênio uma atitude mais livre, enquanto que no 2º setênio (7 a 14 anos) há um direcionamento maior dado pelas professoras.

Assim como Steiner (1923) relata, as quatro professoras aqui analisadas enfatizaram que é fundamental brincar nesta fase, pois nessa idade, brincando, a criança desenvolve o físico, o motor, o social, o emocional, a interação e soluciona conflitos, vivendo a fantasia e a imitação.

Nesta perspectiva, conforme a professora P3, o ato da brincadeira é uma atividade que desenvolve a criança integralmente.

Brinquedos e brincadeiras apropriadas para crianças de 3 a 7 anos de idade

Sobre os brinquedos e/ou brincadeiras adequadas para esta idade (1º setênio), todas as professoras foram unânimes em dizer que os brinquedos precisam ter pouca forma e informação, ampliando a criatividade e a fantasia da criança, dando a oportunidade de criar e recriar. Brincadeiras como pular corda, balançar, subir, escorregar, dentre outras, são fundamentais, por serem brincadeiras mais livres e com maior movimento e interação. Segundo a professora P2, “todas estas atividades servem para auxílio do amadurecimento do corpo e motricidade fina e ampla”.

Os brinquedos oferecidos às crianças, como dito acima, têm pouca informação. Se uma criança resolve brincar com um boneco, ele não terá características físicas explícitas, como o tamanho dos olhos e o sorriso, a fim de que a criança possa imaginar como aquele boneco estaria ao ser usado naquela brincadeira específica, dando a possibilidade de usar e reinventar brincadeiras com um mesmo brinquedo.

Tal perspectiva está em consonância com o que Rosely Sayão (2011) e Donald Winnicott (1975) acreditam, ao defenderem o brincar livre, voltado para o uso da imaginação e criatividade infantil, não tendo brinquedos limitados, que pouco proporcionam outra ideia de como usá-lo.

Tempo destinado para brincar e o foco pedagógico dado a este ato

Com relação ao tempo dedicado para brincar nesta fase, quando os alunos estão na escola, mais uma vez as docentes pesquisadas foram unânimes. Foi informado que o brincar livre possui dois momentos dentro e fora da sala com o mínimo de 1 hora de duração, porém as brincadeiras são ludicamente direcionadas e não obrigatórias. Conforme a professora P3: “todo ritmo é moldado, objetivando o lúdico”.

Por fim, as professoras foram perguntadas se ao brincar há um foco no pedagógico ou somente no “brincar pelo brincar”, ou seja, o brincar livre. Percebemos que na

perspectiva da escola Waldorf, o brincar é livre, significando que não há intervenção das professoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a importância do brincar para o desenvolvimento integral na primeira infância (3-7 anos), sob a perspectiva Waldorf. De acordo com Rosely Sayão (2011), a criança, atualmente, só tem o prazer de consumir o brinquedo projetado, não tendo a oportunidade desses sujeitos fantasiarem e usarem sua imaginação. A autora acredita na importância e necessidade do brincar livre, o que está em acordo com o que Donald Winnicott (1975) acredita, uma vez que, para tal pesquisador, um indivíduo se desenvolve apenas quando cria, usando sua imaginação.

Foram entrevistadas quatro professoras atuantes na Escola Waldorf Recife e, de acordo com os achados, pudemos perceber que tais docentes trabalham dentro da perspectiva Waldorf e avaliam o desenvolvimento dos discentes na aplicação dessa proposta.

Além disso, verificamos que as professoras acreditam na extrema importância desta ação com os alunos do primeiro setênio (3 a 7 anos) para o desenvolvimento social e cognitivo, levando a acreditar que o “brincar livre” faz parte do fazer pedagógico em sala de aula. Averiguamos, ainda, que quando os discentes passam para o 2º setênio (7 a 14 anos – Ensino Fundamental) há um direcionamento maior em tais atividades.

Quando questionadas sobre o uso de brinquedos em sala de aula, as docentes relataram que tais materiais precisam ter pouca forma e informação, a fim de que dê a oportunidade de aumentar a criatividade e a fantasia da criança, criando e recriando. Tal fato está em consonância com o que Rosely Sayão (2011), Donald Winnicott (1975) e Steiner (1923) defendem.

Dessa forma, percebemos que o brincar na primeira infância faz-se necessário, uma vez que ajuda no desenvolvimento integral das crianças, proporcionando uma vivência social e livre, ajudando na formação de uma personalidade autônoma e preparando-a para o mundo.

REFERÊNCIAS

DANTON, G. **Metodologia científica**. Pará de Minas: Virtual Books, 2002.

FREITAS, Katia S. de. **Gestão da Educação: a formação em serviço como estratégia de melhoria da qualidade do desempenho escolar.** Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bxgqr/pdf/cunha-9788523209025-05.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2018.

GARCIA, L. M. **As contribuições da pedagogia Waldorf num atendimento à diversidade na valorização das diferenças.** Trabalho apresentado ao conselho nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. Bauru: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2014.

HECKMANN, H. **Jardim de Infância.** São Paulo: Federação das Escolas Waldorf no Brasil: Aliança pela Infância, 2008.

IGNÁCIO, R. K. **Criança querida: o dia-a-dia das creches de jardim de infância.** São Paulo: Antroposófica – Associação Comunitária Monte Azul, 1995.

LANZ, R. **Noções básicas de antroposofia.** São Paulo: Antroposófica, 1979.

_____. **Pedagogia Waldorf: caminho para um ensino mais humano.** São Paulo: Antroposófica, 1998.

LIPP, Marilda E. Novaes *et al.* **O estresse em escolares. Psicologia escolar e educacional.** Campinas: v. 6, n. 1, p. 51-56, junho, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141385572002000100006&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 30 nov. 2018.

MANZANO, E. A importância do movimento na Educação Infantil Waldorf. **Trabalho de Conclusão de Curso.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

MARINIS, Luara Lua Pereira de. A Educação Infantil sob a perspectiva da Pedagogia Waldorf. **Monografia (Graduação).** Bauru: Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, 2015.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade.** 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

PROPOSTA EDUCACIONAL WALDORF PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL. Federal das Escolas Waldorf no Brasil, 1998.

SAYÃO, Rosely. **Criança não sabe brincar.** Folha de São Paulo. 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq1608201113.htm>. Acesso em: 04 dez. 2018.

STEINER, Rudolf. **Palestra proferida em 28 de agosto de 1922.** Disponível em: <http://www.sab.org.br/portal/indez.php/aforismos/46-desenvolvimento-social>. Acesso em: 02 dez. 2018.

Apêndice A – Roteiro da Entrevista Semiestruturada**Identificação do Entrevistado**

Idade: _____

Formação (Curso e ano de formação): _____

Quanto tempo leciona: _____

Quanto tempo leciona na escola Waldorf: _____

Perguntas direcionadas

1) Como você entende o brincar?

2) O brincar para alunos da Educação Infantil teria uma importância diferente para alunos maiores? Por quê?

3) Para a Pedagogia Waldorf, o brincar faz-se necessário. Especificamente sobre o primeiro setênio, por que é tão importante o brincar nessa fase?

4) Quais o brinquedos e/ou brincadeiras adequadas para esta idade (primeiro setênio)? Por quê?

5) Quanto tempo é dedicado para o brincar nessa fase, quando os alunos estão na escola?

6) De que maneira as atividades de brincadeira são desenvolvidas na escola Waldorf? Há o brincar com foco no pedagógico ou somente o “brincar pelo brincar”?

BREVE DISCUSSÃO SOBRE UM CASO DE DANOS E IMPLICAÇÕES JURÍDICAS EM QUE UMA FIEL IURDIANA SENTIU-SE LESADA

Eduardo Crucho¹

RESUMO

O presente artigo é síntese e resultado de dois anos de estudos no Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UNICAP. Neste trabalho serão apresentadas as características de um segmento do movimento neopentecostal brasileiro, da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), mostrando que, para além do discurso de prosperidade, há, também, danos causados a quem por diversas circunstâncias não tenha alcançado o que fora prometido. Neste sentido, serão abordadas as implicações e consequências jurídicas como forma de reparação nos casos de pessoas que se sentiram lesadas pelo discurso da prosperidade.

Palavras-chave: Movimento neopentecostal. IURD. Implicações jurídicas. Indenizações.

Data de submissão: 22/02/2019

Data de aprovação: 27/03/2019

CONTEXTUALIZANDO O MOVIMENTO NEOPENTECOSTAL NO BRASIL

O tema sobre os movimentos neopentecostais não é novo na literatura brasileira. No entanto, a cada problemática, há de se perceber as mudanças no contexto atual. O que se percebe não é tratar apenas de uma característica brasileira, mas entender que fatores ideológicos corroboram para tais práticas.

É importante ressaltar que, ao contrário da tradição católica, herdada do domínio português e estabelecida no Brasil como religião “oficial”, o protestantismo teve que, ao longo dos anos, se adaptar e, para tal, os meios de comunicação foram fundamentais. Desde 1950, com o uso do rádio e, um pouco depois, com o Centro Audiovisual Evangélico (CAVE), aos poucos avançava sobre um processo de comunicação que não estava centrado apenas na evangelização. A exemplo do programa *A voz da Profecia*, a mídia evangélica foi um ingrediente crucial na formação de uma cultura evangélica brasileira. Neste sentido, ao tratarmos da IURD, devemos analisar que seus métodos, pelos meios de comunicação, trazem perspectivas históricas contundentes e que nos permite direcionar o discurso e a análise,

¹ Advogado, Mestre em Ciências da Religião, Professor e Orientador da Faculdade Metropolitana da Grande Recife: eduardocruchoprof@gmail.com

apontando-lhe uma cultura peculiar ao modo de evangelizar.

A IURD no contexto neopentecostal

A IURD foi fundada em 09 de julho de 1977², sendo considerada a maior representante do fenômeno neopentecostal em nosso país. Foi idealizada pelo bispo Edir Macedo e seu cunhado Romildo Ribeiro Soares³, tornando-se um dos maiores grupos neopentecostais⁴ do Brasil. Teve seu início na área suburbana da cidade do Rio de Janeiro e possui como base doutrinária os preceitos gerais do cristianismo. É comum em seus cultos diários o estímulo para que seus fiéis façam a doação do dízimo e é frequente a prática do exorcismo.

Atualmente a IURD encontra-se instalada em todos os estados brasileiros, sediadas em locais que vão desde sede própria até galpões alugados, presídios, cidades ribeirinhas na região da floresta amazônica, dentre outros, até então não considerados como adequados para as práticas litúrgicas.

A IURD é uma “ramificação” da Igreja Nova Vida. A primeira sede desta nova igreja foi em um espaço onde funcionava uma funerária, no bairro da Abolição, no Rio de Janeiro/ RJ, sendo inicialmente batizada de Igreja da Benção.

Entre as igrejas Neopentecostais, a Igreja Universal do Reino de Deus é a que mais impressiona por sua capacidade de mobilização popular, por sua grande expansão e por “culpar” o demônio por todos os males. E agregado a tudo isso, ainda há o alto índice de miséria da população, o grande índice de desemprego, de crimes e a falta de educação básica e saúde. Ari Pedro Ori (1996, p. 52) nominou isso de “demonização dos problemas sociais” e, como solução, é necessário “aceitar Jesus como único salvador”.

Discurso iurdiano

A igreja Universal, em seus discursos, usa a aquisição de bens materiais, de riqueza, como quesito para marcar as distinções sociais:

No que consiste uma vida abundante? É você comer o melhor, é você ter o seu carro zero quilômetro... Já pensou você ter um carro velho quebrando todo dia na rua... Poxa, que vida é essa? Poxa... Meu carro me dá problema todo dia. É você olhar para sua família e “lá em casa tá tudo doente”. É você olhar pra sua casa, sua casa como se costuma dizer “chove mais dentro do que fora”. Quer dizer, o meu Pai é rico, é dono de tudo. Ele diz “minha prata, meu ouro”. E eu, no entanto, vivo uma vida miserável, meu carro quebrando, o meu salário mal dá para pagar minhas despesas básicas, eu não tenho um lazer com minha família, eu não tenho uma vida próspera (ANDRADE, 2009 apud GALLO, 2011, p. 4).

² <http://www.universal.org/institucional/historia-da-universal.html> (acesso em: 13 abr. 2016).

³ Posteriormente se separou de Edir Macedo e fundou a Igreja Internacional da Graça de Deus.

⁴ Movimento dissidente do pentecostalismo clássico ou das igrejas cristãs tradicionais.

Na IURD a Teologia da Prosperidade funciona como um antídoto para combater a desigualdade social, a falta de recursos, ou seja, para combater o mal. A IURD se utiliza do sobrenatural para combater o mal e para solucionar os problemas terrenos. O pastor só ajuda a orientar, mas não tem o poder de dar a graça da salvação. E a prosperidade só se faz presente se o fiel assim merecer.

Então, por isso que hoje, nós temos na igreja ex-mendigos, que chegaram na igreja mendigos, maltrapilhos, fétidos. Como a Igreja Universal está de portas abertas tanto para o milionário, quanto o mendigo. Então a pessoa sentou lá no cantinho dela e começou a ouvir o pastor ou bispo, tanto faz pastor ou bispo pregar, que Deus é rico, que Deus quer que nós tenhamos o melhor, que Deus quer que nós tenhamos uma vida farta, abundante. Aí então essas pessoas assim... “poxa, quer dizer que eu sou mendigo e Deus não quer que eu viva assim. Deus é um pai que quer que os filhos sejam ricos. Ah não, eu vou me tornar um dizimista. Dos papelões que eu vendo eu vou tirar o dízimo.” Que é a décima parte do que a pessoa recebe que a Bíblia ensina, não é a igreja Universal, não são as igrejas evangélicas que ensinam, mas a Bíblia ensina isso... “Vou começar a tirar o dízimo e vou fazer isso e vou fazer aquilo”. Então essas pessoas começaram a se revoltar com a situação e não com Deus. Muitas pessoas infelizmente veem a situação difícil e se revoltam com Deus, “Deus me deixa nessa vida, Deus não quer... Deus não me ama”. Não! A culpa é da pessoa, a pessoa que procurou de uma maneira ou de outra essa vida (ANDRADE, 2009 apud GALLO, 2011, p. 5).

E nessa procura de melhores condições econômicas, de acordo com Lima (2010), os fiéis são orientados a investirem no comércio, em acreditar em seu potencial de comerciante. Para que essa prosperidade possa ser realmente feita, os fiéis devem ser pontuais com seu dízimo, realizando o sacrifício, ou seja, seu contrato com Deus.

Para os iurdianos, muitos são os obstáculos que tentarão atrapalhar o sucesso, a prosperidade de seus fiéis. Muitos pastores, nos seus cultos, chegam a afirmar que a culpa por essas dificuldades estão nas outras igrejas, na mídia, nos familiares e até mesmo nas universidades, que são inimigas da prosperidade. Quem mais sofre são as religiões Católicas, Espíritas e, sobretudo as de matrizes africanas, como é possível observar neste discurso:

No início a igreja era muito perseguida por pessoas religiosas que cultuavam os espíritos, as entidades, e por nós combatermos não a religião em si, mas os espíritos enganadores que atuavam naquelas pessoas de uma forma direta ou indireta que destruindo vidas. Se você me perguntar, vou ficar aqui até amanhã dizendo com quantas pessoas eu já conversei e estavam com espíritos em suas vidas, fazendo-as é... pensar em morte, em tirar a vida de alguém, coisas desse gênero. Então, quantas pessoas nós já vimos nesses 30 anos na Igreja Universal? Muitas, mas por quê? Por que essas pessoas usadas pelas forças do mal, queriam fazer coisas negativas. Quando uma vez expulsa esses espíritos, quando eu dizia “em nome de Jesus, sai!” Eles saíam, obedeciam ao nome de Jesus, saíam, e as pessoas se libertavam e passavam a ter outra mente... Quer dizer, a cabeça da pessoa mudava completamente, porque o que fazia ela pensar negativamente era o espírito. E aquele espírito uma vez expulso de dentro dela, pronto. Ela ficava livre dele e usava do pensamento dela, que era bom. Então por essa razão que a gente vê essa perseguição até hoje. Os espíritos usam as pessoas contra a gente, pra tentar impedir o crescimento da Igreja (ANDRADE, 2009 apud GALLO, 2011, p. 6).

Em outro momento vemos um discurso de um pastor chamado Paulo que trata as divindades como uma designação do mal, que enganam o fiel e o impedem de possuir o verdadeiro reino dos Céus.

Até os meus 20 anos, aos 19 anos eu fui católico-macumbeiro... Enfim, muitos problemas de ordem familiar que me levaram a procurar a Igreja Universal. Alias, antes disso, então nós mesmos católicos, nós procurávamos os centros espíritas lá no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, procurando solução pros nossos problemas, e a cada dia mais a situação se agravando dentro de casa... E a minha mãe então, procurando depois de fazer promessas e tanto as missas não via resultado. Disseram pra ela: “procura um centro espírita, isso deve ser trabalho”, e ela foi fazer os trabalhos que eram mandados fazer e esses trabalhos não adiantavam de nada, muito pelo contrário, parecia que ela estava cada dia pior (ANDRADE, 2009 apud GALLO, 2011, p. 7).

Percebemos que através destes discursos os fiéis iurdianos são levados a crer que o mal está em outros lugares que não a Igreja Universal do Reino de Deus, pois só ela é capaz de levar o fiel ao encontro do Deus verdadeiro. Na realidade, o que busca, o que se pretende, é obter dos fiéis, muitas vezes desesperados, mais dinheiro, mais bens para a Igreja com um discurso de que quem dá a Deus recebe sempre mais, conforme trecho do Evangelho de Marcos:

Tornou Jesus: Em verdade vos digo que ninguém há que tenha deixado casa, ou irmãos, ou irmãs, ou mãe, ou pai, ou filhos, ou campos, por amor de mim e por amor do Evangelho, que não receba já no presente o cêntuplo de casas, irmãos, irmãs, mães, filhos e campos, com perseguições; e no mundo vindouro a vida eterna.(BÍBLIA, 1993, p. 63)

Na construção desta nova modernidade, vive-se a prática da individualização (BECK, 1997, p. 24). O projeto inicial de modernidade previa um papel central para o Estado que vai ganhando dimensões (em muitos locais totalitários) que respondessem a todas as perspectivas do indivíduo. Trabalho, educação, saúde, seguridades sociais, enfim, um projeto que o ajudaria na consolidação e emancipação dos seus desejos. Soma-se a instrumentalização e racionalização da vida, um distanciamento das questões religiosas, muitas vezes como oposição ao que se tinha no período medieval.

Certamente, é característico do discurso iurdiano a representação “faça você mesmo”, em desconsideração aos aspectos sociais, ao contrário do que foi realizado por segmentos do catolicismo com a Teologia da Libertação e/ou mesmo por movimentos protestantes tradicionais que conciliavam suas práticas pastorais com movimentos de uma ordem social. Assim como em qualquer tempo e circunstância histórico-social o campo religioso mantém sua importância na compreensão da realidade social que se estuda.

O QUE É O DANO MORAL

Podemos conceituar danos morais como sendo aqueles danos que atingem a moral da pessoa, a sua reputação, a sua honra, a sua dignidade, integridade, paz de espírito como pessoa e que por isso acaba lhe trazendo grandes e sérios problemas. E em razão deste dano, surge para a pessoa que teve algum prejuízo em virtude do dano, o direito a uma indenização. Esta indenização nada mais é do que uma reparação financeira, como forma de compensar os problemas e os transtornos morais sofridos. Este valor é calculado ou estipulado dependendo de cada caso, levando em consideração vários aspectos subjetivos: a faixa etária do prejudicado, formação acadêmica, profissão, estado civil, condição de saúde, constituindo, portanto, uma avaliação casuística a ser feita pelo magistrado que analisará cada caso em conformidade com suas características e seguindo o seu grau de convicção a respeito do dano sofrido.

Há várias definições na doutrina brasileira sobre o instituto do dano moral. A jurista Maria Helena Diniz estabelece o dano moral como sendo “a lesão de interesses não patrimoniais de pessoa física ou jurídica provocada pelo ato lesivo” (DINIZ, 2003. p. 84).

Já na concepção de Melo:

Dano moral é o que atinge o ofendido como pessoa não lesando o seu patrimônio. É a lesão de bem que integra os direitos de personalidade, como a honra, a dignidade, a intimidade, a imagem, o bom nome, etc. Como se infere dos artigos 1º III e 5º V e X da Constituição Federal, e que acarreta ao lesado dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação” (MELO, 2004, p. 9).

O jurista Aguiar Dias sustenta que:

O dano moral é o efeito não patrimonial da lesão de direito e não a própria lesão, abstratamente considerada. O conceito de dano é único, e corresponde a lesão de direito. Os efeitos da injúria podem ser patrimoniais ou não, e acarretar, assim, a divisão dos danos em patrimoniais ou não patrimoniais. Os efeitos não patrimoniais da injúria constituem os danos não patrimoniais” (DIAS, 1987, p. 852).

Como observamos, em primeiro lugar é possível considerar que o dano moral está vinculado à dor, angústia, constrangimento, sofrimento e tristeza. Contudo, não está restrito a estes elementos, de maneira que ele também se estende a todos os direitos personalíssimos.

Os doutrinadores ainda discutem sobre a conceituação deste instituto jurídico, pois segundo alguns juristas, ela não é adequada para representar todas as maneiras de prejuízos não fixáveis patrimonialmente. Para eles, seria mais adequado o emprego da expressão “danos imateriais” ou “danos extrapatrimoniais”.

A grande dúvida atual está em torno da discussão do valor financeiro da indenização nos casos de danos morais, uma vez que não é possível recompor os danos morais suportados pelos fiéis da IURD, até pelo fato de sofrerem repercussão em suas vidas. Por maior que seja

o valor indenizatório, o mesmo não consegue restaurar a vida do prejudicado para uma situação anterior à lesão. Um pastor iurdiano, em sua fala pastoral, produz por vezes muitos danos na vida dos fiéis que são seduzidos pela promessa de uma vida promissora com sucesso no campo patrimonial: “contribua com seu carro, sua casa, seu salário e entrarás no céu. Terás todas as suas aflições sanadas”. É dando que se recebe, considerando a assertiva maior no discurso utilizado pelo pastor. Ressaltando que os tribunais estão cada vez mais receptivos a essa estratégia da fé com exploração do outro pela enganação e dolo capazes de causar danos diversos na vida dessas pessoas.

O instituto de danos morais também é encontrado no Código Civil de 2002 que é o principal diploma de direito privado em nosso ordenamento jurídico, bem como no Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 6º, incisos VI e VII que prevê: “a devida prestação e reparação de direitos morais e patrimoniais” e o “acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vista à reparação e prevenção de danos patrimoniais e morais”, na devida ordem. O Código Civil de 2002 no art. 186 nos diz: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

Outro ponto que deve ser destacado no que se refere ao dano moral é o da indenização. Trata-se de um tema bastante controverso. A maioria dos doutrinadores da jurisprudência brasileira tem um posicionamento no sentido da não necessidade de prova, ou seja, é dispensável a prova do prejuízo para se conceder indenização.

Assunto polêmico envolvendo o dano moral é a banalização deste importante instituto. A falta de parâmetros objetivos tem tornado o assunto bastante complicado. Discutindo essa questão, Sérgio Cavalieri Filho diz:

Nessa linha de princípios, só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento e humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora de órbita do dano moral, porquanto, além de fazer parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas ou duradouras, ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos (CAVALIERI, 2008, p. 78).

Em exposição feita em 30/03/1995, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho faz uma referência ao Ministro Pedro Lessa que advogava que "não é necessário que a lei contenha declaração explícita acerca da indenização

do dano moral, para que esta seja devida. Na expressão dano, está incluído o dano moral". (TRF 3ª REGIÃO, 1995.)

Já Orlando Gomes acredita que "a expressão dano moral deve ser reservada exclusivamente para designar o agravo que não produz qualquer efeito patrimonial. Se há consequências de ordem patrimonial, ainda que mediante repercussão, o dano deixa de ser extrapatrimonial" (GOMES, 2013).

Assim, uma das maiores dificuldades, do ponto de vista jurídico, é estabelecer as semelhanças e as diferenças entre as doações, quando feitas com liberdade de consciência e as doações impostas aos fiéis através dos discursos dos pastores ou líderes religiosos.

Por ser uma liberalidade de consciência, é considerado um ato metajurídico de cunho religioso que não interessa ao direito e, outro ato também espontâneo que, para alguns doutrinadores, não interessa ao Direito. Já o instituto civil da doação, também um ato espontâneo, possui todo um arcabouço jurídico.

O judiciário já se deu conta do número crescente de demandas envolvendo danos morais em relação às igrejas e por isso não tem como deixar de discutir a matéria, o que tem provocado calorosos debates sobre as possibilidades de o novo ordenamento civil intervir ou não nos conflitos que vêm surgindo entre as igrejas e seus congregados.

Como podemos perceber, o instituto do dano moral é bem complexo. Aceito pela maioria dos doutrinadores, jurisprudências e juristas brasileiros, não existindo dúvidas quanto à necessidade e importância da indenização, porém ainda é bastante banalizado. É um assunto atualíssimo, apesar de ter sido criado há bastante tempo.

Os danos morais e as consequências das falas pastorais na vida dos iurdianos

Após análise do conceito de Dano Moral, analisaremos, a partir de agora, os danos causados pelos discursos pastorais na vida de uma fiel da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) que foi indenizada em R\$20.000,00 (vinte mil reais) por danos morais. A referida fiel é portadora de Transtorno Afetivo Bipolar (TAB). O Tribunal de Justiça considerou que a mulher foi coagida moralmente a efetuar doações mediante promessas de graças divinas e decidiu, por unanimidade, na 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, indenizá-la. (JUSBRASIL, 2011).

A autora alegou que estava num momento de fragilidade emocional, após um processo de divórcio, e passou a frequentar os cultos da Igreja Universal do Reino de Deus diariamente. Ela afirmou que foi coagida a reverter seu patrimônio em doações à Igreja após a promessa de

que seria curada por Deus se assim o fizesse, narrando que ainda hoje vive em situação de miserabilidade e por isso pleiteou indenização material e moral.

A Igreja Universal do Reino de Deus respondeu a esta ação invocando o direito constitucional à liberdade de crença, alegando a inexistência de prova da doação. O Juiz não entendeu que houve coação, negando assim andamento ao processo, após alegar que não havia provas quanto à doação e à coação moral sofrida.

A autora, porém, apelou desta decisão e ganhou a sua pretensão. Segundo o entendimento da relatora do processo, havia provas de que a autora passava por momentos de grandes dificuldades em sua vida afetiva, profissional e psicológica. Baseada no art. 152 do Código Civil de 2002, demonstrou claramente a vulnerabilidade psicológica e emocional, criando um contexto de grande debilidade que favoreceu a cooptação da vontade pelo discurso religioso. O julgamento ocorreu em 26/01/2011. Apelação Nº 70039957287. Com o recurso a autora, que é fiel iurdiana, conseguiu ganhar a ação comprovando na justiça que o pastor aproveitou-se da sua vulnerabilidade emocional, induzindo-a a doação de seu patrimônio material em proveito da IURD. (JUSBRASIL, 2011).

O desembargador Carlos Eduardo Richinitti, em seu relato, afirma que: grupos, invocando e amparados na liberdade constitucional e na livre crença e de culto, tornaram a religião um grande e lucrativo negócio. Em nome de Deus, ameaçando com a ira satânica, retiram justamente dos mais pobres (material ou intelectualmente, ou, como no caso dos autos, fragilizados pelo medo do fim) tudo do pouco que o destino lhes concedeu. (TJ-RS, 2016)

Richinitti (2013), em um artigo sobre o pastor e deputado Marcos Feliciano, comenta que acreditar em alguma coisa e ter uma vida espiritual é facultado a cada um e o Estado não tem o direito de intervir ou de questionar as pessoas que de uma forma livre se organizam para adotar um caminho opcional religioso. Porém, quando essa liberdade é utilizada para ficar rico, explorando e aproveitando-se da exasperação das pessoas para quem a vida na terra concedeu só tristeza e miséria, retirando-lhes, com a promessa de uma vida futura melhor, no céu ou na terra, o pouco ou quase nada que têm - outra não pode ser a conclusão de que é justificável, sim, o agir do Estado para coibir o ilícito.

E essa atuação deveria ser feita (diante da dimensão do problema) pelo legislador, salvaguardando o direito constitucional ao livre culto, mas não deixando de regular as áreas e as formas de atuação das religiões. Na maioria das vezes, questões de natureza controversa tornam o debate no contexto teórico bem difícil.

Fonseca (2002), ao fazer uma alusão ao tema do Direito a partir das obras de Foucault, aponta que no pensamento do filósofo francês a norma não se refere às categorias formais do Direito. Na verdade, elas se referem ao funcionamento dos organismos e aos domínios do saber e das práticas que lhes correspondem. Desta maneira, a norma estaria inerente e intrinsecamente inserida, por exemplo, na medicina ou na psiquiatria, ou seja, nos campos compreendidos pelas ciências que têm a vida como objetivo.

Outro tema tratado pelo autor e comum aos domínios discursivos jurídico e religioso, sobretudo ao jurídico, refere-se à noção de lei. Este conceito é contrário à concepção de norma, uma vez que se refere ao Direito como enunciado da lei, como legalidade, como conjunto das estruturas que compõem a legalidade (FONSECA, 2002, p. 54). Assim, o Direito enquanto lei ou conjunto das estruturas da legalidade define-se, conceitualmente, em oposição à norma, uma vez que esta se refere a um sistema de leis independente da normatização.

Bakhtin (2010, p. 92) também toma em seus estudos o tema da norma e afirma que todo sistema de normas sociais encontra-se numa posição análoga: somente existe relacionado à consciência subjetiva dos indivíduos que fazem parte de uma dada coletividade regida por essas normas. Deste modo, têm-se os sistemas de normas morais, jurídicas, estéticas, etc. Estas podem variar e se diferem pelo grau de coerção que exercem, pela extensão de sua escala social, pelo grau de significação social, entre outros aspectos.

A norma seria, de acordo com Bakhtin (2010), uma forma especial de livre arbítrio de um em relação aos outros, tornando-se essencialmente peculiar apenas ao direito (Lei) e à religião (Mandamentos). Sua real obrigatoriedade como norma deve ser validada a partir do ponto de vista da autoridade da sua fonte ou da autenticidade e exatidão da transmissão. (BAKHTIN, 2010, p. 74).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratarmos sobre o tema dos danos morais e, contextualizá-lo, percebemos a construção de uma via entre o ser e ter (FROMM, 1982) – e aqui se toma como um modo de interpretar os danos causados pelos discursos - que em uma ordem de valores desconsidera a construção do ser, que traz consequências na concepção de homem, na formulação de identidade. O fracasso, os medos do desemprego e/ou de ficar na rua porque o carro está velho e não funciona, não podem ser vistos como sintoma de ordem individual, mas, principalmente, como consequência da modernidade no qual a “grande promessa” (FROMM, 1982, p. 24) não se fez cumprir a todos. Neste sentido, a grande promessa apresentou suas falhas: liberdade, igualdade, fraternidade, e o sonho de uma sociedade que diminuísse a

distância entre ricos e pobres. As características de Fromm (1982) mostram o oposto: o sonho de independência se desfaz quando nos damos conta que estamos inseridos em um sistema como peças de uma grande engrenagem – alusão tão direta ao que se apresenta no filme “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin. O progresso tecnológico não nos fez melhores, apesar de nos ajudar imensamente no mundo moderno. No entanto, seus riscos ao meio ambiente e ao próprio futuro da humanidade parecem ser maiores que seus benefícios.

Fromm (1982, p. 25) retoma uma das ideias clássicas da filosofia: o objetivo da vida é a felicidade, no entanto, tomado aqui pelo sistema capitalista como a busca por desejos e necessidades quase sempre criadas pelo próprio sistema. Esta nova percepção de um *hedonismo radical* [grifo do autor] não cumpre a grande promessa. Para Fromm (1982, p. 27) “somos uma sociedade de pessoas notoriamente infelizes: solitárias, ansiosas, deprimidas [...] - pessoas que ficam alegres quando matamos o tempo que tão duramente tentamos poupar”. O discurso da vitória e de se poder conseguir tudo, desde que siga as „receitas“, tão presente na Igreja Universal, reflete parte da grande promessa. Combater o mal é comparável ao postulado da competição de todos contra todos.

Se pensarmos na pergunta: o que é bom para o homem? Fromm (1982) indica que sua resposta não passa pelo que o próprio poderia conceber como ideal para si. Segundo o autor, os sistemas buscam responder estas questões em forma de novas necessidades. Relacionar esta problemática, a partir da IURD, implica analisarmos que o sentido da ajuda e as perdas relacionam-se ao aspecto jurídico, conforme indicado neste trabalho, mas traz consequências – igualmente – ao aspecto destes terem plena consciência de como superar suas necessidades. Para Fromm (1982), a ideia da construção do „ser“, com as características do consumo e do próprio fetiche da mercadoria, devem ser elementos preponderantes.

No âmbito religioso – considerando que a IURD não tem uma teologia oficial – as características da religiosidade entre os elementos essenciais do „ter“ ou „ser“, conforme apresentado por Fromm (1982), ficam comprometidos. Vemos a predominância de um discurso no qual a superação passa pela obtenção de „coisas“ terrenas: a Nação dos 318 com depoimentos sobre a conquista do emprego ou ainda alguém que ao iniciar nos cultos não tinha dinheiro nem para passagem, mas que agora exige o carro como conquistas alcançadas graças à IURD⁵. Ao contrário de outras religiões, há de forma explícita e/ou na condição primeira a identidade do que é „ser“ evangélico, algo característico nas demais crenças.

Pensando sobre estas questões, Fromm (1982) comenta:

⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=-QxhlaqJvLI>. (Acesso em: 15 ago. 2016.)

Enquanto as pessoas do modo *ter* confiam no que têm, as pessoas do modo *ser* confiam no fato de que são, que estão vivos e que alguma coisa nova nascerá, bastando para isso que tenham coragem para deixar-se ir e reagir (FROMM, 1982, p. 51).

São estas as características que Fromm (1982) critica numa sociedade do consumo, no qual a grande promessa de liberdade e igualdade para todos foi substituída pela relação da posse. Não se questiona a pobreza como elemento das desigualdades, ou da solidariedade entre os homens, mas a pobreza, as dificuldades materiais como fracasso, a presença de um mal a ser combatido. O medo do fracasso numa sociedade que se fragmenta em projetos individuais.

Por fim, cabe voltarmos aos danos que possam estar presentes no discurso e na prática da IURD. Primeiramente, voltando à discussão sobre as questões tidas como essenciais na proposta de Erich Fromm (1982), no qual a crítica ao capitalismo e às mudanças de ordem social e individual, passa pela reformulação de um novo humanismo, diferente do que fora proposto durante a história do capitalismo. Neste sentido, a IURD pode ser vista como uma “religião industrial”, conforme as palavras de Fromm:

A religião industrial é completamente incompatível com o cristianismo autêntico. Ela reduz as pessoas a servos da economia e da maquinaria que suas próprias mãos construíram (FROMM, 1982, p. 146).

Portanto, não é foco fazer uma crítica ao tipo de cristianismo que possa estar presente na IURD, mas relatar que uma das perdas pode ser o próprio sentido histórico das concepções religiosas no Brasil. Expandir a relação mercantil do *ter* como central das práticas religiosas pode vir a comprometer os sentidos do *ser* [grifos nossos], portanto, cabe pensar: quais os sentidos de um novo humanismo que valorize a vida e resgate a dignidade humana, por vezes perdida em processos de exploração advindos do próprio mercado? Diferente de uma prática que valorize o consumo, Fromm (1982) propõe um novo humanismo que apresenta como característica o fim de uma política consumista, - cabe aqui o fim de todas as práticas enganosas de consumo – a liberdade das mulheres do domínio patriarcal, universalização da informação (cultura e seus mecanismos), criar condições para que todos possam ter bem-estar, alegria, iniciativas individuais para a construção do ser. Embora projeto utópico, há de se considerar a construção de alternativas, em especial àquelas não contempladas nas promessas do capitalismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo. A guerra das possessões. *In*: ORO, Ari Pedro; CORTEN, André; DOZON, Jean Pierre. **Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé**. São Paulo: Paulinas, 2003.

ANTONIAZZI, Alberto *et al.* **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ALVIM, Agostinho. **Da inexecução das obrigações e suas consequências**. São Paulo: Saraiva, 1980.

ANDRADE, Paulo Cesar Ribeiro de. A Teologia da Prosperidade na Igreja Universal. *In*: Grupos de Estudos da América Latina. **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América**. Londrina: 2009. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjQo_KftrHOAhXFCpAKHUXQAPAQFggoMAI&url=http%3A%2F%2Fwww.uel.br%2Feventos%2Fsepech%2Fsumarios%2Ftemas%2Fa_teologia_da_prosperidade_e_na_igreja_universal_do_reino_de_deus.pdf&usg=AFQjCNHbJ0joDir36SSt5zNcxe2VdvBqOg. Acesso em: 05 nov. 2014.

BAKHTIN, Michael. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

BAUMAN, Zigmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. *In*: GIDDENS, Anthony *et al.* **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Unesp, 1997, p.11-71.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

BÍBLIA. Marcos, 10:29-30. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Atualizada. Brasília: **Sociedade Bíblica do Brasil**, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectivas, 2005.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **A Igreja universal do reino de Deus, um empreendimento religioso atual e seus modos de expansão** (Brasil, África e Europa), Lusotopie, 1999, p. 355-367. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/campos99.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2015.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Entre sincretismos e “guerras santas”: dinâmicas e linhas de força do campo religioso brasileiro. **Revista USP**, n.81, p. 173-185, março/maio 2009. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/81/14-marcelo.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2014.

DIAS, Jose de Aguiar. **Da responsabilidade civil**. 6. ed. v. 2, Rio de Janeiro: Forense, 1987.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FONSECA, Marcio Alves. **Michel Foucault e o Direito**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Tecnologias del Yo**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1996.

FROMM, Erich. **Ter ou Ser?** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004, v.3.

GALLO, Fernanda Vendramini. **A teologia da prosperidade na igreja universal do reino de Deus**. Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL) em dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/GT%201/Fernanda%20Vendramini%20Gallo.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2015.

GOMES, Orlando. Obrigações, n. 195, p. 332. *In*: GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, Responsabilidade Civil**. 8. ed. vol. 4. São Paulo: Saraiva, 2013.

GOMES, Wilson. “Demônios no fim do século. Curas, ofertas e exorcismos na Igreja Universal do Reino de Deus”. **Cadernos do Ceas**, nº. 146, Julho/Agosto de 1993.

_____. Nem anjos nem demônios: o estranho caso das novas seitas populares no Brasil da crise. *In*: ANTONIAZZI, Alberto *et al.* **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

JUSBRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação Cível: 70039957287-RS. Diário da Justiça do dia 10/03/2011. Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22931597/apelacao-civel-ac-70039957287-rs-tjrs>. Acesso em: 15 nov. 2015.

LINDBERG, Carter. **The European Reformations**. 2. ed. Wiley-Blackwell, 2010.

MACEDO, Edir. **O perfeito sacrifício**. Rio de Janeiro: Gráfica Universal, 2004.

_____. **Orixás, caboclos & guias: Deuses ou demônios?** 13. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Universal, 1996.

_____. **Vida em abundância**. Rio de Janeiro: Gráfica Universal, 2004.

MARIANO, Ricardo. “Os Neopentecostais e a teologia da prosperidade”. *In: Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: n. 44, p. 24-44, março de 1996.

_____. A Igreja Universal no Brasil. *In: ORO, Ari Pedro; CORTEN, André; DOZON, JeanPierre. Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v.18, p.121-137, 2004.

_____. **Neopentecostais: Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. O debate acadêmico sobre as práticas monetárias da Igreja Universal. Trabalho apresentado no **Encontro Anual da ANPOCS**, outubro de 1998, Caxambu, Minas Gerais. Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=O+debate+acad%C3%AAmico+sobre+as+pr%C3%A1ticas+monet%C3%A1rias+da+Igreja+Universal.&ie=utf-8&oe=utf8&client=firefox-b&gfe_rd=cr&ei=gAq5V8DZCcfK8gehk5zQCA#. Acesso em: 11 nov. 2014.

MATA, Sérgio. Religião e modernidade em Ernst Troeltsch. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, vol. 20, n.2, p. 235-255.

MELO, Nehemias Domingos de. **Dano Moral - Problemática: do Cabimento à Fixação do Quantum**. São Paulo: Editora Juarez de oliveira, 2004.

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. *Etnográfica*, vol. 13 (1), 2009. Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/1195>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

NERIS, Wheriston Silva. **Bourdieu e a Religião: aportes para (re)discussão do conceito de campo religioso**. Disponível em: <http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/neris-wheriston-gp2.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2014.

OLIVEIRA, Ivo Xavier. **Igreja Universal do Reino de Deus: uma instituição inculturada?** São Paulo: Edições Pulsar, 2004.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

ORO, Ari Pedro; CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre. **Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé**. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. **Avanço pentecostal e reação católica**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____. O “neopentecostalismo macumbeiro”. **Revista USP**: São Paulo, n.68, p.319-332, dez-fev 2005-2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13505>. Acesso em: 02 dez. 2014.

RICHINITTI, Carlos Eduardo. **As lições de Feliciano**. Disponível em: <http://www.direitohomoafetivo.com.br/artigos-lista/2>. Acesso em: 29 abr. 2013.

SERRA, Antonio Roberto Coelho. **A mercantilização do sagrado: um estudo sobre a estruturação das igrejas dos pentecostalismos brasileiros**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/palafs/AntonioRobertoSerra.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2000.

TAVOLARO, Douglas. **O Bispo. A história revelada de Edir Macedo**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Apelação Cível Nº 70069531150, p. 28. Des. Carlos Eduardo Richinitti. Porto Alegre, 14 de setembro de 2016.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO. **Indenização por dano moral: evolução da jurisprudência**. “Fórum de Debates”, patrocinado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, São Paulo – SP. Exposição feita em 30/03/1995 pelo Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Claret, 2001.

COMUNICAÇÃO COMO FATOR DIFERENCIAL: A VISÃO DOS ALUNOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO EM JABOATÃO DOS GUARARAPES

Andreza Carla da Silva Oliveira¹
Eronildo Ferreira do Carmo²
Keila Tatiane da Silva³
Natalia Batista Lins⁴

RESUMO

No mundo globalizado em que hoje vivemos podemos ter muitas conquistas, grandes avanços tecnológicos e diversas ferramentas que colaboram para o sucesso empresarial. Podemos perceber que ainda existem fatores que impedem o desenvolvimento da organização. Um deles implica diretamente nos negócios e no ambiente interno e externo: a comunicação. A maneira como a informação dentro do ambiente empresarial muitas vezes é transmitida pode estar errada, podendo até mesmo ser entendida de forma diferente. Sabemos que a falta desse recurso impede e afeta bastante a instituição e a maneira com que a mesma é vista. Por isso é de suma importância que os valores sejam revistos e que haja uma análise diferenciada, a começar pela gestão e pelos próprios colaboradores. Análise esta que permite aos mesmos refazer uma avaliação e que possam enxergar e tentar contornar o erro. Entretanto, a realidade é que se nenhuma atitude for tomada, será muito difícil que se tenha eficiência nos negócios.

Palavras-chave: Comunicação. Ambiente empresarial. Ruídos. Informações.

Data de submissão: 11/02/2019

Data de aprovação: 08/03/2019

¹ Aluna do Curso de Administração da FMGR: andrezasilvaoliveira12@gmail.com

² Professor Orientador - Faculdade Metropolitana da Grande Recife: proferon100@gmail.com

³ Aluna do Curso de Administração da FMGR: keilasilva20e19@gmail.com

⁴ Aluna do Curso de Administração da FMGR: natalia-lins@live.com

INTRODUÇÃO

No ambiente socioeconômico atual, vemos que a comunicação é um fator diferencial na vida de todos. Com o desenvolvimento da internet, das redes sociais e das mídias virtuais as organizações que não possuem uma comunicação de forma clara e objetiva acabam se prejudicando em vários aspectos, tendo como consequências conflitos, insatisfações internas e externas refletindo, inclusive, nas relações interpessoais.

É importante analisar cada etapa e planejar uma melhoria contínua. Com isso, cada atividade determinada terá informação procedente e relevante para resolver dúvidas e/ou problemas. A esse respeito, Cahen (2005) afirma:

É preciso mudar para acompanhar as tendências do mercado – cada vez mais internacionalizado, diversificado e competitivo – e, com isso, sobreviver dentro de um mundo cada vez mais complexo e agressivo. Se a melhor arma para mudar a cabeça das pessoas é a comunicação, a mais poderosa ferramenta é o planejamento. (CAHEN, 2005, p. 93).

A comunicação é bastante utilizada desde o momento em que acordamos até o momento em que vamos dormir. Ela está em tudo, principalmente no ambiente de trabalho. Precisamos ficar atentos para que, a qualquer momento, o que precisa ser comunicado não possa se transformar em más ou confusas informações. Afim de que o sucesso da organização seja alcançado é necessário que haja uma integração entre os colaboradores, desenvolvendo assim uma importância na interação e compreensão das informações. Sabemos que, muitas vezes, a informação não chega ao seu destinatário de forma tão eficaz, podendo ser facilmente mal interpretada ou confundida. Por isso é fundamental que a comunicação seja sempre priorizada para que não ocorram complicações que possam afetar diretamente e indiretamente a instituição.

A comunicação é essencial em tudo e sem a sua compreensão não podemos ir além. Ela permite entender melhor as coisas, para que assim não ocorram perdas futuras. A comunicação é importante dentro de uma organização pelo simples fato de gerar o sucesso ou a ruína de um projeto.

Hoje percebemos a falta de uma comunicação mais pessoal e de qualidade, pois estão substituindo pessoas por ferramentas modernas como *e-mail* ou *WhatsApp*. Segundo Cavalcante (2008), podemos observar que a comunicação é uma estratégia frente às batalhas e a forma como ela vai ser utilizada pelos gestores de uma organização fará a diferença entre vencer ou perder uma guerra. Portanto, cabe a cada profissional estudar, avaliar e aplicar melhor a utilização da comunicação para que esta diferença seja vista e refletida de forma positiva dentro da organização que o mesmo está inserido. Uma palavra errada ou mal

Para Haroldo Pereira (2005), a comunicação é o simples fato de um ser A transferir uma informação para um ser B. É a forma de um ser interagir com outros seres, trocando informações de seu interesse.

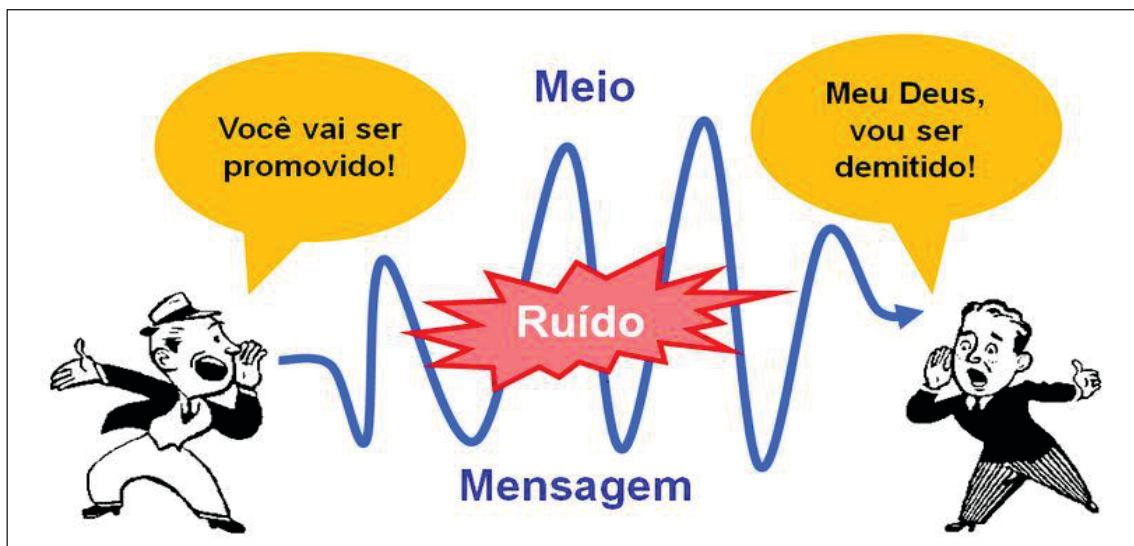
Comunicação e interação

Para que a comunicação, de fato, se efetive, é necessário que haja os elementos básicos da comunicação: emissor, receptor e mensagem. É necessário ainda que o emissor tenha a intenção de realizar tal ato, que a mensagem seja enviada de forma clara e objetiva e que o receptor compreenda a mensagem.

Com relação à importância da comunicação, podemos considerá-la como um processo social básico porque é ela que torna possível a vida em sociedade, e viver em sociedade significa a troca de informações entre os seres humanos e que só se concretiza por meio da comunicação. Assim, a comunicação rege todas as relações humanas.

Barreiras na comunicação

Figura 02 – Ruídos na comunicação



Fonte: <http://1.bp.blogspot.com/c264MuLA/>

Segundo Gessner (2007), ruído é um desvio no processo de comunicação que provoca o mau entendimento da mensagem. Apesar da evolução da tecnologia, ainda existem esses problemas que impedem a comunicação no seu todo de ser bem sucedida. Isso pode ocorrer não só pela falta de informação, como também pelo excesso dela. Os ruídos surgem por alguns fatores, sejam eles no ambiente onde se trabalha, na distração na hora que a

informação está sendo passada e a linguagem na qual está sendo transmitida. Ao enviar, por exemplo, um texto com termos técnicos para um receptor que não esteja familiarizado com este tipo de linguagem, provavelmente ele terá bastante dificuldade na compreensão, podendo acarretar prejuízos na fidelidade desta relação, seja ela na esfera familiar ou comercial.

Ainda no tocante aos ruídos na comunicação sabemos que, conforme Soares (2008), é preciso evitá-los, disponibilizando ferramentas ou programas de relacionamentos específicos aos colaboradores, reduzindo os inesperados ruídos e conflitos que dizem respeito aos interesses da comunicação institucional.

Conhecendo então esses obstáculos na comunicação é importante buscar estratégias de aperfeiçoamento nos processos e investimentos nos recursos que envolvam a comunicação. Dentre alguns fatores que causam os ruídos observaremos apenas 3 tipos: ambiente adverso, o momento em que a mensagem está sendo emitida e a linguagem inadequada.

Ambiente adverso: é causado por sons que vêm de determinados lugares, pela circulação de muitas pessoas no ambiente, som muito alto, etc., fazendo com que o receptor não consiga ouvir e compreender o que está sendo transmitido.

O momento em que a mensagem está sendo emitida: normalmente a dificuldade na compreensão é causada por qualquer coisa que lhe tire a atenção quando se deixa vagar por pensamentos em outra coisa, desse modo perdendo o foco da mensagem. Por exemplo, uma dor em alguma parte do corpo, a preocupação em realizar determinada tarefa exigida pelo chefe, o estresse no ambiente de trabalho, entre outros.

Linguagem inadequada: é aquela que ouvimos e não compreendemos por conter termos muito técnicos, palavras de um idioma desconhecido pelo receptor ou alguns vocábulos ou frases que possam conter ambiguidade ou duplicidade de sentido.

Conforme cita Soares (2008), para se ter uma comunicação livre de ruídos dentro da instituição a informação precisa ser clara ao ponto de ser compreendida por todos os funcionários, não havendo dúvidas, muito menos distorções ou duplo sentido. Uma comunicação eficaz é aquela em que todos conseguem entender e repassa-la adiante sem que seja mudada de sentido. Podemos evitar os ruídos de uma forma equilibrada, mantendo assim o ambiente adequado e livre de problemas. Funcionários devem ser treinados e bem informados, procurando transmitir uma mensagem com uma linguagem clara e objetiva, evitando ao máximo os indesejáveis ruídos e também planejando melhor a forma de transmitir essa mensagem.

A necessidade da comunicação na instituição

Apesar de ser uma ferramenta muito importante, a comunicação no ambiente institucional não se faz sozinha. Embora o colaborador tente deixar a mensagem muito clara, ainda deve existir a colaboração por parte do receptor, pois a questão da escuta ou a interpretação da mensagem depende muito dele. Saber ouvir é, pois, parte fundamental no processo de comunicação, contribuindo para a boa compreensão da informação. Saber ouvir e compreender a mensagem são de suma importância para se ter sucesso ou até mesmo fracasso nas escolhas e decisões, pelo simples fato de não absorver a comunicação ou a informação correta, não apenas limitando-se ao ambiente de trabalho, como também na vida pessoal. É fundamental entender o que se quer passar através de uma informação, seja ela através da fala, da escrita, de gestos, sinais ou até mesmo da linguagem corporal.

No ambiente institucional o que ocorre para haver falhas é quando a linguagem entre os setores parece não ser a mesma. Muitas vezes um colaborador prega um conceito e pratica outro. Quando falamos sobre a importância da mesma na instituição, temos de incluir informações da empresa como um todo. Se os funcionários não possuem acesso às ferramentas ou informações necessárias de outros setores pode ocorrer um dos erros mais comuns: os ruídos na comunicação pela distorção de informações. Os colaboradores devem ter segurança nas informações prestadas, evitando o “disse-me-disse” ou as informações desencontradas, devendo buscá-las de fontes legítimas.

Comunicação interna

Temos por conhecimento que a comunicação é o processo de troca de informações entre duas ou mais pessoas e que vem sendo usado desde que o mundo existe. No ambiente interno e externo de uma instituição não é diferente. A precisão em fazer com que os colaboradores interajam e se compreendam dentro de uma empresa é tão importante quanto o relacionamento com os clientes fora da empresa (RUGGIERO, 2002 apud MELO, 2006).

Não basta ter uma boa equipe com grandes talentos. Se não estiverem bem informados, se seus integrantes não se comunicarem adequadamente, não será possível potencializar a força humana na empresa. Um bom ambiente interno, com uma eficaz comunicação interna, torna o ambiente empresarial ou institucional mais eficiente também com o público externo. Com a era da tecnologia, a habilidade no processo de desenvolvimento da coleta de dados informativos é uma forma importante de melhoria contínua no processo de comunicação interna e externa.

Para Caldas (2017), mesmo diante de um mundo em constantes mudanças e evoluções, principalmente tecnológicas, onde o acesso à informação está cada dia mais fácil, nem sempre ela chega a todos e geralmente não consegue atingir o público certo, não havendo efetividade na comunicação. Quando se trata do meio organizacional, não é muito diferente. As informações são geradas, mas nem sempre causam os efeitos desejados, pois nem todos tiveram acesso, ou não houve divulgação adequada, ou faltaram clareza e objetividade na mensagem, gerando ruídos na sua compreensão.

Diante da afirmação de Caldas (2017), percebemos que a comunicação interna é papel fundamental para a evolução de um bom relacionamento entre os colaboradores, de modo que os objetivos da instituição possam ser alcançados.

Comunicação externa

No ambiente externo da instituição é reforçada a ideia de que a comunicação é a “alma do negócio”, pois atualmente vivemos num mundo no qual as informações precisam estar adequadas aos públicos de acordo com as necessidades de ambos. A comunicação externa é tão importante quanto a interna, visto que a mesma é responsável em apresentar a instituição para fora do seu campo interno, mostrando aos clientes e futuros clientes e colaboradores sua visão e sua missão.

Saber como tratar e filtrar as informações e notícias vinculadas à organização, no meio externo, é de extrema importância para manter a imagem da instituição. Passar informações incoerentes ou inadequadas pode ocasionar resultados devastadores e muito negativos a respeito da empresa, o que pode afetar o desenvolvimento e o objetivo da mesma. Para que não haja essas grandes falhas na comunicação empresarial externa, é importante que as organizações desenvolvam estratégias e ações focadas nessa área, treinando melhor seus colaboradores. Avaliar o ambiente de mercado e as formas de comunicação e marketing, adequados e destinados ao público alvo da organização, são as principais ações que devem ser tomadas ao iniciar um projeto de comunicação externa. É preciso esclarecer que, nesse processo, é necessário que o gestor tenha um cuidado extra, já que o planejamento é primordial para prevenir riscos à imagem da instituição.

A eficiência da comunicação externa apresenta valores ao público, construindo e desenvolvendo os planos de ações que serão apresentados na instituição. Para isso será necessário profissionais que atuem na área e que mostrem o objetivo de forma clara e concreta no que se refere à missão, visão, valores e políticas praticadas pela empresa.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino, com características qualitativas e quantitativas, composta por 5 (cinco) perguntas com 2 (duas) opções de respostas (sim ou não), tendo como finalidade analisar qual o verdadeiro valor que a empresa dá à comunicação. A pesquisa, feita por amostragem, contou com a participação de 20 alunos.

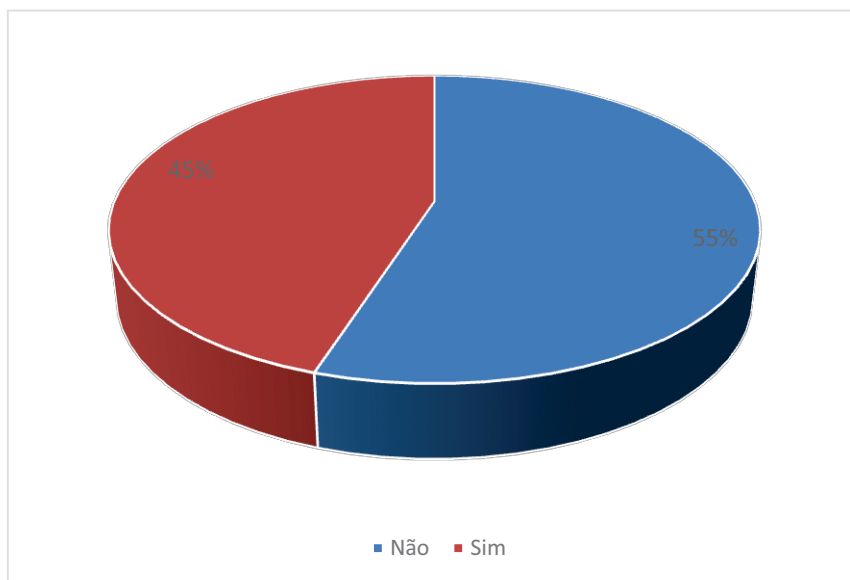
COLETA DE DADOS

Quadro 1 - Questionário

Perguntas	Respostas	
	Não	Sim
1.A comunicação na sua instituição de ensino é eficaz?	11	9
2.Quando você tem algum problema em relação à comunicação em um setor ele é solucionado?	11	9
3.É de fácil acesso a comunicação com os professores?	1	19
4.Existem falhas na comunicação de sua instituição de ensino?	0	20
5.Você já perdeu algum evento ou aula importante por falta de comunicação na instituição de ensino?	5	15

Fonte: os autores

Gráfico 1 - Comunicação eficaz

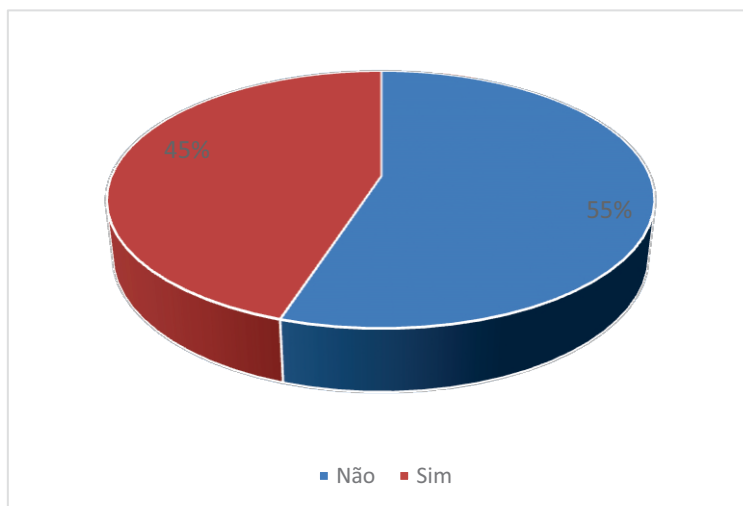


Fonte: os autores

O gráfico mostra que 45% dos alunos estão satisfeitos com a comunicação da instituição, pois eles alegaram que quando precisaram de algumas informações os funcionários foram prestativos e os orientaram corretamente, desde o contato por telefone (*Call Center*) até os gestores. Porém, 55% dos alunos estão insatisfeitos com a comunicação da mesma, pois afirmaram que sempre que precisaram tirar dúvidas não foram prontamente atendidos, e quando foram, as explicações não eram precisas, voltando o aluno com a mesma dúvida ou, algumas vezes, gerando outra.

Segundo a maior parte dos alunos entrevistados, quando existe algum evento na instituição, muitos só ficam sabendo de última hora. Vários entrevistados também afirmaram que para a informação chegar realmente clara e precisa deveria circular antes por cada um dos setores, e isso deveria acontecer de forma rápida e prática, sendo os funcionários instruídos antes de começarem as suas atividades, adotando um cronograma do que aconteceria durante aquele dia.

Gráfico 2 - Soluções de problemas em relação à comunicação

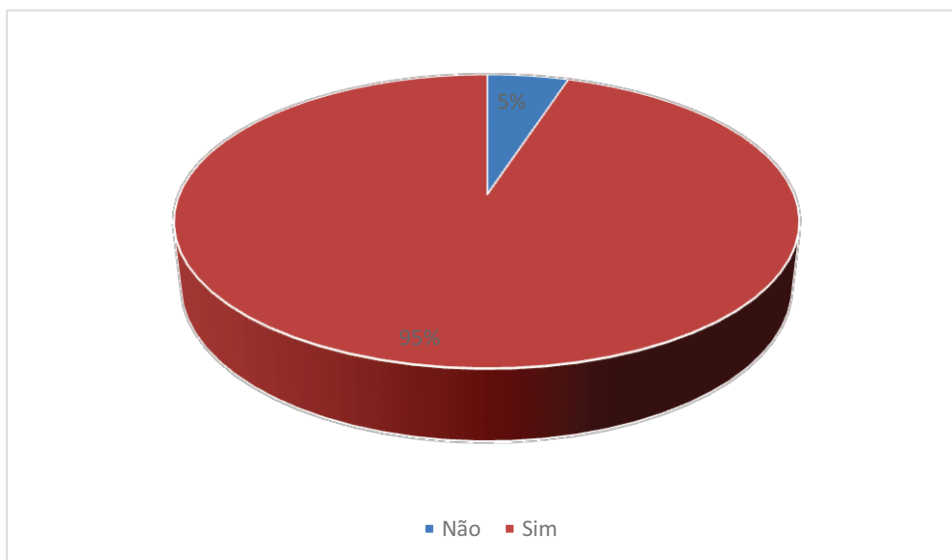


Fonte: os autores

Com base na pesquisa realizada entre os alunos que colaboraram com este trabalho, podemos perceber que de 100% dos entrevistados, 55% deles afirmaram que ao procurar os responsáveis para solucionar o problema, de imediato não adquiriram o retorno desejado, ou seja, na tentativa de encontrar soluções para os casos apresentados, não obtiveram sucesso. Segundo os próprios alunos, o problema era passado de um lado para o outro e não era resolvido rapidamente. Pelo contrário, levava-se muito tempo para obter uma resposta clara e precisa, o que ocasionou, na maioria das vezes, em frustração, desmotivação, desgaste, e muitos outros fatores negativos que vieram no decorrer de todo o processo e que levaram os mesmos a esta conclusão.

Conseqüentemente, nota-se que esse tipo de situação poderia ser evitado se as medidas cabíveis fossem tomadas. Deste modo o aluno não perderia tanto tempo esperando por respostas ao tentar questionar um setor que não está orientado para determinada situação. Por outro lado, 45% dos entrevistados afirmaram que tiveram seus problemas solucionados. É de suma importância o resultado desta pesquisa, pois a empresa poderá rever todo o processo de comunicação e informação, de modo que alunos, colaboradores e a própria instituição se beneficiem.

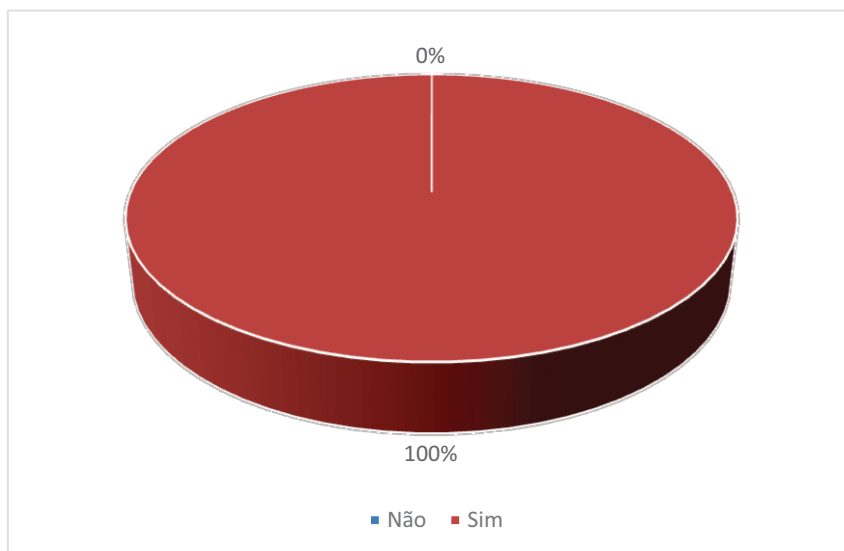
Gráfico 3 – Facilidade no diálogo com os professores



Fonte: os autores

Ainda de acordo com o levantamento da pesquisa realizada, é notório que a comunicação entre alunos e professores é consideravelmente de fácil acesso. 95 %, ou seja, a grande maioria dos alunos, se comparado aos 5% que discordaram, confirmam a facilidade que tem para tirar dúvidas, se expressar e também ser ouvido pelos seus mestres. Sabemos que para a instituição, esses dados são de muita valia, pois agrega cada vez mais valor. Embora essa relação saudável entre alunos e professores seja obviamente positiva, não podemos menosprezar os 5% que discordaram. É preciso rever onde possivelmente está o problema para que seja corrigido de maneira contínua. Vale lembrar que o mesmo marketing boca a boca que promove também pode embaraçar a relação do aluno com a instituição. Segundo Melo (2006), a imagem da empresa é muito importante para a sobrevivência da mesma. Para ter uma imagem consolidada é necessário transformar seus funcionários em verdadeiros embaixadores da boa vontade de sua empresa. A partir desse desenvolvimento analisamos que a comunicação, no seu amplo sentido, deve ser valorizada e reconhecida para sua sobrevivência e expansão.

Gráfico 4 - Falhas nas informações



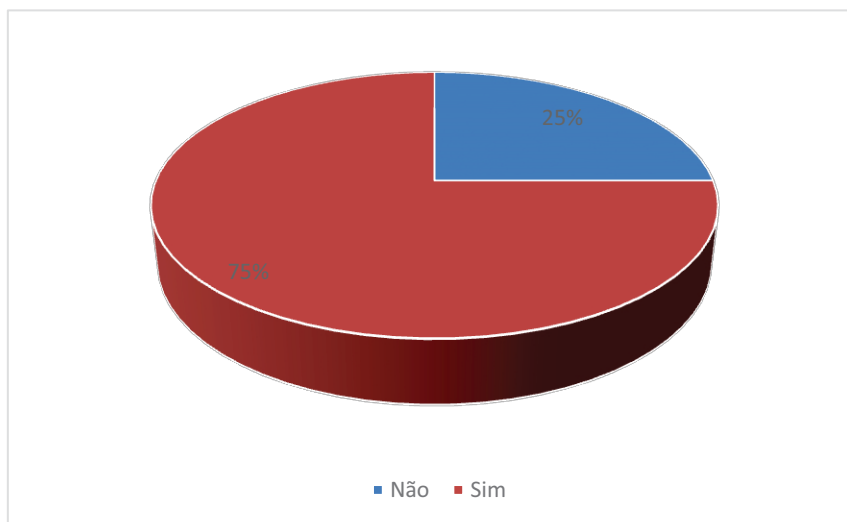
Fonte: os autores

Segundo a pesquisa e como nos mostra o gráfico dos entrevistados, 100% deles disseram que existe falha na comunicação em sua instituição de ensino. Alguns dos entrevistados informaram que ao perguntar sobre determinado assunto a alguns funcionários eles não souberam responder qual o setor responsável em solucionar tal problema. Sabemos que não existe uma instituição perfeita ou até mesmo uma empresa de qualquer ramo ou negócio que não tenha problemas ou falha na comunicação. Uma organização que lida com pessoas diferentes, crenças, culturas, línguas e raças sempre está propensa a conviver com essas falhas, porém devemos estar sempre atentos para eliminar ou minimizar essas pequenas falhas e se comprometer a fazer o possível para solucionar totalmente os problemas apresentados pelos nossos clientes.

Vivemos em uma sociedade onde a comunicação ou informação muitas vezes é tão rara. O modo como passamos uma mensagem nem sempre é aceita e compreendida por todos. Alguns conseguem captar melhor uma mensagem e outros não. Quando lançamos as perguntas, alguns candidatos responderam apenas o que foi solicitado, no caso das respostas sim ou não. Outros procuraram trazer mais informações complementares para as respostas. Alguns outros até tiveram certa dificuldade em entender e responder. Percebemos, assim, que a comunicação pode ser entendida facilmente por uns. Entretanto, outros podem não ter tanta facilidade na compreensão.

Vários entrevistados deixaram claro que não existem falhas em apenas um setor, e sim na instituição em geral.

Gráfico 5 - Perda de algo significativo



Fonte: os autores

O gráfico nos mostra que de 100% dos alunos entrevistados, 75% deles já perderam algo de muita importância, não só pela falta de informação nas redes de comunicação que a instituição fornece, e sim por falta de certeza dos funcionários ao repassar a mensagem. Eles alegaram que não só perderam aulas, como também eventos importantes para seu crescimento profissional. Outros argumentaram ter perdido tempo, no caso de alguns alunos que estudam a noite e que trabalham, pois chegavam à instituição e não havia aulas. Muitos sugeriram que uma simples mensagem fosse enviada pelas redes de comunicação como o próprio *Facebook* da instituição, o *site* da mesma, por grupos de *Whatsapp* ou até mesmo por *e-mail* pessoal.

Alguns entrevistados afirmaram que ligaram inúmeras vezes para o setor de atendimento e os colaboradores, não sabendo informar, pedem para ligar 20 minutos depois. Passado esse tempo, voltaram a ligar e continuavam sem respostas. 25% dos alunos entrevistados informaram que nunca perderam aulas ou algum evento importante, pois eram informados, viam os recados nos murais e no *site* da própria instituição e quando ligavam recebiam retorno da dúvida que tinham (no caso de não haver aulas ou se teria algum evento). Vários recebem informações também por outros amigos através do *WhatsApp* de grupos da própria sala. Sabemos que sempre haverá os dois lados e que nem sempre é possível agradar a todos, mas como instituição, deve-se fazer sempre o melhor, elaborando assim um planejamento eficaz, tendo uma visão ampla da instituição para atingir assim o máximo de alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada é possível destacar nesse artigo que a comunicação é essencial em qualquer instituição de ensino ou empresa de qualquer segmento e que a falta ou ineficácia da mesma implica no insucesso de qualquer negócio. É fundamental que a informação possa ser clara e precisa, sendo ela passada através de qualquer ferramenta disponível.

Através da pesquisa foram registradas algumas sugestões de soluções a serem tomadas. Uma delas foi um formulário no qual viria destacado cada setor e as atividades que o mesmo fornece para os alunos. Um quadro com um fluxograma ficaria em um lugar estratégico, como na entrada da instituição, sendo visível para quem chegasse à instituição, mostrando os diferentes setores e o que cada um pode fazer pelos alunos. Dessa forma o aluno já iria se dirigir ao setor responsável, evitando assim o desgaste de ambos, ou até mesmo a informação errada, deixando o aluno satisfeito e o funcionário sem sobrecarga. Isso o deixaria mais motivado e valorizado no seu setor. O aluno ganhará tempo em busca dos seus objetivos, pois já sabe a quem procurar e os funcionários poderão ser mais produtivos e satisfeitos por não precisarem estar repetindo toda hora a mesma informação.

Uma informação clara e sucinta é tudo que o aluno/cliente deseja ouvir. Assim como existe a divulgação externa, também deveria ser investido mais na divulgação interna. A instituição poderia investir em treinamento e capacitação para seus colaboradores.

Seria interessante a empresa repassar para todos os funcionários, de todos os setores, as novas campanhas a serem lançadas, divulgando os descontos, novos valores e outras informações relevantes para que todos os colaboradores dos setores diversos pudessem falar a mesma linguagem. Quando se veste a camisa da empresa tem-se como obrigação saber vender bem o seu peixe. Sabemos que, mesmo sendo algo não tão formal, a propaganda boca a boca ainda existe, é muito forte e ainda funciona muito bem.

REFERÊNCIAS

AURÉLIO. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 7. ed. São Paulo: Positivo, 2009.

CALDAS, Priscila. **Ruídos na comunicação.** 29 jul. 2010. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/ruidos-na-comunicacao/46869/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

_____. **Comunicação interna nas organizações.** 15 abr. 2017. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/comunicacao-interna-nas-organizacoes/103998/>. Acesso em: 08 dez. 2017.

CAHEN, J. **Comunicação empresarial.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CAVALCANTE, Shirley Maria. **Gestão da comunicação organizacional Conhecendo as ferramentas e suas aplicabilidades.** Agosto de 2008. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos3/gestao-comunicacao-organizacional/gestao-comunicacao-organizacional2.shtml>. Acesso em: 12 dez. 2017.

GESSNER, G. **Comunicação** (documento online). Disponível em: <http://www.artigos.com/artigos/sociais/administracao/comunicacao-1511/artigo>. Acesso em: 13 nov. 2017.

MELO, Vanessa Pontes Chaves de. **A comunicação interna e sua importância nas organizações.** Agosto de 2006. Disponível em: <http://www.acmcomunicacao.com.br/wp-content/midias/A-comunicacao-interna-e-sua-importancia-nas-organizacoes-Vanessa-Pontes-Chaves-de-Melo.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

PEREIRA, H. **Curso Básico de Teoria da Comunicação,** São Paulo: Quartet, 2005.

RUGGIERO, Alberto Pirró. **Qualidade da comunicação interna.** 08 out. 2002. Disponível em: <http://www.convictiva.com.br/artigos/comunicacao-externa-isso-existe/>. Acesso em: 08 dez. 2017.

SOARES, Paulo Henrique Leal. *Mídia organizacional: o agendamento estratégico.* In: ABERJE. **Comunicação Interna: A força das empresas.** Vol. 4 (p. 97-110). São Paulo: ABERJE Editorial, 2008.

ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA: UM ESTUDO APLICADO A UMA MICROEMPRESA DO RAMO DE CALÇADOS

Ib Ferreira Leite¹
Luciana Francisca Tavares Costa²
Valessa Maria Gomes da Silva Lemos³

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar uma microempresa que atua no ramo de vendas de calçados, no período de julho a dezembro de 2017. Através do Fluxo de Caixa Realizado, foi feita uma análise dos dados, assim como algumas entrevistas, o que facilitou o planejamento mais adequado para as finanças de curto prazo, possibilitando haver um maior controle dos recursos financeiros. Nas teorias abordadas foram utilizadas pesquisas bibliográficas, além de artigos disponibilizados na internet. Ficou demonstrado, através do nosso objeto de estudo, que a empresa analisada não possui um controle financeiro adequado, o que poderia acarretar prejuízos futuros. Diante dessa necessidade foi constatada a ausência de um planejamento financeiro/contábil que realmente demonstrasse à administradora como e quando deveria tomar uma decisão, contribuindo para um bom funcionamento da organização com a finalidade de permanecer atuante no mercado. Foram sugeridas melhorias que contribuíssem para o melhor gerenciamento, buscando a maximização do lucro e tornando a empresa mais competitiva. As empresas nascem com um único objetivo: dar lucros. É óbvio que todas querem permanecer no mercado, mas para que isto venha a acontecer é necessário ter um alto controle sobre a organização, pois é através deste controle que o administrador poderá examinar como está, de fato, a situação financeira da empresa.

Palavras-chave: Fluxo de caixa. Microempresa. Planejamento financeiro/contabil.

Data de submissão: 28/03/2019

Data de aprovação: 09/04/2019

INTRODUÇÃO

Devido às dificuldades econômicas e mercadológicas, cresce a necessidade dos gestores de ter ao menos um conhecimento básico acerca da administração financeira que, por meio da implantação de instrumentos de controle e análise, permitam gerar informações para auxiliar a tomada de decisão e a permanência no mercado. Nesse sentido, cabe ao gestor financeiro, através de métodos, e não da intuição, definir os melhores procedimentos para alcançar metas

¹ Professor e Orientador da Faculdade Metropolitana da Grande Recife: ibfleite@gmail.com

² Aluna do Curso de Ciências Contábeis da FMGR: lucianacosta208@gmail.com

³ Aluna do Curso de Ciências Contábeis da FMGR: valessagomes@hotmail.com

e objetivos da empresa e sua estabilidade financeira, pois, para se ter uma gestão financeira eficaz, necessita-se de instrumentos confiáveis que auxiliem o gestor a conhecer os rendimentos e as necessidades de financiamentos para que possa tomar as decisões corretas.

Entretanto, apesar dessa conscientização, uma grande parte das organizações tem dificuldades na formação e implantação desses instrumentos e não conseguem geri-los de forma adequada, aproveitando todos os seus recursos. Segundo Frezatti (1999, p. 28), um instrumento gerencial adequado é aquele que permite apoiar o processo decisório da organização. Sem ferramentas de controle as atitudes administrativas são tomadas de modo que muitas vezes não se traduzem em resultados satisfatórios.

É nesse contexto que se destaca o fluxo de caixa como um instrumento que possibilita o planejamento e controle de recursos financeiros de uma empresa. O fluxo de caixa é umas das ferramentas essenciais para garantir a boa gestão. Ela baseia-se no controle das movimentações financeiras, permitindo que se tenham informações importantes para a administração do negócio. O seu principal objetivo é assegurar o equilíbrio financeiro da empresa. Mesmo assim, algumas empresas não se preocupam com esses controles financeiros e acabam gerando desperdícios, aumentando seus gastos por falta de controle. Dessa forma, a empresa começa a perder competitividade no mercado, onde a concorrência cada vez mais acirrada exige, no mínimo, um controle de caixa.

De acordo com a realidade mencionada, a presente pesquisa abordou a implantação do fluxo de caixa em uma microempresa do ramo de vendas de calçados como uma ferramenta gerencial que possibilitasse maior controle de seus recursos financeiros, sugerindo melhorias que contribuam para o melhor gerenciamento, buscando a maximização do lucro da proprietária e tornando a empresa mais competitiva.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Fluxo de caixa como ferramenta de gestão

Diante da preocupação da gestora em obter informações mais precisas para se ter uma boa administração, o instrumento que melhor demonstrou a disponibilidade de recursos imediatos foi o fluxo de caixa. Nesse sentido, ele se constitui como de essencial importância em todas as etapas da gestão empresarial, seja na idealização, implementação das atividades ou na avaliação do desempenho dos administradores e na análise do resultado.

Conceito de planejamento financeiro

Planejamento financeiro é uma importantíssima ferramenta que possibilita analisar e reavaliar todos os processos que determinam a sobrevivência da empresa e contribuem para a permanência da mesma no mercado. É através desse planejamento que o gestor financeiro conseguirá estabelecer, com antecedência, as ações necessárias para atingir os objetivos fixados.

O planejamento financeiro tem como objetivo impedir surpresas e estabelecer alternativas, caso ocorram imprevistos, pois este sistema busca visualizar antecipadamente possíveis resultados, com a finalidade de obter informações que contribuirão para a tomada de decisão e assim conseguir obter resultados satisfatórios que irão contribuir para a continuidade da organização.

Em relação a este tema, Hoji (2014) afirma que:

o planejamento financeiro consiste em estabelecer com antecedência as ações a serem executadas dentro de cenários e condições preestabelecidos, estimando os recursos a serem utilizados e atribuindo as responsabilidades para atingir os objetivos fixados. (HOJI, 2014, p. 411).

Instrumento de apoio de decisão

Conceitualmente, o fluxo de caixa é uma ferramenta que relaciona as entradas (ingressos) e saídas (desembolsos) de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo. A partir da elaboração do fluxo de caixa é possível prognosticar eventuais excedentes ou escassez de caixa, determinando-se medidas saneadoras a serem tomadas (NETO; SILVA, 2006, p. 39).

Conforme cita Zdanowicz (2000):

Denomina-se por fluxo de caixa os conjuntos de ingressos e desembolsos de numerário ao longo de um período projetado. O fluxo de caixa consiste na representação dinâmica da situação financeira de uma empresa, considerando todas as fontes de recursos e todas as aplicações em itens do ativo. (ZDANOWICZ, 2000, p. 40).

Diversos autores, entre eles Marion (2003) e Santos (2001), consideram que as principais alterações nos saldos de caixa decorrem de fatores externos e internos à empresa. Em relação aos primeiros, ressalta-se: o declínio de vendas, a expansão ou retração do mercado, elevação do nível de preços, concorrência, inflação, alterações nas alíquotas de impostos, inadimplência. E, dentre os fatores internos, se destacam as alterações das políticas de produção, de vendas, de distribuição, de compras, de pessoal, entre outras. É importante salientar que, para o fluxo de caixa apresentar eficiência durante a sua execução, é necessário

considerar as funções de planejamento e controle de todas as atividades operacionais da empresa para o período que está sendo projetado.

Ainda em relação ao controle do fluxo de caixa, Zdanowicz (2004, p. 186) destaca aquelas por ele consideradas essenciais:

- Os saldos de caixa apurados no boletim diário de caixa e bancos, no controle financeiro diário e no próprio fluxo de caixa, devem refletir o saldo real disponível em caixa;
- O fluxo de caixa deverá ser revisto e divulgado, no máximo, até o dia cinco do mês seguinte, a fim de que se possa orientar o rumo dos negócios;
- Todos os elementos responsáveis deverão posicionar-se no último dia de cada mês para efeito de estimativa, mesmo que algumas informações se tenham realizado nos primeiros dias do mês seguinte e a projeção ainda não tenha sido elaborada;
- A data dos documentos não é significativa para efeito de fechamento do mês. Há, normalmente, uma defasagem entre a data do recebimento do numerário, podendo ser fixado, portanto, o momento do fechamento do período;
- Conforme já foi exposto, ao referir-se ao caixa, na realidade, está-se referindo ao controle do disponível.

Desta forma, fluxo de caixa é um instrumento que relaciona as entradas e saídas de caixa da empresa, em um determinado período de tempo, e que permite a identificação prévia de excedentes ou escassez, considerando todas as fontes de recursos. O fluxo de caixa é uma ferramenta importante para a tomada de decisões, pois é através dos resultados obtidos da sua análise que o gestor conseguirá verificar a saúde financeira da empresa, tendo uma resposta clara sobre as possibilidades de sucesso do investimento e do estágio atual. Sendo um instrumento gerencial que permite apoiar o processo decisório, as informações devem ser orientadas por ele. Pode-se considerar que o fluxo de caixa reflete e prevê o que irá acontecer com as finanças da organização num determinado período de tempo.

De modo muito usado pelas empresas, devido ao seu fácil entendimento e também por conter informações exatas da situação financeira, o fluxo de caixa é um facilitador para a tomada de decisões. Havendo uma sincronia nesta ferramenta, o administrador financeiro terá calma para definir em qual momento tomará sua decisão. Empresas que sempre têm falta de caixa e que necessitam de empréstimos de última hora poderão perceber como é difícil encontrar bancos que as financiem. O fluxo de caixa serve para orientar o administrador financeiro sobre a situação real da empresa, indicando sobre a carência de recursos num determinado período, de forma que as decisões tomadas contribuam para a organização. Enfim, pode-se dizer que um fluxo de caixa eficaz possibilita ao administrador financeiro tomar decisões mais acertadas, de forma que a empresa contribua no repasse das informações. Sem ele não é possível saber se haverá caixa suficiente para sustentar as operações ou quando se necessitará de financiamentos bancários, por exemplos.

A geração de fluxo de caixa é algo fundamental na organização, desde seu estágio inicial, passando pelo desenvolvimento e até mesmo no momento de sua extinção. Devemos considerar esta ferramenta, na organização da empresa, como um instrumento gerencial. Isso não significa que ela vai prescindir da contabilidade e dos relatórios gerenciais por ela gerados. Ao contrário, com o fortalecimento dos relatórios gerenciais gerados pela contabilidade, pretende-se aliar a potencialidade do fluxo de caixa para o melhor gerenciamento das decisões.

Empresas em dificuldades nos negócios, em concordatas ou que estejam tentando evitar a falência, colocam-se nas mãos do fluxo de caixa para encontrar uma saída. Isto é válido, porém, parece a estratégia doente que evitava hábitos saudáveis até ser realmente confrontado com a perspectiva de morte. Como mencionado por Zdanowicz (2000, p. 54), “uma empresa, antevedendo um excedente de caixa, poderá planejar seus investimentos de forma segura, ao passo que a outra, estimando escassez de caixa, poderá projetar as possíveis fontes de financiamento para suprir as futuras necessidades do caixa”.

Pensar no fluxo de caixa da empresa é sempre muito saudável, independentemente de ela estar atravessando bons ou maus momentos. Em algumas organizações o fluxo de caixa é visto como um instrumento tático a ser utilizado no dia-a-dia. Em outras, ele tem um alcance maior, que pode ser chamado de utilização estratégica do fluxo de caixa nos negócios da empresa. Controlar o fluxo de caixa é tão importante quanto o processo de planejamento, “pois um depende do outro para que ambos possam ser úteis e práticos” (ZDANOWICZ, 2004, p. 173.) A revisão do fluxo de caixa compreende os seguintes controles, conforme Zdanowicz (2004, p. 174): controle diário da movimentação bancária, boletim diário de caixa e bancos, e controle financeiro diário. Entretanto, de nada adianta projetar o fluxo de caixa se o mesmo não for considerado um auxiliar no processo decisório. “A projeção de necessidades futuras poderá indicar a escassez ou o excedente de recursos” (ZDANOWICZ, 2004, p. 178). No caso de insuficiência de recursos, o fluxo de caixa indicará que se tomem decisões e providências antecipadas em tempo hábil, possibilitando que a empresa escolha a alternativa mais viável.

De forma correta, a avaliação do fluxo de caixa poderá auxiliar nas futuras projeções da empresa no que se refere aos recursos de curto e longo prazo. Manter o fluxo de caixa significa ter controle rigoroso dos recursos financeiros da empresa, identificando, antecipadamente, qual será o destino das receitas, assim como determinar como serão pagas as despesas da mesma. Aprofundando um pouco mais o estudo sobre este tema, é possível identificar as alternativas de investimentos que podem ser feitas pelas empresas, cujas

informações serão obtidas através de um fluxo de caixa. Nestes termos, o fluxo de caixa projetado será útil como instrumento de análise e tomada de decisão entre as alternativas de investimento que o administrador financeiro pretende realizar. (ZDANOWICZ, 2004, p. 290).

Para Silva (2005), uma empresa que quer manter-se no mercado de maneira saudável ou crescer de maneira sustentada precisa ter uma visão ampla, não se comprometendo apenas com a tesouraria (caixa), mas também com aspectos como: coordenar integralmente o fluxo de caixa, buscar melhores oportunidades de aplicação de recursos nas atividades operacionais, manter o nível de liquidez em consonância com objetivos da empresa, entre outros.

Contas a pagar e receber

O gerenciamento de entrada e de saída de seus recursos está fortemente relacionado com a gestão do caixa. Sendo assim, um extraordinário instrumento de apoio às decisões.

Para Silva (2005), o fluxo de caixa realizado tem como principal objetivo informar como será o fluxo de entradas e saídas de recursos financeiros de um determinado período. Uma boa análise do fluxo de caixa realizado é fundamental para construir um fluxo de caixa projetado, pois o realizado mostra as tendências e serve como base para a projeção futura.

Tófoli (2008) afirma que a gestão das contas a pagar está diretamente ligada ao caixa. Ele é um dos assuntos mais atuantes no setor. Sendo assim, faz-se necessário o uso de planilhas e relatórios para se obter um controle de caixa qualificado, apurando as receitas e despesas, visualizando de forma organizada e antecipada o cumprimento de suas obrigações e necessidades com os fornecedores.

Para José Netto (1999), o setor de contas a receber é de extrema importância para as empresas, pois é ele que irá fornecer informações sobre o quanto a empresa tem a receber de seus clientes, assim alimentando o fluxo para as disponibilidades do período. Junto com esse setor nasce mais uma atividade que é a cobrança. Esta é responsável por deixar a carteira da empresa em dia.

Fluxo de caixa como fundamento para a tomada de decisões

Para melhor compreender o fluxo de caixa, buscam-se fundamentos em alguns autores. Santos (2001, p. 57) explica que o “fluxo de caixa é um instrumento de planejamento financeiro, que tem por objetivo fornecer estimativas da situação de caixa da empresa em determinado período”. Zdanowicz (2000, p. 23) também apresenta outros fundamentos do fluxo de caixa: buscar o equilíbrio entre os fluxos de entrada e saída de recursos; saldar as obrigações incorridas dentro do prazo estabelecido; prever desembolsos de caixa em volumes

elevados em épocas de encaixe baixo; proporcionar ao gestor financeiro uma visão estratégica da situação da empresa; demonstrar em que período a empresa precisa captar recursos ou aplicá-los quando existir excedente de caixa; visualização do volume de vendas da empresa e análise da situação de inadimplência dos clientes.

Desta forma, observa-se que o fluxo de caixa propõe ao gestor uma visão ampla dos aspectos financeiros da empresa, dando a ele maior respaldo para efetuar seus investimentos, pois essa ferramenta deixa claro a origem e o destino dos valores. Fica a critério do gestor avaliar e ponderar sobre os passos da empresa no período analisado.

Ferreira (2003, p. 13) apresenta dez pontos prioritários evidenciados no fluxo de caixa para analisar e tomar decisões conforme quadro abaixo:

Quadro 01 – Pontos prioritários

Item	Descrição
1	Avaliar e controlar ao longo do tempo as decisões financeiras importantes que são tomadas na administração da empresa;
2	Permitir o planejamento dos desembolsos de acordo com a disponibilidade de caixa, evitando-se o acúmulo de compromissos vultosos na mesma época;
3	Facilitar a análise das linhas de crédito a serem obtidas junto às instituições financeiras;
4	Programar os ingressos e desembolsos de caixa de forma criteriosa, permitindo determinar o período em que deverá ocorrer carência de recursos;
5	Certificar que os excessos monetários de caixa estão sendo devidamente aplicados;
6	Determinar quanto de recursos próprios a empresa dispõe em dado período;
7	Aplicar os recursos financeiros de forma mais rentável possível, bem como analisar os recursos de terceiros que satisfaçam as necessidades da empresa;
8	Projetar um plano efetivo de pagamento de débito, avaliando a capacidade de geração de caixa da empresa, se ela faz dinheiro hoje e demonstra capacidade de fazê-lo no futuro;
9	Analisar a viabilidade de serem comprometidos os recursos da empresa;
10	Participar e integrar todas as atividades da empresa, facilitando assim os controles financeiros, proporcionando o intercâmbio dos diversos departamentos da empresa com a área financeira, possibilitando uma visão geral da situação financeira e administrativa.

Fonte: adaptado de Ferreira (2003).

Matarazzo (2007, p. 369) contribui com a indicação dos pontos fundamentais elencados do fluxo de caixa afirmando que são:

- Avaliar alternativas de investimento;
- Avaliar e controlar ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa com reflexos monetários;
- Certificar que os excessos momentâneos de caixa estão sendo devidamente aplicados.

Diante das explicações de Matarazzo (2007), Zdanowicz (2000) e Santos (2001) é possível compreender que é muito importante saber administrar o fluxo de caixa, haja vista o quão útil ele pode ser para evitar, por exemplo, a desorganização financeira e falência de uma empresa. O fluxo de caixa tem como objetivo a maximização das aplicações dos recursos dentro da organização, visando sempre direcionar os referidos recursos para as atividades mais lucrativas, refletindo diretamente em resultados mais positivos. Sendo assim, consolida o entendimento a respeito dos benefícios que podem ser trazidos pelo fluxo de caixa para a tomada de decisões.

Como montar um fluxo de caixa

Quanto à demonstração do fluxo de caixa (DFC), os usuários do setor da contabilidade consideram-na como um respeitável instrumento informacional. Nesta ordem, Garrison & Noreen (2001, p. 554) explicam-na:

A demonstração do fluxo de caixa é um instrumento analítico valioso tanto para gerentes quanto para investidores e credores, embora os gerentes sejam mais propensos a se interessar pelos demonstrativos projetados do fluxo de caixa, elaborados como parte do processo orçamentário. A demonstração do fluxo de caixa pode ser empregada para responder a questões vitais.

Ainda sobre a demonstração do fluxo de caixa (DFC) Ribeiro (2005, p. 400) completa, explicando que:

Para fins da DFC o conceito de Caixa engloba todas as disponibilidades da empresa existentes nas contas: Caixa (dinheiro em poder da própria entidade); Banco conta Movimento (dinheiro da entidade em poder de estabelecimentos bancários, depositados em contas correntes) e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (dinheiro da empresa investido em aplicações de altíssima liquidez). Essas três contas integram o grupo das Disponibilidades no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

Há dois métodos de apresentação e elaboração do Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC): o método direto e o método indireto.

Existem diferenças entre eles. Segundo Marion (2003):

O Fluxo de Caixa pelo método direto é também denominado Fluxo de Caixa no Sentido Restrito. Muitos se referem a ele como o “verdadeiro Fluxo de Caixa”, porque, (...) nele são demonstrados todos os recebimentos e pagamentos que efetivamente concorreram para a variação das disponibilidades no período. Já o Método Indireto é estruturado por meio de um procedimento semelhante ao da DOAR podendo mesmo ser considerado como uma ampliação da mesma. Consiste em estender à análise dos itens não circulantes – própria daquele relatório – as alterações ocorridas nos itens circulantes (passivo e ativo circulante), excluindo, logicamente, as disponibilidades, cuja variação estamos buscando demonstrar. (MARION, 2003, p. 431).

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada em livros, artigos científicos e publicações, junto a alguns autores que abordavam o tema descrito neste artigo.

A pesquisa, quanto aos seus objetivos, é de caráter exploratório. Com relação aos procedimentos técnicos, caracteriza-se em um estudo de caso, permitindo assim um conhecimento amplo do problema, conforme define Gil (1996, p. 58): “O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados”. Em relação aos instrumentos de coleta, a pesquisa foi realizada mediante a análise de um controle interno, feito através de um caderno, escrito manualmente, além de entrevista com a gestora de uma microempresa que atua no ramo de vendas de calçados.

A pesquisa quantitativa e qualitativa foi utilizada tanto na coleta quanto no tratamento de dados para a criação de um fluxo de caixa eficiente que auxilie no planejamento financeiro, visando o melhor controle da empresária.

Este artigo teve como objetivo demonstrar os resultados que foram levantados através de dados financeiros coletados de forma preliminar, junto à gestora da empresa, onde pudemos exprimir estratégias e procedimentos a fim de atender as necessidades precisas e adquirir as respostas para a finalização deste relatório. Foi possível observar o quanto a empresa pode melhorar o controle financeiro através da utilização do fluxo de caixa como uma ferramenta gerencial e ainda auxiliar a empresária na tomada de decisão.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Cenários da organização

O estudo de caso foi realizado em uma microempresa localizada em São Vicente Férrer, município do interior de Pernambuco. O nome da empresa foi omitido por questão de confidencialidade das informações. O ramo de atividade econômica é a venda de calçados femininos, masculinos e infantil, com preço competitivo e material de excelente qualidade.

A administradora começou muito jovem a trabalhar neste ramo, mas com o tempo percebeu a necessidade de ter um CNPJ, pois poderia ter um preço mais acessível de seus

produtos para revenda. Devido ao seu faturamento a contadora lhe orientou a abrir uma Microempresa, o que atenderia todas as suas necessidades.

A empresa realiza todas as suas operações na referida cidade e conta com a sua administradora que é a responsável pelo atendimento aos clientes e pela gestão financeira da empresa e mais uma colaboradora que ajuda nas mesmas funções, além da contadora que orienta nas questões fiscais.

Vale salientar que a administradora reconhece que há uma necessidade em alterar os costumes da empresa e que o fluxo de caixa ao ser implantado irá auxiliá-la de maneira mais ampla com o intuito de perceber antecipadamente o método mais apropriado para se tomar uma decisão.

Ao realizar esta pesquisa, foi possível perceber que a empresa continha todas as informações sobre entradas e saídas de caixa, porém estas informações não estavam tão fáceis, pois este trabalho era feito em um caderno, resultando em uma dificuldade para distinguir a atual situação da empresa. Desta forma, foi necessária uma proposta sobre como organizar todas as informações contidas e assim obter o absoluto controle sobre elas.

Após o assunto ser discutido, tomou-se a primeira decisão em organizar as informações e lançá-las em uma tabela de faturamento para maior visibilidade e percepção de suas receitas e despesas. Será demonstrado no decorrer deste trabalho o modelo de tabela que foi criado inicialmente para os seis primeiros meses (de julho a dezembro de 2017) nesta primeira etapa.

Entradas (ingressos) de caixa

Aqui serão apresentadas as movimentações do caixa de acordo com o período de análise (dos meses de julho de 2017 a dezembro de 2017) para uma melhor compreensão.

Os dados foram coletados através de um controle interno que a empresa possui em um caderno escrito manualmente, pois a administradora não possui habilidades com informática e não sabia que esta ferramenta poderia lhe ajudar de uma forma mais simples e rápida.

Através das vendas realizadas (tanto à vista como a prazo) nota-se como é importante a movimentação do caixa como demonstra o quadro 2.

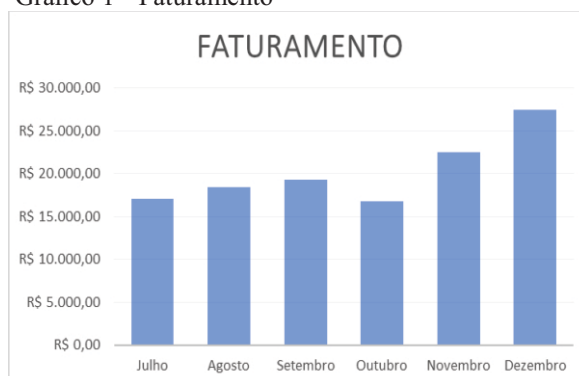
Quadro 2 – Faturamento mensal

PERÍODO	FATURAMENTO
Julho	R\$ 17.017,20
Agosto	R\$ 18.426,15
Setembro	R\$ 19.259,05
Outubro	R\$ 16.770,99
Novembro	R\$ 22.502,75
Dezembro	R\$ 27.469,34
TOTAL	R\$ 121.445,48
Média	R\$ 20.240,91

Fonte: os autores

No período analisado, nota-se que a empresa manteve-se em uma média de R\$ 20.240,50 por mês e que seu faturamento varia de acordo com os meses, pois nos períodos onde há datas comemorativas as vendas serão sempre maiores, como por exemplo, no Natal. O gráfico apresentado abaixo mostra o faturamento mensal da microempresa no período de julho de 2017 a dezembro de 2017.

Gráfico 1 - Faturamento



Fonte: os autores

Nota-se que no período analisado as vendas de calçados obtiveram oscilações, porém, entre julho a outubro as vendas ficaram abaixo de 20.000 reais, variando entre 17.000 e 19.000 reais. Nos meses de novembro e dezembro houve um aumento significativo, deixando a gestora em uma situação econômica financeira satisfatória.

Desembolsos de caixa

Aqui serão apresentados os desembolsos provenientes da compra de produtos para revenda e gastos fixos que serão demonstrados abaixo:

- Insumos: referente à compra de calçados para serem revendidos.
- Aluguel: valor pago mensalmente ao proprietário do imóvel.

- c) Remuneração de pessoal: referente a salários, 13º salário e demais benefícios corporativos oferecidos pela empresa.
- d) Pró-labore: corresponde à remuneração da gestora por atividades administrativas.
- e) Impostos e Contribuições Sociais: provenientes das vendas e encargos sociais.
- f) Despesas Administrativas: referentes aos pagamentos de energia, água, telefone, honorários de assistência contábil e materiais de escritório.
- g) Despesas com manutenção e conservação: referente à compra dos materiais de limpeza e pagamento de serviços prestados de manutenção na loja.

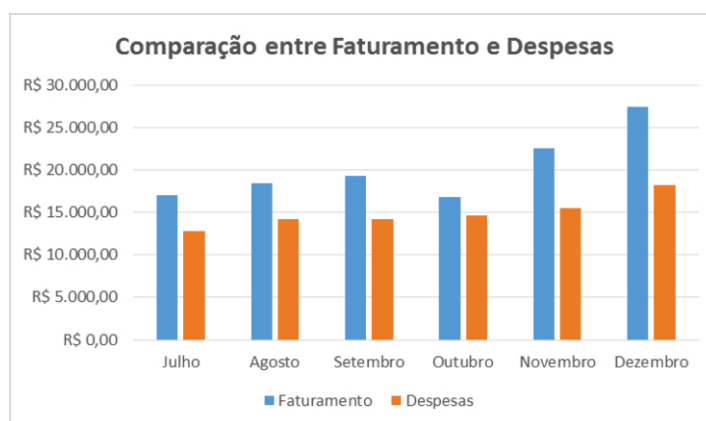
Quadro 3 – Despesas mensais

Mês	Fornecedores	Aluguel	Renuneração de Pessoal	Pró-labore	Impostos e Contribuições	Despesas ADM	Desp. c/ manutenção e conservação	Total
Julho	R\$ 7.498,03	R\$ 500,00	R\$ 1.150,00	R\$ 2.000,00	R\$ 899,19	R\$ 184,48	R\$ 25,23	R\$ 12.256,93
Agosto	R\$ 8.632,88	R\$ 500,00	R\$ 1.150,00	R\$ 2.000,00	R\$ 955,55	R\$ 179,40	R\$ 35,68	R\$ 13.453,51
Setembro	R\$ 8.699,43	R\$ 500,00	R\$ 1.150,00	R\$ 2.000,00	R\$ 988,86	R\$ 195,03	R\$ 37,29	R\$ 13.570,61
Outubro	R\$ 9.012,79	R\$ 500,00	R\$ 1.150,00	R\$ 2.000,00	R\$ 889,34	R\$ 200,25	R\$ 39,88	R\$ 13.792,26
Novembro	R\$ 9.258,32	R\$ 500,00	R\$ 1.150,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.118,61	R\$ 199,56	R\$ 48,63	R\$ 14.275,12
Dezembro	R\$ 11.351,49	R\$ 500,00	R\$ 2.300,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.535,77	R\$ 208,12	R\$ 53,99	R\$ 17.949,37

Fonte: os autores

O gráfico apresentado abaixo mostra uma comparação entre o faturamento e as despesas mensais da microempresa no período de julho de 2017 a dezembro de 2017.

Gráfico 2 - Comparação



Fonte: os autores

Nota-se que no período analisado a empresa conseguiu um bom faturamento e quitou todas as despesas informadas pela gestora, porém, a mesma afirmou que algumas despesas não teriam sido anotadas no caderno e, portanto, não foram contabilizadas, comprometendo assim as informações.

Proposta apresentada

De acordo com a entrevista foi verificado que a administradora não tinha nenhum conhecimento sobre a importância do planejamento financeiro/contábil, muito menos sobre como orçar suas receitas e despesas a fim de realizar suas estimativas. Por não ter este conhecimento tinha certa dificuldade e por isso compreendia que necessitava se adequar para estabelecer um planejamento financeiro com o objetivo de realizar um controle mais acirrado e conseguir se manter no mercado com mais competitividade.

Para seguir com a proposta de implantar tal planejamento na empresa foi necessário demonstrar, através de fluxo de caixa, a importância desta ferramenta para um bom gerenciamento em todas as operações da empresa, com o objetivo de auxiliá-la na melhor compreensão de forma prática e clara.

Ao concluir a pesquisa, foi explicada à gestora que a administração de uma empresa movimenta-se em torno de capital e quando o empresário possui o controle financeiro de todas as suas atividades, torna-se mais fácil a identificação dos pontos fortes e fracos do ambiente. A mesma foi conscientizada sobre a aplicabilidade do planejamento financeiro em sua empresa com o intuito de prever com antecedência os possíveis riscos financeiros que venham a existir.

Segue abaixo o modelo de Fluxo de Caixa Realizado e que foi criado inicialmente para os seis últimos meses de 2017:

Quadro 4 – Modelo de Fluxo de Caixa Realizado – Último Semestre 2017

Itens/Meses	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
INGRESSOS							
Vendas à vista	R\$ 6.806,88	R\$ 7.370,46	R\$ 7.703,62	R\$ 6.708,40	R\$ 9.001,10	R\$ 10.987,74	R\$ 48.578,19
Vendas a prazo	R\$ 10.210,32	R\$ 11.055,69	R\$ 11.555,43	R\$ 10.062,59	R\$ 13.501,65	R\$ 16.481,60	R\$ 72.867,29
Total das Vendas	R\$ 17.017,20	R\$ 18.426,15	R\$ 19.259,05	R\$ 16.770,99	R\$ 22.502,75	R\$ 27.469,34	R\$ 121.445,48
DESEMBOLSOS							
Compra de insumos	R\$ 7.498,03	R\$ 8.632,88	R\$ 8.699,43	R\$ 9.012,79	R\$ 9.258,32	R\$ 11.351,49	R\$ 54.452,94
Salários	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00	R\$ 2.300,00	R\$ 8.050,00
Aluguel	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 3.000,00
Telefone	R\$ 49,99	R\$ 49,99	R\$ 49,99	R\$ 49,99	R\$ 49,99	R\$ 49,99	R\$ 299,94
Energia	R\$ 61,23	R\$ 57,43	R\$ 64,98	R\$ 59,71	R\$ 68,33	R\$ 69,32	R\$ 381,00
Água	R\$ 53,27	R\$ 48,23	R\$ 46,87	R\$ 54,77	R\$ 53,79	R\$ 55,82	R\$ 312,75
Material de Escritório	R\$ 19,99	R\$ 23,75	R\$ 33,19	R\$ 35,78	R\$ 27,45	R\$ 32,99	R\$ 173,15
Material de Limpeza	R\$ 25,23	R\$ 35,68	R\$ 37,29	R\$ 39,88	R\$ 48,63	R\$ 53,99	R\$ 240,70
Pró-labore	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 12.000,00
INSS a Pagar	R\$ 126,50	R\$ 126,50	R\$ 126,50	R\$ 126,50	R\$ 126,50	R\$ 253,00	R\$ 885,50
FGTS a pagar	R\$ 92,00	R\$ 92,00	R\$ 92,00	R\$ 92,00	R\$ 92,00	R\$ 184,00	R\$ 644,00
Impostos	R\$ 680,69	R\$ 737,05	R\$ 770,36	R\$ 670,84	R\$ 900,11	R\$ 1.098,77	R\$ 4.857,82
Outras despesas							R\$ -
Total de Desembolso	R\$ 12.256,93	R\$ 13.453,51	R\$ 13.570,61	R\$ 13.792,26	R\$ 14.275,12	R\$ 17.949,37	R\$ 85.297,80
Saldo Inicial	R\$ 3.578,79	R\$ 8.339,06	R\$ 13.311,71	R\$ 19.000,14	R\$ 21.978,87	R\$ 30.206,50	R\$ 96.415,08
Aplicações	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Saldo Final	R\$ 8.339,06	R\$ 13.311,71	R\$ 19.000,14	R\$ 21.978,87	R\$ 30.206,50	R\$ 39.726,47	R\$ 132.562,76

Fonte: os autores

O objetivo desta ação foi meramente tentar encontrar um meio pelo qual a empresa de calçados pudesse identificar, de maneira rápida, a sua situação financeira dentro do período apresentado. Essa foi a primeira vez em que realmente se fez um controle mais formal, por isso buscou-se desenvolver uma amostra mais simples e compreensível para que a administradora pudesse ter uma visão mais ampla relacionada às suas receitas/despesas e assim, permitir que fosse implantado o fluxo de caixa com maior facilidade.

Os valores das despesas tributárias, despesas com o contador, despesas relacionadas a custos com o quadro de pessoal (que são o INSS e o FGTS), foram lançados separadamente para melhor compreensão.

O saldo inicial de caixa provém das vendas de calçados no exercício anterior e que precisa ser reconhecido para que as rotinas da empresa sejam controladas e executadas no tempo hábil e preciso.

Após demonstrar o Fluxo de Caixa Realizado, foi sugerida a aplicabilidade da amostra com o intuito de controlar as operações diárias. A empresa se interessou e adotou a sugestão, começando a utilizá-la a partir de 1º de Julho de 2017. Foram lançadas todas as entradas e saídas através desta ferramenta, facilitando o total controle sobre a empresa.

Vale salientar que a admissão desta ferramenta serviu como primeiro passo para implantar o planejamento financeiro/contábil podendo, assim, levantar os dados antes realizados e fazer uma análise mais aprimorada sobre a situação financeira da organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui - se que todos os empreendimentos, independentemente de seu porte, precisam de um planejamento e controle de suas finanças para um crescimento consistente e sólido. As empresas nascem objetivando dar lucros e óbvio, permanecerem no mercado. Para que isto venha a acontecer é necessário ter um alto controle sobre a organização. É através deste controle que o administrador poderá examinar como está, de fato, a situação financeira da empresa.

O objetivo deste estudo foi analisar o nível de controle interno de uma microempresa que atua no ramo de calçados, no período de julho a dezembro de 2017, através do Fluxo de Caixa Realizado. A gestora não possuía nenhum entendimento de como controlar as entradas e saídas de sua organização, porém, seu crescimento aumentava e cada vez mais havia a necessidade contínua em controlar melhor suas operações para que o seu sucesso empresarial continuasse a se desenvolver.

Diante dessa necessidade, foi constatada a ausência de um planejamento financeiro/contábil que realmente demonstrasse à administradora como e quando deveria tomar a decisão precisa e assim, contribuir para um bom funcionamento da organização com a finalidade de permanecer no mercado por um longo período.

O planejamento financeiro é uma peça de suma importância para analisar cautelosamente se as finanças da empresa estão indo bem ou não. Todavia, o planejamento financeiro desempenha um papel essencial, auxiliando a administradora através de planos financeiros (sejam eles em curtos ou longos prazos) o que de fato deve-se fazer para estimar suas metas e alcançar seus objetivos.

Vale ressaltar que o planejamento financeiro consiste em estabelecer antecipadamente as atividades que serão executadas de acordo com cada tipo de cenário e circunstâncias preestabelecidas, avaliando os recursos a serem utilizados e reivindicando as responsabilidades, para alcançar os objetivos fixados.

A implantação do planejamento financeiro/contábil fará com que a gestora exerça um controle mais adequado e determinará a execução das atividades projetadas que darão prosperidade à organização.

Conclui-se que, para a gestora, convém aplicar a implantação de um planejamento financeiro/contábil, pois assim tornará a situação financeira da empresa mais estável e segura, dando maior liquidez em suas atividades e um maior respeito em relação aos concorrentes.

Através deste estudo podem-se alcançar maiores amplitudes, as quais viabilizarão novas pesquisas com o objetivo de auxiliar os microempresários a alcançarem outros públicos. Este projeto propõe uma pesquisa mais detalhada sobre controle interno, diante das informações estabelecidas pela gestora, sendo possível detectar o que falta para que o controle venha a ser mais efetivo.

O estudo é recomendável para que seja realizada outra pesquisa depois de alguns anos para identificar a satisfação dos clientes, pois é notório que o mercado vem sofrendo com as mudanças e as organizações precisam adaptar-se para que sua permanência prossiga.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Neide de Souza. **A importância da gestão do fluxo de caixa no processo decisório das empresas.** Artigo científico. (Especialização em Controladoria) – Departamento de Finanças e Contabilidade. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2003.

FREZATTI, F. **Gestão do fluxo de caixa diário: como dispor de um instrumento fundamental para o gerenciamento do negócio.** São Paulo: Atlas, 1999.

GARRISON, R. H.; NOREEN, E. W. **Contabilidade gerencial.** 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: Matemática financeira aplicada, Estratégia financeira, Orçamento empresarial.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

JOSÉ NETTO, E. **Olho no caixa: como desenvolver sua visão sobre a administração financeira.** São Paulo: Nobel, 1999.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NETO, Alexandre Assaf; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade intermediária.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SANTOS, Edno O. **Administração financeira da pequena e média empresa.** São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, E.C. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas.** São Paulo, Atlas, 2005.

TÓFOLI, I. **Administração financeira empresarial: uma tratativa prática.** Campinas: Arte Brasil, 2008.

ZDANOWICZ, J. E. **Fluxo de caixa.** 8. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

_____. **Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiros.** 10. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2004.

INCLUSÃO DE CRIANÇA COM PARALISIA CEREBRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NA PERSPECTIVA ARQUITETÔNICA

Juliana Silveira de Souza¹
Danielle Avanço Vega²
Geórgia Daniella Feitosa³

RESUMO

O presente artigo é um estudo de caso que tem como objetivo colaborar com subsídios teóricos na investigação do processo de inclusão de uma criança com Paralisia Cerebral no ambiente escolar com uma perspectiva arquitetônica. Por observar que há poucos estudos sobre educação especial inclusiva com foco no suporte acadêmico e muitos, quando encontrados, direcionam-se para a parte fisioterápica quase que exclusivamente voltados para cadeirantes, estereotipando a Paralisia Cerebral como sinônimo de cadeira de rodas, visa este estudo de caso a contribuir sobre a ampliação da temática e a visibilidade das necessidades arquitetônicas no processo inclusivo. Foram feitas oito observações com uma criança de três anos, estudante da Educação Infantil de uma escola privada do Grande Recife. Os resultados indicaram que para ocorrer um processo de inclusão de crianças com Paralisia Cerebral no ambiente escolar se faz necessária uma modificação arquitetônica, adaptada às necessidades de cada aluno. Para que esse processo de inclusão ocorra, se faz indispensável a observação da rotina diária para identificação dos obstáculos arquitetônicos no ambiente escolar que essa criança possa encontrar e a partir disto transformá-los, proporcionando modificações, seja elas estruturais ou por utilização de recursos, que modifiquem essa barreira no objetivo de proporcionar a este aluno uma maior autonomia de suas atividades para que seja possível oportunizar uma vivência de sua rotina escolar de forma igualitária.

Palavras-chave: Paralisia Cerebral. Inclusão. Estudo de caso.

Data de submissão: 19/03/2019

Data de aprovação: 22/04/2019

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a educação inclusiva tem ocupado um espaço importante no ambiente educacional, sendo um diferencial para as instituições de ensino. Como descrito na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) “[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades, [...]” conduzindo assim a escola a reformular suas práticas pedagógicas.

1 Aluna concluinte do curso de Pedagogia da Faculdade Metropolitana: julianasilveira.adm@hotmail.com

2 Orientadora Mestre no curso de Pedagogia da Faculdade Metropolitana: danielleavanco@yahoo.com.br

3 Professora Mestre no curso de Pedagogia da Faculdade Metropolitana: georgiadaraujo@hotmail.com

Considerando a diversidade de crianças com necessidades educativas específicas, este trabalho foca na inclusão de uma criança com Paralisia Cerebral (PC) no ambiente escolar. O início do processo de inclusão é buscar entender a deficiência e o que ela acarreta no processo de desenvolvimento da criança. Com isto procura-se trabalhar de forma específica para um aperfeiçoamento de suas práticas, além de melhorar a organização escolar para promover a integração do aluno. O termo “Necessidades Educacionais Especiais” está em uso conforme a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, constante no Art. 5º.

De acordo com as orientações do Ministério da Educação (CNE/CEB 17/2001) o processo de inclusão escolar requer compreender formas e condições de aprendizagem, procura alternativas onde a escola possa proporcionar uma inserção deste discente no ambiente escolar e, por fim, em vez de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos.

Para iniciar um processo inclusivo de uma criança, Giacomini (2010, p. 22) diz que “temos que avaliar corretamente o aluno e sua condição física, o ambiente em que está ou que deseja acessar, bem como as atividades que ali pretende realizar”. A escola já não é um local restrito para crianças neurotípicas ou dotadas de plenitude de momentos e sentidos, mas sim um ambiente de desenvolvimento, auxiliando cada criança de forma individualizada.

Assim, esta temática aponta para questionamentos, tais como: ao receber em sala um aluno com Paralisia Cerebral, quais veredas utilizar para incluí-lo? O ambiente escolar e sua arquitetura estão aptos para essa inclusão? Quais as adaptações que crianças com paralisia cerebral necessitam?

Este assunto tornou-se motivo da pesquisa pelo prazer de conhecer o processo de inclusão, através de uma disciplina curricular acadêmica e pela experiência de trabalhar como mediadora de uma criança com Paralisia Cerebral.

Deste modo, esta pesquisa tem por objetivo geral investigar o processo de inclusão de uma criança com Paralisia Cerebral no ambiente escolar com uma perspectiva arquitetônica. Os objetivos específicos propostos são:

- a) Identificar as necessidades do aluno com Paralisia Cerebral no processo de inclusão;
- b) Identificar adaptações arquitetônicas e mobiliárias;
- c) Identificar os recursos utilizados;

d) Identificar as rotinas desenvolvidas no ambiente escolar e se são adaptadas.

A especificidade em Paralisia Cerebral se deu ao observar que as informações fornecidas sobre educação especial inclusiva se voltam em sua maioria ao autismo, sendo pequeno o suporte acadêmico e, quando encontrado, direciona-se à parte fisioterápica e aos cadeirantes, estereotipando a Paralisia Cerebral como sinônimo de cadeira de rodas. Assim, este estudo de caso busca contribuir para a ampliação da temática, aumentando a visibilidade quanto às necessidades arquitetônicas no processo inclusivo.

O tema se faz relevante, por sua importância no contexto social e educacional, a todos aqueles grupos que outrora eram historicamente marginalizados por não serem como a sociedade exige, dando a oportunidade de adentrar ao ambiente educacional com seus direitos específicos. A presente pesquisa pretende apresentar subsídios que auxiliem no processo de potencialização do desenvolvimento da criança com Paralisia Cerebral no ambiente escolar, mediante um estudo de caso desenvolvido por uma observação assistemática com uma criança de três anos, na Educação Infantil de uma escola privada do grande Recife, considerando as adaptações arquitetônicas como recurso no processo de inclusão educacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

Objetivamos desenvolver as questões conceituais em torno da pesquisa e inicialmente tratamos do que está em torno da paralisia cerebral, vendo a multiplicidade de características que este indivíduo pode apresentar e desenvolver, reconhecendo como é frágil a adaptação deste sujeito.

Por conseguinte, abordamos a importância da acessibilidade pela estrutura física destes espaços como facilitador ou não da aprendizagem. Assim, concebem-se as questões arquitetônicas também como um instrumento de aprendizagem, conforme veremos a seguir.

Paralisia Cerebral

Quando o processo inclusivo se especifica para Paralisia Cerebral (PC), são necessárias modificações inclusivas para que a organização educacional possa desenvolver métodos para um melhor desenvolvimento deste discente.

Dentro do grupo de pessoas consideradas com deficiência o Decreto Nº 5.296/2004, artigo 5º, descreve a deficiência física como:

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função

física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 2004, art. 5).

A Paralisia Cerebral pode ocorrer durante o período pré-natal, perinatal ou pós-natal. As causas podem ser congênitas, genéticas, inflamatórias, infecciosas, anóxicas (ausência de oxigênio), traumáticas e metabólicas. O baixo peso ao nascimento e a prematuridade aumenta significativamente a possibilidade de uma criança desenvolver paralisia cerebral. Os fatores pré-natais são aqueles que interferem na formação do feto, ainda durante a gestação, e que podem ter como causa diferentes fatores que afetam o desenvolvimento normal do cérebro da criança. Os fatores perinatais são aqueles que lesionam o encéfalo da criança no momento do parto. Os fatores pós-natais afetam a criança no período de seu nascimento ou até quando o sistema nervoso está em desenvolvimento (Anexo A).

A entrada de uma criança com Paralisia Cerebral em uma instituição de ensino faz com que o processo de inclusão seja revisto, pois a paralisia cerebral engloba diversos distúrbios e provoca alteração ou perda do controle motor, podendo ou não estar associada a outras deficiências, apresentando comprometimento mental, visual, auditivo, sensorial e cognitivo, requisitando modificações não isoladamente de uma sala de aula ou um corpo docente, e sim da escola como um todo.

A variação da lesão modifica-se conforme a localização e determina tipos diferentes de envolvimento neuromuscular e de comprometimento motor e postural, iniciando a necessidade de uma nova prática, uma nova visão da diversidade e da necessidade de um trabalho programado, atuando em função de um aluno homogêneo com ritmos e estilos de aprendizagem diferentes. (SANCHES; TEODORO, 2006)

São necessárias adequações no ambiente escolar com o objetivo de favorecer um deslocamento mais seguro e independente aos alunos com deficiência. Muitos desses alunos necessitam de recursos de mobilidade, podendo variar desde uma bengala, um corrimão, um andador, a uma cadeira motorizada. Quando não existe acessibilidade devem ser propostas e projetadas reformas estruturais no prédio escolar, nas áreas de recreação, nos banheiros e demais espaços da escola para que todo ambiente escolar seja acessível e inclusivo. Segundo Giacomini (2010), “os impedimentos da função motora acarretam a privação de acesso e de participação dos alunos em espaços e atividades”.

Também, segundo o autor, a proposta do Atendimento Educacional Especializado,

no que diz respeito à orientação e mobilidade, caberá ao profissional especializado proporcionar a esse aluno o conhecimento dos espaços da escola, estimular o desenvolvimento motor, auxiliar o mapeamento cerebral do ambiente e proporcionar a esta criança autonomia em suas atividades escolares.

Reis (2003) faz uma afirmação significativa acerca da criança com deficiência:

Apesar das limitações que possuem, têm potencialidades, capacidades e habilidades que, estimuladas adequadamente, podem trazer benefícios para si mesmas e para a sociedade em que convivem, permitindo-lhes revelar um universo criativo e inovador que, de outro modo, poderia ser reprimido ou mesmo neutralizado. (REIS, 2003, p. 25)

Toda metamorfose que ocorre no ambiente escolar para o processo de inclusão tem como finalidade uma participação ativa do aluno com Paralisia Cerebral. O processo de inclusão visa possibilitar a autonomia e desenvolvimento do sujeito, em todo o ambiente que este está envolvido, buscando aumentar sua independência, sua integração escolar e melhorar a sua qualidade de vida.

História da inclusão arquitetônica no ambiente escolar

O processo de inclusão tem sido mencionado de forma constante no ambiente pedagógico nos últimos anos, devido às modificações ocorridas de forma legislativa, proporcionando um olhar diferenciado e jurídico, pois as necessidades dos estudantes são defendidas e estabelecidas por lei. Esse processo pedagógico é descrito por Ropoli (2010) ao afirmar que “nas escolas inclusivas ninguém se conforma a padrões que identificam os alunos como especiais e normais. Todos se igualam pelas suas diferenças”.

Outrora esse processo era bem diferenciado. Na idade média a sociedade praticava o infanticídio, considerando que a deficiência decorria da intervenção de forças demoníacas. “Muitos seres humanos, física e mentalmente diferentes – e por isso associados à imagem do diabo e a atos de feitiçaria e bruxaria – foram vítimas de perseguições, julgamentos e execuções” (CORREIA, 1997, p. 13). Os que sobreviviam eram remetidos para orfanatos, prisões ou outras instituições do Estado.

Ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, os deficientes foram segregados em instituições assistencialistas. (GARCÍA, 1989 apud JIMÉNEZ, 1997). Esta prática consistia em separar e isolar estas crianças do grupo principal e majoritário da sociedade. A sociedade do século XXI busca evidenciar um empenho na “resolução do problema”. Começam a surgir instituições especiais, asilos, em que são colocadas muitas crianças rotuladas e segregadas em função da sua deficiência (CORREIA, 1997). Surgem a

“Pedagogia dos Anormais”, “Pedagogia Teratológica”, “Pedagogia Curativa ou Terapêutica”, “Pedagogia da Assistência Social” e “Pedagogia Emendativa”, que se mantiveram até o final do século XIX. (MAZZOTTA, 1996).

Ocorreram modificações legislativas que proporcionaram uma nova trajetória para essas crianças. Na Constituição Federal de 1988 o Art. 205 cita a educação como direito de todos, rompendo paradigmas e proporcionando o início de uma acessibilidade escolar para os que antes eram excluídos do convívio social. Entretanto, seguia um novo desafio, por existir uma visão deturpada do que significa incluir. Em muitas instituições de ensino o que estava sendo realizado era a integração desta criança. (BRASIL, 1988).

A inclusão escolar pressupõe que todas as crianças tenham uma resposta educativa que lhes proporcione o desenvolvimento das suas capacidades. Este princípio vem expresso na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994): “o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresente”.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu a necessidade de garantir a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. O artigo 206, inciso I, apresenta a necessidade de uma educação em que deva existir “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, responsabilizando o Estado a cuidar e administrar não somente a matrícula ou a entrada desta criança no ambiente educacional, mas também desenvolver o necessário para que tenha possibilidades de permanência no ambiente escolar, dando a oportunidade de vivenciar de forma igualitária. Por intermédio da figura 1, fica compreensível o desenvolvimento histórico/social de pessoas com deficiência.

Figura 1- Exclusão, Segregação, Integração e Inclusão



Fonte: <http://sistemasdegestaointegrada.blogspot.com/2016/04/exclusao-x-segregacao-x-integracao>

Levando em consideração todo suporte legislativo, se inicia, nas escolas inclusivas, um ambiente especializado para melhor desenvolvimento do discente. A LDB nº 9.394/96, no artigo 59, inciso I, cita que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado,

na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. Serviço este oferecido pelas instituições de ensino nas salas de recursos.

Para o desenvolvimento destas práticas, a LBI (Art. 28. X) descreve que o pedagogo deve adotar condutas pedagógicas inclusivas, sendo adquiridas por programas de formação inicial e continuada de professores, além de formação continuada para o atendimento educacional especializado.

O Art. 28 da LBI exibe os parâmetros educacionais, sendo apresentada a necessidade de um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado para atender às características dos estudantes com deficiência, novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva, garantindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.

METODOLOGIA

Para atender aos objetivos elencados, foi feita a opção pela pesquisa qualitativa, a fim de favorecer a compreensão da realidade pesquisada, estudando as suas particularidades e experiências individuais. Segundo Minayo (1995, p. 21-22), a pesquisa qualitativa é um método investigativo que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, fenômenos que analisa o sujeito estudando as suas peculiaridades.

O procedimento de coleta de dados escolhido foi de observação assistemática, devido à possibilidade de se captar uma variedade de situações de forma livre, sem que seja feito qualquer planejamento prévio, às quais não se teria acesso somente por meio de perguntas realizadas aos docentes. “O pesquisador permanece abstraído da situação estudada, apenas observa de maneira espontânea como os fatos ocorrem e controla os dados obtidos. Nessa categoria não se utilizam meios técnicos especiais para coletar os dados nem é preciso fazer perguntas diretas aos informantes”. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 74).

Foi realizado um estudo de caso para observar se, arquitetonicamente, o indivíduo está vivenciando um processo de inclusão em seu ambiente escolar. Segundo Fonseca (2002), um estudo de caso visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. “O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe”. (FONSECA, 2002, p. 33).

Nesta pesquisa as observações foram realizadas duas vezes na semana, por cerca de um mês, totalizando oito observações. Foi analisado o dia a dia no ambiente escolar, as atividades desenvolvidas, e se havia um processo de inclusão arquitetônica no ambiente escolar para este aluno com Paralisia Cerebral.

As observações foram feitas em um colégio privado, na Grande Recife, que foi escolhido decorrente da realização de estágio nesta instituição e por ser a mediadora do indivíduo observado. A criança chama-se Ricardo (nome fictício), tem três anos e foi concebido em um parto prematuro que resultou na falta de oxigenação cerebral, ocasionando sua deficiência.

Ricardo possui um grau elevado de rigidez muscular nas partes inferiores do corpo que não o possibilita andar sozinho, sendo necessário um andador infantil para se locomover. Utiliza órtese suropodálica e *sling* nas pernas que servem para correção da rotação dos membros inferiores. Há um nível de limitação motora nos braços e estrabismo no olho esquerdo. Sua dicção e seu cognitivo não foram afetados pela deficiência, possuindo total domínio da fala, raciocínio lógico e conhecimento do mundo de acordo com sua idade. Sabe formular frases, expressar seus sentimentos, comunicar o desejado e relatar experiências vividas.

É assistido pela Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) de Pernambuco. Os atendimentos prestados pela instituição são realizados três vezes na semana. Recebe atendimento em fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia, fisioterapia aquática, psicologia e psicopedagogia. Dispõe de acompanhamento semestral com o ortopedista, trimestral com o neurologista e mensal com o oftalmologista, que faz atualmente o acompanhamento fisioterápico do estrabismo com utilização do tampão ocular.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foi possível analisar, através das observações, as necessidades de um aluno com Paralisia Cerebral no processo de inclusão neste ambiente escolar. Torna-se imprescindível avaliar corretamente o aluno e sua condição física, o ambiente em que está ou que deseja acessar, bem como as atividades que ali pretende realizar. (GIACOMINI, 2010, p. 22)

O início do seu trajeto pelo ambiente escolar se dá na recepção, a qual se mostra conveniente às suas necessidades por não possuir degraus ou batentes, facilitando a entrada e saída, além de possuir não somente catracas, mas também uma cancela para a passagem

de deficientes.

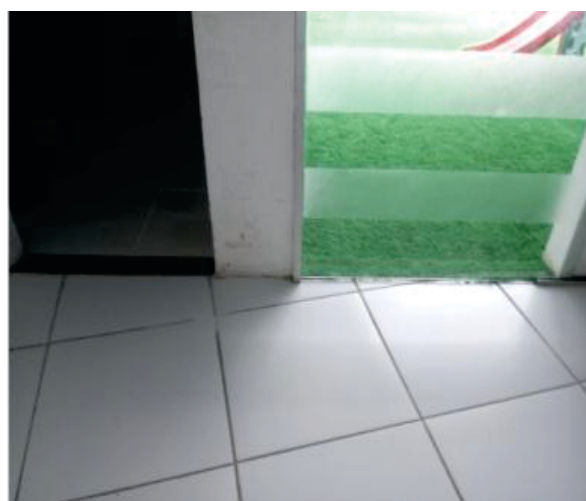
A sala em que Ricardo está inserido foi escolhida por ser um espaço amplo, que fosse possível o livre acesso e autonomia para caminhar, com a utilização de seu andador, por toda a extensão. É possível circular entre as mesas, acessar as prateleiras de brinquedos, além do banheiro e do parque interno, que não possuem elevações ou batentes, possibilitando a livre circulação do andador na entrada e saída dos ambientes, conforme as fotos 1 e 2.

Foto 1 – Sala de aula



Fonte: as autoras

Foto 2 – Entrada do banheiro/parque interno



Fonte: as autoras

Toda a estrutura da sala de aula tem contribuições e modificações necessárias que segundo Giacomini (2010, p. 22-23):

A inadequação postural e a falta de mobilidade dos alunos com deficiência física poderão se constituir em grandes barreiras para o aprendizado, pois, além de ter acesso aos espaços, é importante que a escola proporcione condições básicas de conforto e segurança, favorecendo a participação do aluno nas várias atividades escolares.

Foi desenvolvida uma cadeira adaptada para auxiliar Ricardo a uma maior autonomia e conforto para sentar, se manter sentado e levantar. A família é resistente às adaptações, porém foi apresentado que o mobiliário (mesa e cadeira) é proporcional ao tamanho e faixa etária da turma, mas não a ele e suas necessidades. A cadeira que é utilizada pela turma não dá a ele uma postura adequada para praticar as atividades, deixando-o com as pernas elevadas e sem suporte, o que o prejudica, pois, com o passar dos minutos, o peso da órtese gera um desconforto, podendo até levar à dormência da perna. A cadeira que daria o devido suporte as suas pernas não é proporcional à mesa. A

nova cadeira, feita de material reciclado e sob medida, busca o melhor posicionamento do aluno.

Foto 1 - Cadeira comum e cadeira adaptada



Fonte: as autoras

Foi observada que na porta da sala de aula existe um degrau que impossibilita sua entrada ou saída de forma autônoma, sendo necessário um mediador para auxiliar na subida e na descida. Além desse, também existem mais dois degraus, na parte externa da sala, que dão acesso ao parque externo. Há rampas de acesso, porém a mais próxima da sala de aula fica, aproximadamente, dois metros e meio de distância. Um percurso que não é longo, porém não é utilizado por nenhum dos colegas de sala, não sendo de interesse dele este caminho, pois o mesmo quer acompanhar a turma em suas atividades e percursos, o que o faz querer ir pelos degraus junto com os outros.

Barreiras arquitetônicas têm sido definidas como obstáculos constantes, construídos no meio social, que impedem ou dificultam a livre circulação das pessoas que sofrem de alguma incapacidade transitória ou permanente. (EMMEL; CASTRO, 2003).

Fotos 4/5 – Degrau da porta da sala



Fonte: as autoras

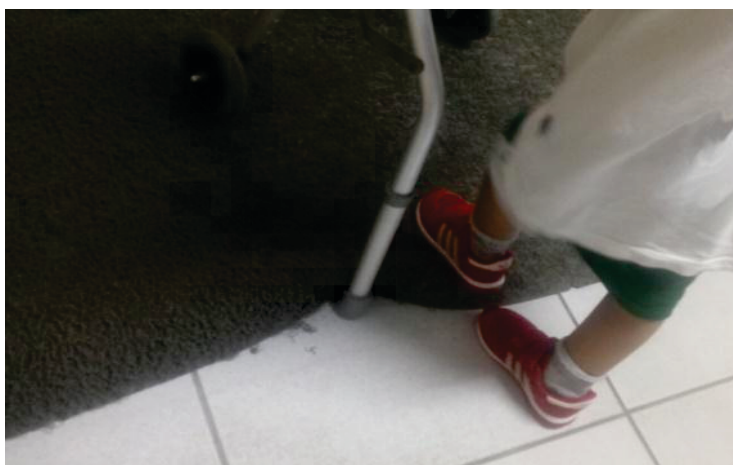
Fotos 6/7 – Degrau/rampa de acesso ao parque



Fonte: as autoras

Outra observação encontrada no ambiente escolar que deveria submeter-se a um processo inclusivo é o tapete que fica em uma das entradas. O mesmo não está colado ao solo e todas as vezes que Ricardo passa com o andador a parte traseira, que não possui rodas, prende no tapete. Há a necessidade de um mediador para efetuar a passagem em segurança, pois ele pode perder o equilíbrio e o andador virar. Levando em consideração as barreiras arquitetônicas que normalmente são encontradas, e tendo em vista que esta deficiência é um grupo de sintomas caracterizado por uma dificuldade no controle da postura e do movimento, a ausência de pisos adequados, rampas, elevadores, degraus, dimensão de portas, corrimãos, banheiros, entre outros, dificultam a acessibilidade.

Foto 8 - Tapete

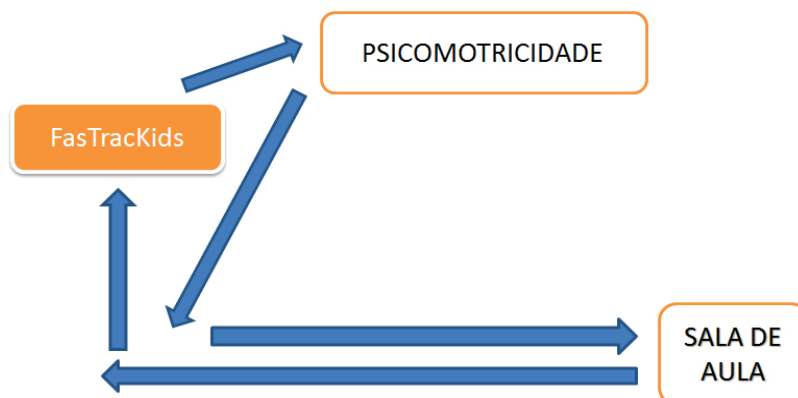


Fonte: as autoras

A escola oferece aulas extracurriculares que estão localizadas em outras salas e a distância entre elas torna-se uma dificuldade. Nas terças-feiras ele vai para a sala de psicomotricidade que está a aproximadamente dezesseis metros de distância da sala de aula. O que ocorre é que, no mesmo dia, ele percorre essa distância para ir a essa sala (que fisicamente já é desgastante) e depois volta para sua sala de aula. Quarenta e cinco minutos depois ele vai para a sala de FasTracKids que fica há quatorze metros de sua sala, tendo que percorrer o caminho de voltar.

Esse percurso é muito desgastante para ele, não conseguindo acompanhar a turma no decorrer desse deslocamento. Da sala de psicomotricidade para a de FasTracKids a distância é de três metros, aproximadamente. Pode-se rever a necessidade de mudança nos horários de aula, evitando locomover-se várias vezes, de uma sala a outra, no mesmo dia.

Figura 2 - Distância das salas de aula



Fonte: as autoras

Segundo Cunha (2011), o atendimento na sala de Atendimento Educacional Especializado não necessita somente de um profissional capacitado, mas também de um olhar arquitetônico para este ambiente que, segundo ele, precisa ser simples, sem muitos objetos, para que não ocorra um excesso de estímulos. Deverá ser um ambiente onde o aluno possa receber um acompanhamento individualizado, específico, exclusivo para as suas necessidades, tendo ênfase na mudança e melhoria do aprendizado. A escola oportuniza o atendimento na sala de AEE duas vezes por semana, com duração de quarenta e cinco minutos cada, com uma especialista na área. São desenvolvidas atividades pedagógicas, associando o conteúdo programado de sala de aula e as necessidades motoras específicas do aluno.

Como mediadora, houve o desejo de adaptar os materiais de utilização diária como lápis, pincel e colher, porém, a genitora não permitiu, afirmando que seu filho sabe e é capaz de manusear esses materiais, não aceitando ou permitindo-se aceitar que essas adaptações não são para o diferenciar da turma, e sim para uma melhor execução da função de cada objeto, proporcionando maior domínio, melhoramento da motricidade fina e da auto estima, por estar desenvolvendo as funções de cada objeto de forma correta, como levar uma colher à boca e desenhar com maior firmeza.

CONSIDERAÇÕES

Foi investigado o processo de inclusão de criança com Paralisia Cerebral na Educação Infantil em uma perspectiva arquitetônica e, de acordo com Sanches (2006), é plausível esclarecer que a Paralisia Cerebral varia de acordo com a lesão, sendo possível

determinar tipos diferentes de envolvimento neuromuscular e de comprometimento motor e postural, viabilizando a necessidade de uma observação assistemática para verificar quais reais necessidades arquitetônicas o aluno requer para ocorrer uma fundamentada inclusão no ambiente escolar.

O processo de inclusão de uma criança com Paralisia Cerebral em um ambiente escolar necessita de adaptações arquitetônicas que só podem ser feitas a partir de um olhar inclusivo. As necessidades diárias que essa criança vai demandar nesse ambiente escolar são individuais e imprescindíveis para que o processo educativo se faça de modo integrativo.

No decorrer das observações foi possível especificar as necessidades do aluno Ricardo, que nasceu prematuro, ocasionando a ausência de oxigênio no cérebro, desenvolvendo assim a Paralisia Cerebral. Em Ricardo, a deficiência não afetou sua dicção nem seu cognitivo. Ele é capaz de expressar seus sentimentos, relatar fatos, possui conhecimento de si e da sociedade em que vive e possui o desenvolvimento cognitivo conforme a idade.

Identificar as necessidades do aluno com Paralisia Cerebral é o primórdio do processo de inclusão. A entrada de uma criança com Paralisia Cerebral em uma instituição de ensino faz com que o processo de inclusão seja revisto, pois a deficiência engloba diversos distúrbios e provoca alteração ou perda do controle motor, podendo ou não estar associada a outras deficiências, apresentando comprometimento mental, visual, auditivo, sensorial e cognitivo, requisitando modificações não isoladamente de uma sala de aula ou corpo docente, e sim da escola como um todo.

As necessidades de acessibilidade, adaptações arquitetônicas e mobiliárias são o início do processo de inclusão escolar para criança com Paralisia Cerebral, considerando essas adaptações uma via para uma participação ativa do aluno. O processo de inclusão é possibilitar a autonomia e desenvolvimento do sujeito, em todo o ambiente que este está envolvido, buscando aumentar sua independência, sua integração escolar e melhorar a sua qualidade de vida.

Ricardo pode usufruir dessa realidade, pois sua sala de aula foi escolhida por ter um espaço amplo, possibilitando o livre acesso e autonomia com a utilização de seu andador por todo o ambiente. Entretanto, algumas modificações são necessárias, como em relação aos degraus da porta da sala, rampas distantes, além do tapete que, por não ser colado ao solo, oferece risco por prender uma parte do andador.

Os recursos identificados foram a sala de Atendimento Educacional Especializado que oferece um segundo suporte pedagógico e a adaptação da mobília, especificando suas necessidades e sendo adaptada, sob medida, para maior autonomia e conforto ao sentar, se manter sentado e levantar.

Ao identificar as atividades desenvolvidas no ambiente escolar foi possível considerar uma readequação dos horários da aula extra de psicomotricidade e FrasTrakids, considerando a distância como barreira para uma inclusão viável às necessidades do aluno.

A completude do trabalho daria, se fosse possível seguir observando mais casos de crianças na Educação Infantil com paralisia cerebral, mediante a realidade do pequeno suporte acadêmico do tema em questão. Dessa forma, este estudo de caso busca contribuir na ampliação da temática e na visibilidade das necessidades arquitetônicas no processo inclusivo, observando se as mesmas pontuações feitas com relação a Ricardo serviriam para estas crianças ou se outras observações apareceriam, podendo identificar a amplitude da Paralisia Cerebral no processo de inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_atual/art_208_.asp. Acesso em: 24 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto N° 5.296/2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 13 abr. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 24 fev. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB N° 2**, de 11 de setembro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CORREIA, L. M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto: Porto Editora, 1997.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

EMMEL, E. M. G.; CASTRO, C.B. Barreiras arquitetônicas no campus universitário: o caso da UFSCAR. In: MARQUEZINI, M. C. *et al.* (Org.). **Educação física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais**. Londrina: Uel, 2003.

p.177-183. (Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial. v.9).

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Apostila. Fortaleza: UEC, 2002.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – **Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIACOMINI, L. A; SARTORETO, M. L.; BERSCH, R.C.R. **Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 7. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

JIMÉNEZ, R. B. Uma Escola para Todos: A Integração Escolar. *In*: Bautista (org.) **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa: Dinalivro, 1997.

LBI - **Lei Brasileira de Inclusão**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 13 jun. 2018.

MAZZOTTA, M. **Educação Escolar Comum ou Especial?** São Paulo: Pioneira, 1986.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

UNESCO. **Declaração de Salamanca** Sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

ROPOLI, Edilene Aparecida *et al.* **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. MEC/SEESP; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

REIS, J. **Expectativas de uma equipe de reabilitação infantil quanto ao papel do psicólogo**. 2003. 188 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2003.

SANCHES, Isabel; TEODORO, António. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de Educação**, [S.l.], v. 8, n. 8, julho 2009. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/691>. Acesso em: 13 abr. 2019.

Anexo A - Fatores de risco para lesões cerebrais

Fatores de risco pré-natais
<ul style="list-style-type: none">✓ Diabetes ou hipertireoidismo maternos✓ Hipertensão arterial materna✓ Desnutrição materna✓ Convulsões ou deficiência mental maternos✓ Colo do útero incompetente (dilatação prematura), causando parto prematuro✓ Sangramento materno, originado por <i>placenta prévia</i> (condição em que a placenta recobre uma parte do colo do útero e causa sangramento quando este se dilata) ou <i>abruptio placenta</i> (deslocamento prematuro da placenta da parede uterina)
Fatores de risco natais
<ul style="list-style-type: none">✓ Parto prematuro (menos de 37 semanas de gestação)✓ Rompimento prolongado das membranas amnióticas, durante mais de 24 horas, ocasionando infecção fetal✓ Frequência cardíaca fetal gravemente deprimida (lenta) durante o parto, indicando sofrimento fetal✓ Apresentação anormal, como apresentação pélvica, facial ou transversa, que dificulte o parto
Fatores de risco neonatais
<ul style="list-style-type: none">✓ Nascimento prematuro – quanto mais precoce for o parto, mais provável será que o bebê tenha dano cerebral✓ Asfixia – oxigénio insuficiente para o cérebro, devido a problemas respiratórios ou fluxo sanguíneo reduzido no cérebro✓ Meningite – infecção na superfície do cérebro✓ Convulsões causadas pela actividade eléctrica anormal do cérebro✓ Hemorragia interventricular (IVH) - sangramento para os espaços internos do cérebro ou para o tecido cerebral✓ Encefalomalacia pericentricular (PVL) – dano ao tecido cerebral localizado em torno dos ventrículos (espaço preenchido com líquido), devido à falta de oxigénio ou a problemas de fluxo sanguíneo.

Fonte: Gersh, 2008, in: Geralis, 2008:23.

PERFIL DA PRODUÇÃO DOS NÚCLEOS AMPLIADOS DE SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE RECIFE

Maria Aparecida Gomes da Silva¹
Tania Macêdo Costa²
Claudenilson Codeceira do Nascimento³

RESUMO

Com o retorno do Brasil ao regime democrático em outubro de 1988, foi idealizado o Sistema Único de Saúde (SUS). Diante das diversas transformações para melhoria do SUS, o Ministério da Saúde criou o Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF) com principal objetivo de apoiar a inserção da Estratégia de Saúde da Família (ESF) na rede de serviços. Este trabalho objetiva descrever o perfil da produção das Equipes do Núcleo Ampliado de Saúde da Família do Município de Recife. Trata-se de uma pesquisa quantitativa descritiva (análise documental) que utilizou registros do e-SUS AB. Os resultados mostram como o SISAB e o sistema de informação atual, mais completo quando o assunto é buscar informações, relatam os atendimentos individuais, domiciliares, compartilhados e atendimentos em grupo realizados pelo NASF. Embora não tenha sido possível encontrar parâmetros na literatura a respeito das ações do NASF e do SISAB, devido à falta de publicações, nota-se, através do site do e-SUS AB, que foram revelados aspectos positivos com destaque na evolução das informações.

Palavras-chave: Sistemas de informação. Estratégia de saúde da família. Atenção primária à saúde.

Data de submissão: 17/04/2019

Data de aprovação: 06/05/2019

INTRODUÇÃO

Com o retorno do Brasil ao regime democrático em outubro de 1988, foi idealizado o Sistema Único de Saúde (SUS). A nova carta constitucional, promulgada naquele ano, transforma a saúde em direito de cidadania e dá origem ao processo de criação de um sistema público universal, hierarquizado e descentralizado, com única direção em cada esfera de governo e sobre o controle de seus usuários. Desde a sua

¹ Acadêmica de graduação do Curso de Bacharelado em Fisioterapia da Faculdade Metropolitana da Grande Recife: maria16silva10@gmail.com

² Fisioterapeuta; Especialista em Gestão de pessoas para o SUS (FIOCRUZ-CPqAM) e em Saúde da Família (UFPE). Coordenadora e Professora do Curso de Bacharelado em Fisioterapia da Faculdade Metropolitana da Grande Recife: taniamacedo@metropolitana.edu.br

³ Especialista em Sistemas de Informação em Saúde. Coordenador de Informação da Atenção Básica da SMS do Recife: codeceira@recife.pe.gov.br

criação até os dias atuais, o SUS vem passando por vários processos de transformação e aperfeiçoamento, de acordo com a participação popular e perfil epidemiológico de cada região (PAIVA, 2014).

Com a instituição e a implementação das diversas ações, percebeu-se, então, a necessidade de elaborar uma política nacional que não apenas agrupasse as distintas iniciativas, mas revisasse muitas delas, com vista a definir prioridades e otimizar os gastos públicos. Através da portaria GM/MS nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, é aprovada a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que estabelece uma revisão de normas e diretrizes para organizar a Atenção Básica (AB) no âmbito do SUS (ALMEIDA *et al.*, 2018).

Diante das diversas transformações para melhoria do SUS, o Ministério da Saúde (MS) criou o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) em 2008. Atualmente regulamentado pela portaria 2.436/GM/MS, de 21 de setembro de 2017, passando a ser Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB). O principal objetivo foi o de apoiar a inserção da Estratégia de Saúde da Família (ESF) na rede de atenção à saúde (RAS), além de ampliar a abrangência e o escopo das ações da AB e aumentar a sua resolutividade, reforçando os processos de territorialização e regionalização em saúde (BRASIL, 2017).

Os NASF-AB são equipes multiprofissionais compostas por profissionais de diferentes profissões ou especialidades, como assistentes sociais, psicólogos, fisioterapeutas, nutricionistas, terapeutas ocupacionais e algumas especialidades médicas que devem atuar de maneira integrada e apoiando os profissionais das equipes de Saúde da Família (eSF) e das equipes de AB, buscando auxiliá-las no manejo ou resolução de problemas clínicos e sanitários, bem como agregando práticas na AB que ampliem o seu escopo de ofertas (BRASIL, 2014).

A participação do NASF-AB representa uma primeira aproximação formal da equipe multidisciplinar com a AB. Apesar do NASF-AB fazer parte da AB, não se constitui como um serviço com unidades físicas independentes ou especiais e nem são livres para acesso individual ou coletivo. Isso quer dizer que os profissionais do NASF-AB utilizam-se do próprio espaço das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e do território adstrito para o desenvolvimento do seu trabalho. Sua composição deve ser definida pelos gestores municipais, mediante critérios de prioridades identificados a partir das necessidades locais e da disponibilidade de profissionais de cada uma das diferentes ocupações (BRASIL, 2009).

As equipes NASF-AB são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de equipes localizadas em áreas geográficas delimitadas e desenvolvem atividades de promoção da saúde, prevenção, recuperação e reabilitação de doenças e agravos mais frequentes. Traduzem, na prática, os princípios que regem a organização da Atenção Primária à Saúde no mundo: a inclusão de clientela, a acessibilidade, a coordenação da atenção, a continuidade do cuidado, o vínculo, o foco na família e a responsabilização pela saúde. Concepção que ultrapassa os limites anteriormente definidos para a atenção básica no SUS, resultando numa significativa melhora na atenção em saúde e na qualidade de vida do brasileiro, o que reflete diretamente na organização de toda a RAS (BRASIL, 2009).

Pensando no aperfeiçoamento e melhoria das informações em saúde, quanto ao total de atendimentos realizados, acompanhamento de usuários e cadastramento de famílias por limite geográfico, foi desenvolvido o Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB). Este sistema tinha o propósito de dar suporte operacional e gerencial ao trabalho de coleta de dados das eSF, gerar informações para os gestores, auxiliar e agilizar o processo de tomada de decisões, baseando-se nas necessidades desta população (CARRENO *et al.*, 2015).

Através desse sistema, não era possível obter informações da situação sanitária e de saúde da população do território por meio de relatórios de saúde, bem como de relatórios de indicadores de saúde por estado, município, região de saúde e equipe. As equipes do NASF-AB, desde a sua criação, não registravam as suas produções, pois o SIAB não previa esta atividade (BRASIL, 2013).

Então, por meio da portaria GM/MS nº 1.412, de 10 de julho de 2013, foi instituído o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), passando a ser o sistema de informação da AB vigente para fins de financiamento e de adesão aos programas e estratégias da política nacional de atenção básica, substituindo o SIAB (BRASIL, 2013).

O SISAB é um sistema de informação em saúde que contempla os dados das equipes da AB, incluindo as equipes dos NASF-AB, Consultórios na Rua (CnR), Programa Saúde na Escola (PSE) e Academias da Saúde, além de outras modalidades de equipes e programas que porventura sejam incluídos na AB (BRASIL, 2013).

O SISAB integra a estratégia do Departamento de Atenção Básica (DAB/SAS/MS), denominada e-SUS Atenção Básica (e-SUS AB), que propõe o incremento da gestão da informação, a melhoria das condições de infraestrutura, a

automação e a melhoria dos processos de trabalho. Os gestores deverão seguir o cronograma de envio dos dados de produção da AB para o SISAB. A transmissão de dados deverá ser realizada mensalmente, observando as datas limites para cada competência, conforme o cronograma estabelecido pelo MS (BRASIL, 2013).

O objetivo é reduzir a carga de trabalho na coleta, inserção, gestão e uso da informação na AB, permitindo que a coleta de dados esteja inserida nas atividades já desenvolvidas pelos profissionais (BRASIL, 2018).

Visando toda essa abrangência de informações que o SISAB disponibiliza junto a cada equipe que faz parte do e-SUS AB, objetiva-se, através desta pesquisa, descrever o perfil da produção das Equipes do Núcleo Ampliado de Saúde da Família do Município de Recife.

MATERIAIS E MÉTODO

O presente estudo refere-se a uma pesquisa quantitativa descritiva, do tipo análise documental, que utilizou registros e-SUS AB realizados pelas equipes do Núcleo Ampliado de Saúde da Família, implantadas no Município de Recife (eNASF Recife).

Para Fonseca (2002), as pesquisas quantitativas geralmente são grandes e consideradas representativas da população. Os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. Centra-se na objetividade, influenciada pelo positivismo, considerando que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. (FONSECA, 2002).

Recife, capital do Estado de Pernambuco, situa-se no litoral nordestino e ocupa uma posição central, a 800 km das outras duas metrópoles regionais: Salvador e Fortaleza. Apresenta uma superfície territorial de 300 km² e limita-se ao norte com as cidades de Olinda e Paulista, ao sul com o município de Jaboatão dos Guararapes, a oeste com São Lourenço da Mata e Camaragibe, e a leste com o Oceano Atlântico.

Segundo o IBGE de 2018, Recife possui uma população de 1.637.834 habitantes. A cidade está dividida em 6 Regiões Político Administrativas (RPA) e territorialmente, para à Saúde, em 8 Distritos Sanitários (DS). A cobertura populacional de atenção básica no Município é de cerca de 73% (1.186.675 habitantes), sendo 58% (942.838

habitantes) da eSF e 15% (243.837 habitantes) da Estratégia de Agente Comunitário de Saúde.

Recife apresenta 276 eSF implantadas, instaladas em 130 Unidades de Saúde da Família (USF), distribuídas nos 8 (oito) DS, conforme figura 1 (RECIFE, 2015; GGAB-Recife).

Figura 1 – Distribuição das USF e eSF da cidade de Recife por Distrito Sanitário 2018



Fonte: GGAB – Recife

O presente estudo não oferece riscos à população, pois se trata de uma pesquisa quantitativa descritiva do tipo análise documental, sem a participação direta dos indivíduos, de maneira que foram utilizados apenas dados numéricos disponíveis em bancos de dados públicos.

Para ter acesso aos dados referentes à produção das eNASF Recife, foi solicitada carta de anuência à Secretaria Municipal de Saúde, através do site do SUS Recife, conforme normatização da Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas e Educação em Saúde. Após análise institucional, a carta de anuência foi obtida e o estudo iniciado.

Os relatórios eleitos para o estudo foram extraídos de banco de dados do e-SUS AB e são os seguintes: Atendimento Individual, Visitas Domiciliares, Atendimentos em Grupo e Atendimentos Compartilhados. Os dados coletados foram do 1º e 2º semestres de 2017 e 1º semestre de 2018.

Os critérios de inclusão foram todos os relatórios eleitos e analisados das 19 eNASF Recife, cadastradas no SISAB, e os critérios de exclusão foram todos os relatório que não se enquadram nos relatórios eleitos e nem no período proposto para coleta dos dados.

Os relatórios de produção das eNASF Recife foram disponibilizados pela Coordenação do Sistema de Informação para a AB da Gerência Geral de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Recife.

Para conhecimento e análise dos resultados, foram utilizados os seguintes conceitos (BRASIL, 2014):

- Atendimento individual (consultas): número de atendimentos individuais por profissionais de nível superior que devem ser realizados pela Atenção Básica (eSF, NASF-AB, CnR, PSE, Academias da Saúde, entre outras);
- Visitas domiciliares: visitas realizadas no espaço privado ou domiciliar, com qualquer que seja a finalidade, exceto as de Inspeção Sanitária. As visitas domiciliares podem ser realizadas por profissional de nível superior, profissional de nível médio e por agente comunitário de saúde;
- Atendimentos em grupo: atividades de promoção e prevenção, de baixa complexidade, saúde bucal, atividade de educação em saúde realizada por profissional de nível superior e médio, exceto agente comunitário de saúde;
- Atendimentos compartilhados: atendimentos realizados por profissionais de duas equipes ou mais eSF/AB com o objetivo de conduzir casos semelhantes com maior autonomia, tornando estas equipes mais resolutivas.

A escolha dos instrumentos de investigação deve atender aos objetivos do estudo. Nesse caso, será utilizada uma análise documental. A partir do olhar de Neves (1996), a análise documental apresenta-se como um método adequado para a presente pesquisa. Ela é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar (COSTA, 2012).

RESULTADOS

Os NASF-AB podem ser organizados em três modalidades: NASF 1, NASF 2 e NASF 3. O NASF 1, modalidade de implantação utilizada pelo Município de Recife, deverá ter uma equipe formada por uma composição de profissionais de nível superior que reúnam as seguintes condições: a soma das cargas horárias semanais dos membros da equipe deve acumular, no mínimo, 200 horas semanais; nenhum profissional poderá ter carga horária semanal menor que 20 horas e cada ocupação, considerada

isoladamente, deve ter no mínimo 20 horas e no máximo 80 horas de carga horária semanal; cada equipe deverá estar vinculada a no mínimo cinco e no máximo nove eSF.

Recife conta atualmente com 19 eNASF, que dão apoio a 171 eSF correspondendo a 61,95% de cobertura das eSF implantadas no município e, aproximadamente, 584.150 habitantes acompanhados. A tabela 1 descreve a divisão das eNASF Recife por DS:

Tabela 1 – Divisão das eNASF Recife por DS - 2018

Distrito Sanitário	Quantidade de eNASF
I	2
II	3
III	1
IV	3
V	3
VI	2
VII	2
VIII	3

Fonte: GGAB – Recife

As eNASF Recife contam com 153 profissionais e apresentam a seguinte distribuição por categoria profissional (Tabela 2):

Tabela 2 – Distribuição de profissionais eNASF Recife por categoria profissional 2018

Categoria Profissional	Quantidade	CH Total
Assistente Social	29	40h
Fisioterapeuta	24	20h
Fonoaudiólogo	19	30h
Farmacêutico	12	30h
Nutricionista	17	30h
Psicólogo	25	30h
Terapeuta Ocupacional	27	20h
Total	153	200h

Fonte: GGAB – Recife

Nota: CH – Carga horária

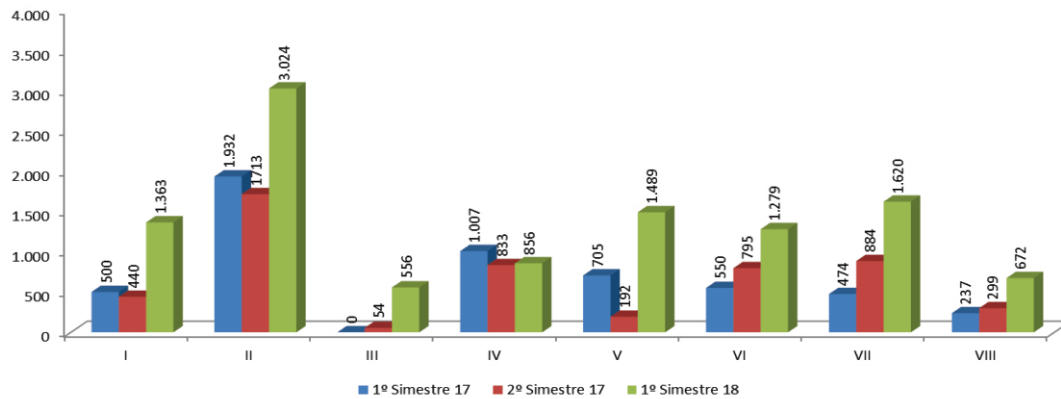
Após análise dos relatórios disponibilizados, foram desenvolvidos cinco gráficos para caracterizar os resultados encontrados.

Atendimentos Individuais

O Gráfico 1 mostra um resumo do total de atendimentos realizados por distrito no 1º e 2º semestre de 2017 e 1º semestre de 2018. Pode ser verificado que, apesar do sistema ter sido implantado em 2013, somente a partir de 2017 é possível obter as

informações de cada eNASF Recife, devido às portarias emitidas pelo Ministério da Saúde, a partir de 2017, estipulando prazos para registrar as informações no SISAB.

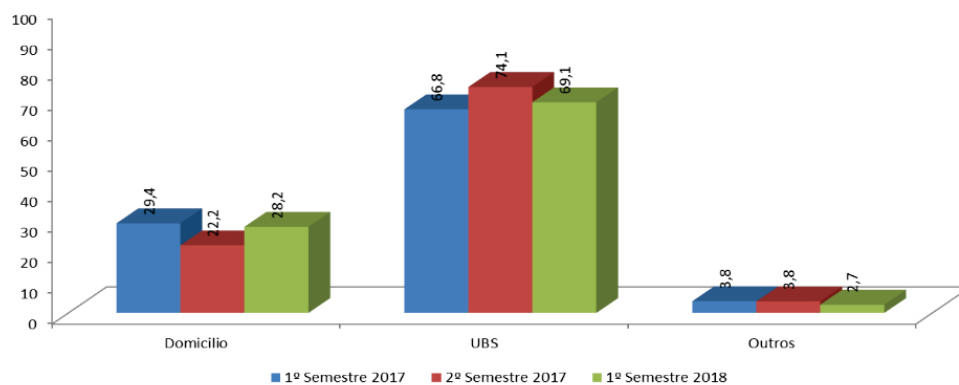
Gráfico 1 - Total de atendimentos realizados pelas eNASF Recife, por semestre, segundo DS



Fonte: e-SUS AB

O Gráfico 2 mostra o percentual do consolidado de atendimentos realizados pelas eNASF Recife, especificando os locais de atendimentos: nos domicílios, nas UBS, assim como nas praças, escolas, centros comunitários, entre outros, cujos registros são previstos nos instrumentos de coleta de dados.

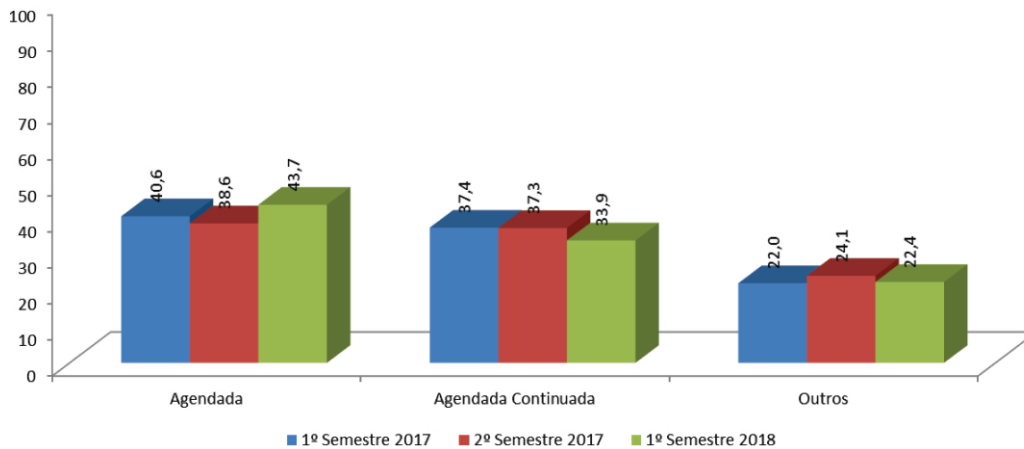
Gráfico 2 - Percentual de atendimentos realizados pelas eNASF Recife por local de atendimento



Fonte: e-SUS AB

O Gráfico 3 mostra o percentual de atendimentos realizados pelas eNASF por tipo de atendimento. São consultas iniciais e, a partir dessas consultas, o indivíduo tem atendimento continuado ou tem alta do episódio. Os outros são os atendimentos de urgência e/ou orientações.

Gráfico 3 - Percentual de atendimentos realizados pelas eNASF Recife por tipo de atendimento

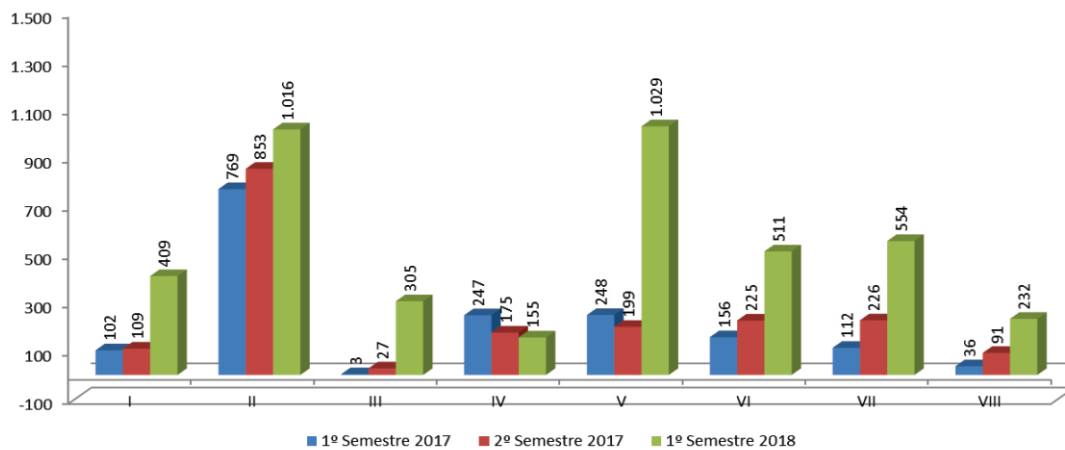


Fonte: e-SUS AB

Atividades coletivas

O Gráfico 4 mostra o total de atividades coletivas realizadas pelas eNASF Recife junto às eSF. As atividades coletivas podem ser reuniões de equipe, educação em saúde, atendimentos em grupos, entre outras.

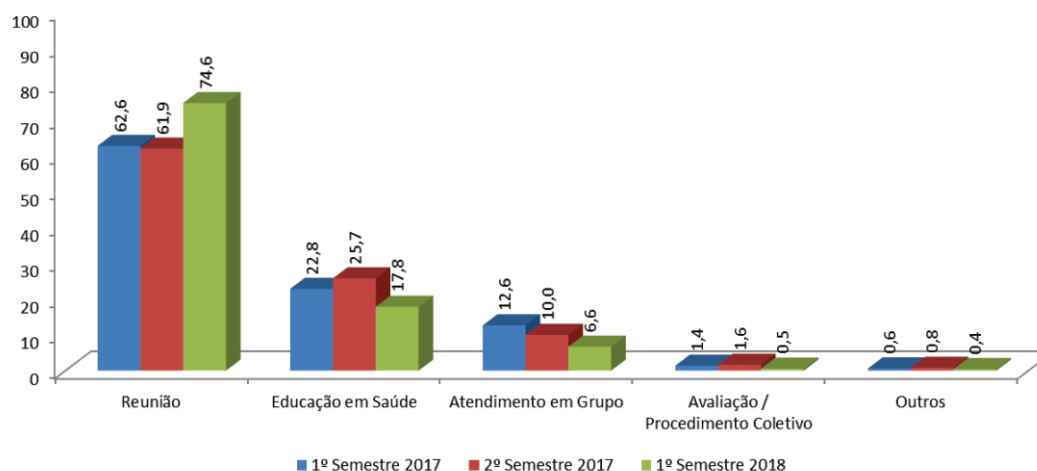
Gráfico 4 - Total de atividades coletivas realizadas pelas eNASF Recife por semestre



Fonte: e-SUS AB

O Gráfico 5 mostra a porcentagem de atividade coletiva por tipo de atividade. Ele especifica quantas reuniões foram realizadas, quantas estratégias de educação em saúde foram desenvolvidas, quantos atendimentos em grupo aconteceram, além de avaliações/procedimentos coletivos (e outros) que não são especificados nos relatórios.

Gráfico 5 - Percentual de atividade coletiva realizadas pelas eNASF Recife por atividade



Fonte: e-SUS AB

DISCUSSÃO

Em relação ao total de atendimentos realizados pelas eNASF Recife por semestre (Gráfico 1), podemos verificar o total de atendimentos realizados e o quanto vêm evoluindo progressivamente quando se trata de número de informações que podem ser coletadas no SISAB.

Neste gráfico, os atendimentos realizados pelas eNASF Recife foram agrupados por DS. No 1º semestre de 2017 foram registrados 5.408 atendimentos no município, no 2º semestre de 2017 foram 5.210 e no 1º semestre de 2018 foram 10.859. Quando analisamos os dois primeiros períodos estudados, percebemos o quanto ainda era insipiente o registro de produção das 19 eNASF. No 1º semestre de 2018 houve um aumento significativo em relação ao semestre anterior, constituindo um aumento de 108,4%, podendo assim acompanhar com mais precisão quantas pessoas são atendidas e acompanhadas na população adstrita às eNASF.

Quando se analisa o total de atendimento das eNASF de Recife por DS, percebe-se que as eNASF do DS II têm o maior registro de produção no 1º semestre de 2018, sendo, em média, 1.008 atendimentos por equipe. Se considerarmos que cada equipe NASF, tipo I, deverá estar vinculada a no mínimo cinco e a no máximo nove eSF (BRASIL, 2017), e que este padrão de cobertura é seguido em Recife, cujas eNASF acompanham 9 eSF, com 19 eNASF implantadas, o município seria capaz de produzir 19.152 atendimentos no semestre. Portanto, apresenta uma defasagem de 8.293 atendimentos, alcançando, em média, 43,3% do esperado.

Podemos avaliar que as eNASF Recife com baixa produção não devem estar alimentando adequadamente o SISAB através do registro dos dados de produção no eSUS. Essas equipes não estão adequadas à portaria que estabelece o prazo para o envio da produção da Atenção Básica para o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), referente às competências de janeiro a dezembro de 2017 e de janeiro a junho de 2018 (BRASIL, 2012).

O perfil descrito suscita alguns questionamentos quanto às possíveis motivações para uma produção com essas características, uma vez que não há disponibilidade de uma padronização ou protocolos nacionais e/ou municipais que estabeleçam uma agenda de trabalho que unifique ou direcione as atividades das eNASF. Não foram encontradas na literatura publicações que tragam evidências científicas quanto ao melhor arranjo de trabalho para as eNASF.

O percentual de atendimentos realizados pelas eNASF Recife por local de atendimento, descrito no Gráfico 2, demonstra especificamente os locais de atendimentos mais utilizados que são os domiciliares e as UBS.

Quanto aos atendimentos realizados em domicílio, pode-se observar que houve uma pequena variação nos três semestres avaliados, sendo pouco significativa, e cuja média é de 26,6 atendimentos em domicílio por semestre. O atendimento individual nas UBS iniciou com 66,8% no primeiro semestre de 2017, teve um aumento no segundo semestre de 2017 (74,1%), voltando a cair para 69,1% em 2018. Essa variação não apresenta relevância na caracterização do perfil de atendimento pelas eNASF Recife, considerando o local de atendimento, que é prioritariamente na UBS.

Os outros locais de atendimento são as praças, escolas, associações comunitárias, entre outros, em que se percebe uma pequena variação nos três semestres avaliados, cuja média é de 3,4% por semestre.

Cada NASF poderá ter características de trabalho diferentes a depender da região, da equipe e do perfil da eSF. Deste modo, as ações devem ser planejadas com base nas necessidades de saúde da população, levando em consideração as particularidades de cada território e em articulação com as equipes de referência (LANCMAN et al, 2013).

O Gráfico 3 mostra a porcentagem de atendimentos realizados pelas eNASF por tipo de atendimento. Os tipos de atendimentos individuais podem ser por Consulta Agendada Programada/Cuidado Continuado, Consulta Agendada ou Demanda Espontânea (Escuta Inicial/Orientação, Consulta no Dia e Atendimento de Urgência) (BRASIL, 2018).

Os dois tipos de consultas que se destacam são Consulta Agendada Programada/Cuidado Continuado, que constituem ações programáticas individuais, direcionadas para os ciclos de vida, doenças e agravos prioritários, as quais necessitam de acompanhamento contínuo, por exemplo gestantes, crianças, idosos, pessoas com doenças crônicas (hipertensão arterial, diabetes) (BRASIL, 2018); e Consulta Agendada, consulta realizada com agendamento prévio, oriunda da demanda espontânea ou por agendamento direto na recepção, de caráter não urgente e que não foi atendida no mesmo dia da procura, mas agendada para outro dia (BRASIL, 2018).

Considerando a média nos três semestres, as agendadas ocupam 41% das consultas realizadas, as consultas para cuidado continuado 36,2%, os demais tipos de consulta 22,8%.

Os atendimentos individuais ou coletivos da eNASF, quando necessários, devem ser regulados pelas eSF, a partir das demandas identificadas no trabalho conjunto das equipes (BRASIL, 2017). Os demais tipos de consultas estão relacionados com as demandas espontâneas, de urgência ou não, mas atendidas no mesmo dia, e não são de livre acesso para atendimento pela eNASF, pois essas equipes não constituem porta de entrada da AB (BRASIL, 2017), mas podem acontecer em momento oportuno, por exemplo, quando um dos membros da eNASF está presente na USF no momento da procura pelo usuário.

Os Gráficos 4 e 5 demonstram o total de atividades coletivas realizadas pelas eNASF em conjunto com as eSF e os tipos de atividade coletivas, respectivamente. As atividades coletivas apresentam dois focos: as ações coletivas de saúde para a população (como atividades de educação em saúde, atendimentos e avaliações em grupo, e mobilizações sociais) e as ações coletivas para a organização da equipe (reuniões de equipe, reuniões com outras equipes, ou reuniões com outros órgãos) (BRASIL, 2018).

No Gráfico 4 as atividades coletivas realizadas pelas eNASF Recife foram agrupadas por DS. No 1º semestre de 2017 foram registradas 1.663 atividades no município, no 2º semestre de 2017 foram 1.905 e no 1º semestre de 2018 foram 4.221. Quando analisamos os dois primeiros períodos estudados, percebemos o quanto ainda era insipiente o registro de produção das 19 eNASF. No entanto, no 1º semestre de 2018, houve um aumento relevante em relação ao semestre anterior, constituindo um crescimento de 121,6%.

Quando se analisa o total de atividades coletivas das eNASF Recife por DS, percebe-se que as eNASF dos DS II e V têm o maior registro de produção no 1º

semestre de 2018, sendo, em média, 341 atividades por equipe. Se considerarmos que cada equipe NASF, tipo I, deverá estar vinculada a no mínimo cinco e a no máximo nove eSF e que este padrão de cobertura é seguido em Recife, cujas eNASF acompanham 9 eSF, com 19 eNASF implantadas, o município seria capaz de produzir 6.467 atividades coletivas por semestre. Portanto, apresenta uma defasagem de 2.265 atendimentos individuais, em média, 53,8% do esperado (BRASIL, 2017).

Podemos avaliar que as eNASF Recife com baixa produção não estão alimentando adequadamente o SISAB, através do registro dos dados de produção no eSUS. Essas equipes não estão adequadas à portaria que estabelece o prazo para o envio da produção da Atenção Básica para o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), referente às competências de janeiro a dezembro de 2017 e de janeiro a junho de 2018 (BRASIL, 2012).

Quanto aos tipos de atividades coletivas realizadas, visualizadas no Gráfico 5, destaca-se a predominância das reuniões nos três semestres estudados. Considerando a média nos três semestres, as reuniões ocupam 66,4% das atividades coletivas realizadas, as atividades de Educação em Saúde 22,1%, os Atendimentos em Grupo 9,7%, Avaliação/Procedimento Coletivo 1,2% e outras atividades 0,6%.

No estudo de Gonçalves *et al.* (2015), as equipes NASF realizam várias tarefas, algumas com periodicidade determinada. As reuniões de equipe, por exemplo, tinham uma frequência semanal. Outras, porém, se caracterizavam a partir das demandas das eSF e da população e, dessa forma, possuíam frequência flutuante.

A realização de uma tarefa, muitas vezes, demandava ou desencadeava o desenvolvimento de várias outras. Isso ocorria devido à variabilidade nas características e nas demandas dos usuários e dos serviços, dos recursos disponíveis na comunidade, da dinâmica das unidades de saúde e das eSF/eNASF, da pactuação que era feita entre as equipes e ainda da formação e capacitação dos profissionais (GONÇALVES *et al.*, 2015).

A atuação do NASF torna possível que cada trabalhador e equipe delineiem o trabalho a partir dos desafios e necessidades identificados na prática cotidiana. As ações são pactuadas diante das demandas que surgem das eSF, das necessidades do território e até da formação e experiência profissional de cada trabalhador (GONÇALVES *et al.*, 2015).

Importante destacar que não há disponibilidade de uma padronização ou protocolos nacionais e/ou municipais que estabeleçam uma agenda de trabalho que

unifique ou direcione as atividades das eNASF. O estudo de Gonçalves *et al.* (2015) demonstra que há diversas variáveis que precisam ser consideradas quanto ao estabelecimento de uma agenda de trabalho, incitando a necessidade de parâmetros para a uniformização.

Moura e Luzio (2014) destacam a necessidade de repensar a estratégia, por ainda estar em construção. Portanto, torna-se indispensável a realização de pesquisas que contribuam para ampliar as discussões sobre o acesso, o planejamento, a realização das ações, a articulação entre as equipes e a avaliação do impacto na qualidade do cuidado prestado aos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não tenha sido possível encontrar parâmetros na literatura a respeito das ações do NASF e do SISAB, devido à falta de publicações, nota-se, através do site do e-SUS AB, que foram revelados aspectos positivos com destaque na evolução das informações a respeito da produção das atividades coletivas do cronograma, das diferentes formas de comunicação como nas visitas domiciliares, consultas compartilhadas e individuais.

Apesar da existência de diferentes ações, é importante observar não apenas os aspectos quantitativos, mas também a qualidade das práticas desenvolvidas. Os resultados evidenciam o papel do NASF na ampliação de possibilidades na eSF. Sob o olhar dos profissionais, a inserção desse serviço possibilita a resolução dos problemas de saúde da população, contribuindo para ampliar a capacidade do cuidado e a resolubilidade da atenção primária.

Apontam-se como fragilidades da pesquisa a questão de repasse das informações, principalmente no 1º semestre de 2017, já que possuía uma portaria informando da obrigatoriedade dessas informações e recomenda-se a realização de estudos com uma abordagem qualitativa, contribuindo para um maior aprofundamento da organização e articulação do NASF e eSF's, principalmente no município de Recife.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. R. *et al.* **Política Nacional de Atenção Básica no Brasil: uma análise do processo de revisão (2015–2017)**. Rev. Panam. Salud Publica. 2018, 42 e 180.

BRAGHINI, C. C. *et al.* **Atuação do fisioterapeuta no NASF: percepção dos coordenadores e da equipe.** *Fisioter. Mov.* v. 29, n. 4, Curitiba: Out./Dec. 2016.

BRASIL. Ministério da saúde. **Abc do SUS: doutrinas e princípios.** BRASÍLIA- DF 1990. Disponível em: http://www.pbh.gov.br/smsa/bibliografia/abc_do_sus_doutrinas_e_principios.pdf. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. Ministério da saúde. **Cadernos de atenção básica; Diretrizes do NASF: Núcleo de apoio à saúde da família.** n° 27, Brasília: 2009.

BRASIL. Ministério da saúde. **Cadernos de atenção básica. Núcleo de apoio à saúde da família.** v. 1. Ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano. Cadernos de Atenção Básica, n° 39. Brasília: 2014.

BRASIL. Ministério da saúde. **e-SUS Atenção Básica: Manual para preenchimento das fichas de coleta de dados simplificada – CDS.** Brasília: 2018. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/esus/Manual_CDS_3_0.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

BRASIL. Portaria N° 1.412 de 10 de julho de 2013. **Institui o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB).** Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1412_10_07_2013.html. Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. Portaria N° 2.436 de 21 de setembro de 2017. **Política nacional de atenção básica.** Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 11 jul. 2017.

BRASIL. Portaria N° 21 de 10 de janeiro de 2018. **Prazos para o envio da produção da Atenção Básica para o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB).** 15/01/2018. Edição 10, Seção 1, p. 45-48. Acesso em: 24 maio 2018.

CARRENO, I. *et al.* **Análise da utilização das informações do Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB): uma revisão integrativa.** *Rev. Ciênc. Saúde Coletiva*, n. 20 (3), mar. 2015.

GONÇALVES, R. M. A. *et al.* **Estudo do trabalho em Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)**. São Paulo: Rev. Bras. Saúde Ocup., São Paulo, v. 40, n. 131, p. 59-74, 2015.

LANCMAN, S. *et al.* **Estudo do trabalho e do trabalhar no Núcleo de Apoio à Saúde da Família**. Revista de Saúde Pública, v. 47, n. 5, p. 968-975, 2013.

MOURA, R. H.; LUZIO, C. A. **O apoio institucional como uma das faces da função de apoio no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF): para além das diretrizes**. Interface (Botucatu) v. 18, p. 957-970, 2014.

PAIVA, C. H. A.; TEIXEIRA, L. A. **Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 21, n.1, jan-mar. 2014, p.15-35.

SEGURANÇA DO TRABALHO E CUSTOS DA QUALIDADE: UMA AVALIAÇÃO EMPÍRICA EM UMA EMPRESA DE PERFURAÇÕES E SONDAGENS

Thiago Bragança Nogueira¹
Maria de Lara Mouta Calado²
Eduardo de Moraes Xavier de Abreu³
Alexandre Costa de Almeida Braga⁴

RESUMO

Os acidentes, assim como os quase acidentes, devem servir como aviso de que algo pior pode acontecer. É necessária uma atuação pró-ativa para fragmentar o ciclo da probabilidade do acidente grave ocorrer. Os acidentes de trabalho são ocasionados por alguns fatores que impactam na qualidade da saúde e segurança do trabalho, independente de sua gravidade, gerando grande prejuízo financeiro para a organização. A qualidade na saúde e segurança do trabalho é fazer tudo certo desde o início, uma vez que evita retrabalho e, conseqüentemente, é mais vantajoso e lucrativo para a empresa. Por este motivo, é necessário conhecer os custos da qualidade, pois, estes são necessários para a criação do controle de qualidade, prevenção, avaliação e correção do trabalho defeituoso (falhas internas e externas). Os custos de prevenção são vistos como investimento, pois com o aumento de treinamento e ações preventivas as porcentagens de falhas diminuem, gerando conforto e segurança no ambiente de trabalho. O propósito do presente estudo é analisar os custos da qualidade associados à prevenção de acidentes de trabalho em uma empresa de perfuração e sondagens geotécnicas, ressaltando que os investimentos em prevenção e avaliação reduzem a probabilidade das falhas ocorrerem, propiciando impactos positivos no cenário organizacional.

Palavras-chave: Acidentes. Segurança do trabalho. Custos da qualidade. Prevenção.

Data de submissão: 18/03/2019

Data de aprovação: 15/04/2019

INTRODUÇÃO

A razão dos estudos dos custos da qualidade associados à prevenção tem sido amplamente utilizada nas organizações para a redução dos acidentes no ambiente de trabalho. Segundo o Conselho Nacional de Segurança, o quase acidente é uma ocorrência imprevista que não resultou em ferimentos, doenças ou danos, mas tinha potencial para fazê-lo. O Ministério da Previdência (1997) cita o conceito de acidente conforme dispõe o art. 19 da Lei

¹ Aluno do Curso de Engenharia de Produção da FMGR: thiagobraganca@hotmail.com

² Professora da Faculdade Metropolitana da Grande Recife: lara@oi.com.br

³ Professor e Coordenador do Curso de Engenharia de Produção: eduardomxa@metropolitana.edu.br

⁴ Professor do Curso de Engenharia de Produção da FMGR: alexandre@metropolitana.edu.br

nº 8.213/91: "acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho”.

Binder (1986) reconhece que investir em segurança é a melhor maneira de minimizar os custos da empresa. O custo de um acidente pode trazer inúmeros prejuízos à organização. O acidente gera despesas jurídicas, além de perdas operacionais, materiais e de tempo. São constatados casos de empresas que faliram devido às indenizações por acidentes de trabalho. Certamente, seria muito mais simples e econômico investir em prevenção e avaliação da saúde e segurança do trabalho.

A prevenção de acidentes está ligada diretamente aos custos da qualidade, tendo em vista que fazem parte dos custos de controle, que são compostos pelos custos de prevenção e avaliação. No Brasil, a prevenção de acidentes é amparada pela legislação que se desdobra sobre a matéria nos seguintes diplomas legais: Lei Federal 6.514, de 22/12/1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); e a Portaria do Ministério do Trabalho 3.214/78 que aprova as Normas Regulamentadoras (NRs), totalizando hoje 36.

O propósito do presente estudo é analisar os custos da qualidade associados à prevenção de acidentes de trabalho em uma empresa de perfuração e sondagens geotécnicas, ressaltando os investimentos em prevenção e avaliação que geram grandes impactos na redução dos custos.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Acidentes e quase acidentes

Nas literaturas, a palavra incidente tem significado semelhante ao quase acidente, enquanto para alguns autores são conceitos opostos.

De acordo com Cambraia (2008), o quase acidente é uma das principais fontes de informação pró-ativa para a gestão de segurança do trabalho, devido aos eventos serem sucessivos e poder gerar um acidente sob conjunturas diferentes. Os quase acidentes como eventos mais numerosos que os acidentes, possibilitam avaliar a qualidade do sistema de segurança do trabalho e o porquê da não ocorrência do acidente, embora os quase acidentes de forma geral sejam compreendidos como sinais iminentes de um acidente.

Embora o acidente seja a ocorrência anormal que contém evento danoso, os danos e

perdas, ainda que desprezíveis, sempre ocorrem. Um evento é considerado danoso quando “o agente atua sobre alvo desprotegido. Essa ocorrência indica falha de todos os sistemas de controle e é o evento final que se quer evitar” (CARDELLA, 1999, p. 234).

Zocchio (1996) define acidente de trabalho como todos os acontecimentos não planejados e estranhos no que se refere à rotina normal do trabalho, podendo causar danos físicos funcionais ou morte ao trabalhador, e ainda danos materiais e econômicos para a empresa.

De acordo com De Cicco & Fantazzini (1993), em 1969 a *Insurance Company of North America* publicou um estudo realizado sob o comando de Frank E. Bird Jr., então diretor de segurança da empresa, que apresentava um resumo com fundamentos estatísticos da análise de 1.753.498 ocorrências obtidas do levantamento de 297 empresas que empregavam 1.750.000 pessoas. Esse estudo, além de contar com dados mais precisos e representativos que os obtidos anteriormente por Bird, introduzia também, nas estatísticas, os números relacionados aos "quase acidentes", cuja pirâmide é apresentada a seguir.

Figura 1 - Pirâmide do acidente



Fonte: Bruno (2015)

Os estudos mostram que para 600 quase acidentes, podem ocorrer 30 acidentes com danos à propriedade, 10 acidentes com pequenos danos em pessoas e 1 acidente grave.

Causas dos acidentes

Segundo a NBR 14280 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os acidentes são ocasionados pelos seguintes fatores: fator pessoal de insegurança ou fator pessoal, ato inseguro, e condição ambiente de segurança (condição ambiente).

Fator pessoal de insegurança ou fator pessoal é a causa relativa ao comportamento humano que pode levar à ocorrência do acidente ou prática do ato inseguro. São exemplos desse fator: falta de conhecimento, falta de experiência ou especialização, fadiga, alcoolismo

e toxicomania. Para cada uma destas condições que ocasionam insegurança no trabalho é atribuído um código numérico com nove dígitos.

Ato inseguro é a ação ou omissão que, contrariando preceito de segurança, pode causar ou favorecer a ocorrência de acidente. Ao ato inseguro é dada a designação de causa fundamental da grande maioria dos acidentes. Alguns estudiosos atribuem percentual superior a 90% aos fatores ligados à falha humana, como por exemplo: usar equipamento de maneira imprópria, usar material ou equipamento fora de sua finalidade, sobrecarregar (andaime, veículo, etc.), trabalhar ou operar à velocidade insegura, correr, saltar de ponto elevado de veículo ou de plataforma.

Condição ambiente de segurança (condição ambiente) é a condição do meio que causou o acidente ou contribuiu para a sua ocorrência. Inclui desde a atmosfera do local de trabalho até as instalações, equipamentos, substâncias e métodos de trabalho empregados. Na identificação das causas do acidente é importante evitar a aplicação do raciocínio imediato, devendo ser levados em consideração fatores complementares que contribuíram para ocorrência do infortúnio. Dessa forma, para avaliar a causa fundamental de um acidente, deve-se sempre perguntar o porquê, ou seja, por que o empregado deixou de usar o Equipamento de Proteção Individual (EPI) disponível? Liderança Inadequada? Engenharia Inadequada? É indispensável também a apuração das causas gerenciais como a falta de controle – inexistência de padrões ou procedimentos. São exemplos de condições inseguras: ventilação inadequada, empilhamento inadequado, proteção coletiva inadequada ou inexistente.

Custos dos acidentes

Os custos de acidentes de trabalho é o prejuízo financeiro que a organização tem resultante de um acidente de trabalho, independente de sua gravidade. Há de se levar em consideração a grande importância de se levantar os custos de acidentes de trabalho, uma vez que ele permitirá: mostrar à empresa os prejuízos decorrentes da falta de prevenção, comparar os custos de acidentes com os custos de prevenção (aqueles associados às ações de implantação de medidas de controle), buscar mais apoio para implantação das medidas preventivas e controlar melhor os custos da empresa.

Soares (2008) defende que são essas as definições e o levantamento dos custos de acidentes, resumidos no quadro a seguir:

Quadro 1 – Tipos de custos de acidentes

Tipos de Custos	Definições e levantamentos
Custos Diretos ou Custos Segurados	São as contribuições mensais pagas pelo empregador à Previdência Social.
Custos Indiretos ou Custos não Segurados	Total das despesas não cobertas pelo seguro de acidente do trabalho e, em geral, não facilmente computáveis, tais como as resultantes da interrupção do trabalho, do afastamento do empregado de sua ocupação habitual, de danos causados a equipamentos e materiais, da perturbação do trabalho normal e de atividades assistenciais não seguradas.
Levantamento dos Custos Indiretos ou Custos não Segurados	Para levantamento do custo não segurado devem ser levados em consideração, entre outros, os seguintes elementos: Despesas com reparo ou substituição de máquina, equipamento ou material avariado; Despesas com serviços assistenciais não segurados; Pagamento de horas extras em decorrência do acidente; Despesas jurídicas; Complementação salarial ao empregado acidentado; Prejuízo decorrente da queda de produção pela interrupção do funcionamento da máquina ou da operação de que estava incumbido o acidentado, ou da impressão que o acidentado causa aos companheiros de trabalho; Desperdício de material ou produção fora de especificação em virtude da emoção causada pelo acidente; Redução da produção pela baixa do rendimento do acidentado durante certo tempo após o regresso ao trabalho.
Horas de trabalho despendidas pelos supervisores e por outras pessoas: - Na ajuda ao acidentado; - Na investigação das causas do acidente; - Nas providências para que o trabalho do acidentado continue a ser executado; - Na seleção e preparo de novo empregado; - Na assistência jurídica; - Na assistência médica para os socorros de urgência; - No transporte do acidentado.	

Fonte: adaptado de Soares (2008) apud De Cicco (1983)

Qualidade

A qualidade é entendida desde a pré-história, quando o homem buscava a matéria-prima mais resistente para a confecção de suas ferramentas. Para Crosby (1986), a qualidade é compreendida como conformidade com os requisitos, tendo-se clara a ideia de que possuir qualidade é fazer as coisas certas desde a primeira vez.

Moller (1992) difere a qualidade em dois princípios: a qualidade técnica e a qualidade humana. A qualidade técnica tende a obtenção de lucros, pois esta visa satisfazer as exigências e expectativas concretas como segurança, qualidade e ocupação. A qualidade humana está além dos lucros, ou seja, visa satisfazer expectativas e desejos emocionais como atitudes, engajamento, comportamento e confiabilidade.

Para Deming (1990):

A qualidade só pode ser definida em termos de quem a avalia, na opinião do

operário, ele produz qualidade se puder se orgulhar de seu trabalho, uma vez que baixa qualidade significa perda de negócios e talvez de seu emprego. Alta qualidade pensa ele, manterá a empresa no ramo. Qualidade para o administrador de fábrica significa produzir a quantidade planejada e atender às especificações. Uma das frases mais famosas de Deming para conceituar qualidade é “atender continuamente às necessidades e expectativas dos clientes a um preço que eles estejam dispostos a pagar”. (DEMING, 1990, p.125).

O quadro a seguir apresenta algumas definições de qualidade por autores clássicos da área.

Quadro 2 - Definições clássicas de qualidade

Crosby	Conformidade com as exigências.
Moller	Concebe a qualidade como dois fatores: a qualidade técnica e a qualidade humana. A qualidade técnica visa a obtenção de lucros e a qualidade humana visa satisfazer as expectativas e os desejos emocionais.
Deming	A qualidade deve ter como objetivo as necessidades do usuário, presentes e futuras.
Feigenbaum	O total de características de um produto e de um serviço referentes a marketing, engenharia, manufatura e manutenção, pelas quais o produto ou serviço, quando em uso, atenderá as exigências do cliente.
Juran	Adequação à finalidade ou uso.

Fonte: adaptado de Oakland (1994)

Custos da qualidade

A definição de custos da qualidade pode apresentar uma certa alteração de autor para autor conforme sua definição de qualidade, bem como as estratégias adotadas pelas instituições com relação à qualidade. Desta forma, convém fazer um apanhado dos conceitos apresentados por alguns autores.

Harrington (1990) ressalta a utilização de medidas de custos da qualidade em programas de melhoria e os define como custos incorridos para ajudar o empregado a fazer bem seu trabalho, os custos para determinar se a produção é aceitável, bem como todo custo que incorre a empresa e o cliente porque a produção não cumpriu as especificações e/ou as expectativas do cliente.

Para Crosby (1986), o custo da qualidade está relacionado com a conformação ou falta de conformação aos requisitos. Custo da qualidade é o catalisador que leva a equipe de melhoria da qualidade e o restante da gerência à plena compreensão do que está acontecendo. Antes, limitavam-se, muitas vezes, a simular que seguiam o programa só para causarem boa impressão.

Para Galloro e Stephani (1995), ainda que o custo da qualidade não seja apenas o gasto necessário para se obter qualidade, nem o custo do funcionamento do departamento de qualidade, mas os investimentos necessários para a criação do controle de qualidade, para prevenção, para avaliação e para correção do trabalho defeituoso.

Segundo Rotondaro (1996), o custo da qualidade refere-se àquelas despesas incorridas

pela empresa, para o suporte e manutenção do nível satisfatório e econômico da qualidade e confiabilidade do produto.

Em geral, pode-se definir Custos da Qualidade como quaisquer despesas de fabricação ou de serviços que excedam aquelas despesas que teriam ocorrido caso os produtos (ou serviços) tivessem sido fabricados (ou prestados) com perfeição já na primeira vez. (MATTOS, 1998).

Juran (1988, apud Mattos e Toledo, 1998) cita os chamados custos de prevenção e de avaliação como sendo "custos inevitáveis" e os custos de falhas (internas e externas) como sendo "custos evitáveis". Embora esses últimos poderiam ser definitivamente reduzidos ao investir na melhoria da qualidade, no qual Juran considerava como sendo o "ouro da mina", é um caminho com grande capacidade para se reduzir os custos de produção.

Na sequência, são apresentadas as quatro categorias de custos da qualidade conforme suas definições:

- a) **Prevenção:** são os custos relacionados às atividades de projeto, implementação e operação do sistema de gestão da qualidade, incluindo o controle e auditoria do sistema, em todo ciclo produtivo (do projeto ao pós-venda), ou seja, referem-se aos gastos ocasionados com o intuito de se evitar defeitos;
- b) **Avaliação:** custos associados à medição, avaliação e auditoria de características da matéria-prima, componentes e produtos para assegurar a conformação com os padrões de qualidade. Referem-se aos custos das atividades de inspeção (avaliação da qualidade) propriamente dita;
- c) **Falhas internas:** são os primeiros a acontecer como consequência da ausência de controle, resultando em ações internas na instituição, como desperdício de material e retrabalho;
- d) **Falhas externas:** são os custos gerados pela má qualidade do produto que chega ao cliente, acarretando substituição de produtos, serviços ou informações, ou seja, custos de falhas ocorridas externamente à empresa.

Custos de prevenção

O custo de prevenir está relacionado com os custos da qualidade, pois ao buscar a qualidade, se obtêm a prevenção e vice-versa. A prevenção no contexto de segurança do trabalho não interessa apenas aos trabalhadores, mas também às empresas e à sociedade, pois o trabalhador acidentado, além dos sofrimentos pessoais, provoca despesas no sistema de

saúde e passa a receber benefícios previdenciários que são pagos por todos os trabalhadores e as empresas (FRANZ, 2006; FERREIRA *et al.*, 2012).

Para Feigenbaum (1994, p. 153), os custos de prevenção representam apenas 5% a 10% do custo da qualidade, conforme expõe a seguir:

[...] os custos provenientes de falhas internas e externas podem representar perda em torno de 65% a 70% do custo da qualidade, e os custos de avaliação provavelmente variam dentro da margem de 20% a 25%. No entanto, em muitos negócios os custos de prevenção provavelmente atingirão valor de 5% a 10% do custo da qualidade.

Os custos dos acidentes de trabalho ou custos da não segurança estão associados ao acidente ocorrido, aos prejuízos econômicos e despesas que ele ocasiona como custos de atendimento médico, danos aos equipamentos, perdas de tempo, de produtividade, entre outros (FRANZ, 2006).

Lima (2003), a partir da análise dos custos realizada na empresa *Japan Industrial Safety and Association*, afirma que os investimentos na segurança são pagos pela redução dos acidentes e pelos seguintes retornos: melhor eficiência e produtividade, maior motivação dos trabalhadores, menor absentismo, menor rotação de trabalhadores, melhor qualidade do trabalho e menor gasto com despesas médicas.

Os principais custos de prevenção de acordo com Juran & Gryna (1991), Feigenbaum (1994), Crosby (1994) e Franz (2006), são:

- 1- Planejamento da qualidade do produto: contabilização de todas as horas de pessoal, da área de qualidade ou não, despendidas em atividades de planejamento à qualidade do produto (bem ou serviço) desejado;
- 2- Identificação dos desejos do cliente: custos relacionados à necessidade de agradar o cliente para que o mesmo tenha um produto que julgue de qualidade;
- 3- Planejamento do controle de processo: são todos aqueles relacionados aos estudos e análises conduzidos para estabelecer a forma de controle de processos ou orientação ao pessoal envolvido;
- 4- Treinamento e desenvolvimento de pessoal: recursos associados a seminários e cursos, visando à capacitação dos funcionários. Nestes custos devem ser contabilizados apenas as atividades de treinamento e desenvolvimento relativos ao controle da qualidade. Atividades de treinamento para obtenção da qualificação normal para execução das atividades não devem ser consideradas como custos da qualidade;
- 5- Certificação/Avaliação dos fornecedores: custos no processo de formação de

- fornecedores qualificados. Os custos correspondentes a processos de avaliação ou certificação dos fornecedores são contabilizados como custos de prevenção;
- 6- Verificação e alterações de projeto: todas as atividades de verificação do projeto tendo em vista a qualidade do produto, sua confiabilidade e segurança, devem ser contabilizadas como custos da qualidade. As alterações de projeto resultantes de estudos posteriores ao início da produção recaem também sobre custos de prevenção da qualidade;
 - 7- Planejamento do tempo e recursos utilizados: com o tempo e recursos utilizados no planejamento da prevenção dos acidentes e nos controles implementados nos locais de trabalho, é possível fazer com que sejam prevenidos a maioria dos acidentes de trabalho. Haja vista que os custos dos acidentes podem estar relacionados à falta da qualidade no ambiente de trabalho, a segurança do trabalho não interessa apenas aos trabalhadores, mas também às empresas e à sociedade.

Conscientização dos trabalhadores quanto à prevenção de acidentes

A conscientização é a maneira mais eficaz de prevenir os acidentes de trabalho. A prevenção é entendida como a ação ou efeito de prevenir, agir pró-ativamente. É também o conjunto de atividades e medidas que, feitas com antecipação, busca evitar uma perda ou mal: prevenção de doenças, prevenção de acidentes. (AURÉLIO, 2002).

Wernke, Lembeck e Bronia (2003, p. 5) citam que o capital humano é “o valor acumulado de investimentos em treinamento, competência e futuro de um funcionário. Além disso, pode ser reproduzido como competência do funcionário, capacidade de relacionamento e valores.” As organizações também podem agregar valor ao seu capital humano, promovendo treinamento com o intuito de que possam trazer retorno com maior produtividade e menor desperdício. O pilar de uma empresa é, sem dúvida, seus trabalhadores. Portanto, é importante cuidar e resguardar a vida destes.

A liderança tem papel fundamental na conscientização de seus colaboradores, visto que o líder precisa ter uma grande capacidade para entender e conhecer seus liderados, suas opiniões e ideias. Para isso é preciso ser paciente para ouvir primeiro e falar depois. (MAXWELL, 2008, p. 68).

A importância da segurança do trabalho é relevante e deve ser colocada em prática por todos os colaboradores de uma empresa, principalmente pela alta direção, pois sua função é garantir a segurança e prevenir os possíveis acidentes de trabalho. O funcionário também tem o seu papel na prevenção dos acidentes. Cabe a ele usar os equipamentos de segurança,

respeitar as normas e repassar para o técnico de segurança qualquer anormalidade que possa colocar em risco sua saúde e sua vida no desempenho de sua função.

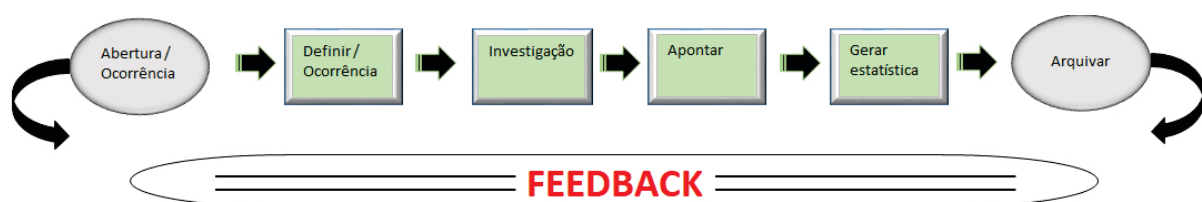
Toda organização detém normas regulamentadoras que previnem acidentes de trabalho. Cabe à organização, a partir de suas lideranças, conscientizar seus colaboradores quanto à prevenção de riscos. Para prevenir o acidente é necessária uma atitude consciente.

METODOLOGIA

O estudo de caso foi desenvolvido em uma empresa localizada no estado de Minas Gerais, com atuação no ramo de perfurações e sondagens geotécnicas, com intuito de mostrar como ela pode reduzir os custos com acidentes de trabalho (falhas internas e falhas externas), investindo nos custos de prevenção e avaliação.

A empresa possui um efetivo de 45 colaboradores que, na maior parte, desenvolvem atividades manuais. Estas expõem com maior facilidade o colaborador a possíveis acidentes, mesmo com o uso obrigatório dos equipamentos de proteção individual, conforme estabelecido pela Norma Regulamentadora (NR-06). Para contribuir de forma mais efetiva na prevenção de acidentes, foi implementado a pirâmide de Bird como ferramenta para monitorar e minimizar os riscos no ambiente de trabalho, funcionando como forma de investimento em prevenção e avaliação. A partir dos acidentes de trabalho registrados durante as atividades de perfurações de solo, segue o fluxo de ações a serem tomadas quando da ocorrência, conforme apresentado na figura 3.

Figura 2 – Fluxo de ocorrência



Fonte: adaptado de Bento, Romero e Freitas (2014)

A figura 2 apresenta todas as possíveis ocorrências de acidentes emitidas. Primeiramente, o início do fluxo é a abertura da ocorrência, depois a definição do tipo de acidente para, a partir deste, iniciar o processo de investigação.

A investigação deve ser realizada no local da ocorrência com a presença do supervisor da área, colaborador envolvido na ocorrência (caso seja possível) e técnico em segurança do trabalho. O técnico é responsável por apurar as informações e os dados da ocorrência por meio do formulário de investigação de acidente e /ou quase acidente. Este formulário,

conforme pode ser observado em anexo, auxilia na análise das causas, com objetivo de chegar na causa raiz do problema de forma eficaz.

ESTUDO DE CASO

Foi realizado o levantamento do histórico dos registros de acidentes de trabalho durante um ano, nas atividades de perfuração e sondagens geotécnicas, em uma empresa situada no estado de Minas Gerais (MG). O levantamento pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 3 – Ocorrências registradas no ano

Acidentes	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Lesão grave	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lesão leve	0	1	0	1	1	0	0	2	1	2	0	2	10

Fonte: elaborado pelos autores

O quadro 3 representa as ocorrências mês a mês relacionadas ao ano de estudo. Embora não tenha ocorrido nenhuma fatalidade, foram contabilizados dez acidentes com lesões leves. Segundo os conceitos da pirâmide do acidente de Frank Bird (apud De Cicco & Fantazzini, 1993), com a ocorrência de dez acidentes com lesões leves, há a probabilidade iminente de uma lesão grave ocorrer.

O quadro 4 apresenta a relação dos tipos de acidentes ocorridos na empresa.

Quadro 4 - Ocorrências por atividade

SST	
Atividades	Tipo de acidentes
Preparação e arrumação do canteiro de Obras	Batida contra / escoriações / queda de mesmo nível
Transporte de máquinas e equipamentos	Prensamento / esmagamento de membros
Trabalho em Altura	Queda de nível diferente / fraturas/escoriações
Carregamento e descarregamento de materiais	Corte / prensamento / batida contra / contusões

Fonte: elaborado pelos autores

O quadro 5 relaciona a quantidade de ocorrências registradas por função e seus respectivos custos.

Quadro 5 – Acidentes e seus respectivos custos

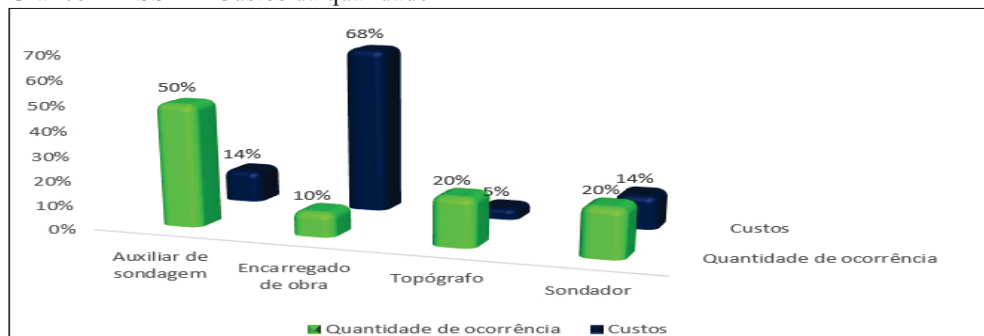
Acidentes X Custos					
Função	Nº de acidentes	Acidentes (%)	Afastamento (horas trabalhadas)	Custo (R\$)	Custos (%)
Auxiliar de sondagem	5	50%	16	R\$ 84,23	14%
Encarregado de obra	1	10%	32	R\$ 422,93	68%
Topógrafo	2	20%	2	R\$ 28,97	5%
Sondador	2	20%	8	R\$ 87,56	14%
Total	10	100%	58	R\$ 623,70	100%

Fonte: elaborado pelos autores

Mediante essas informações, podemos observar a forte relação entre a segurança do

trabalho e os custos da qualidade, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – SST X Custos da qualidade



Fonte: elaborado pelos autores

O presente estudo ressalta a importância de conhecer e trabalhar essas duas variáveis em conjunto, visto que os custos e os acidentes estão diretamente relacionados, conforme citado por Feigenbaum (1994).

O gráfico 2 apresenta os custos da qualidade referentes às atividade de perfuração e sondagem geotécnica. Os custos provenientes de falhas internas e externas são conhecidos como custos “evitáveis” e podem ser representado por 65% a 70% dos custos da qualidade. Os custos de prevenção e avaliação, conhecidos como custos “inevitáveis”, representam de 5% a 10%, conforme Feigenbaum (1994).

Gráfico 2 – Custos da qualidade



Fonte: elaborado pelos autores

Observa-se que, com a implementação da metodologia dos custos da qualidade na empresa estudada, investir em prevenção é mais vantajoso e lucrativo para a organização, garantindo assim um ambiente de trabalho seguro e saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que as normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho e os devidos equipamentos de proteção sejam exigidos pelas organizações e utilizados pelos colaboradores

nas atividades de perfuração e sondagem geotécnica, existem ferramentas e metodologias que conseguem auxiliar na prevenção de acidentes.

Segundo Benite (2004), o investimento nos custos de prevenção e avaliação é mais vantajoso, pois os custos de prevenção decorrem para se evitar a má qualidade de produtos e serviços e à medida que estes custos aumentam, diminuem os custos com falhas. Um bom plano de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores faz com que os acidentes (falhas internas e externas) sejam evitados, a partir da conscientização e engajamento de todos.

Portanto, implantar os custos da qualidade associados a SST nas atividades de perfuração e sondagem geotécnica, além de prevenir acidentes, também garante melhores lucros e maior produtividade, evitando prejuízos para a organização e o trabalhador.

Este trabalho limita-se apenas a quantificar os dados mensuráveis dos custos de acidentes do trabalho ocorridos na empresa de perfuração e sondagem geotécnica. Foi utilizado o método da divisão do salário de cada acidentado pelo divisor de 220h que será aplicado apenas para alcançar o valor-hora do salário dos colaboradores, conforme estabelecido pelo artigo 64 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a que se refere ao art.58, com base em uma jornada de 44h semanais.

Por este motivo, os custos da qualidade com a saúde e segurança do trabalho estão diretamente ligados. Este estudo apresentou para a alta direção e seus liderados a importância do investimento em prevenção, analisando de forma conjunta com os seus custos, mostrando para a empresa que fazer com qualidade desde a primeira vez é a base para o desenvolvimento organizacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. E. T.; TRINDADE, D. C. de A. C. **Custos da qualidade: análise da estrutura e componentes dos custos da qualidade**. Anais do IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Rio de Janeiro: 2012.

ATLAS - Brasil – Ministério do Trabalho/Portaria 3.214 (08 de junho de 1978). Aprova as **Normas Regulamentadoras-NR** – do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. *In*: ATLAS Manual de Legislação. 44 ed. São Paulo, 2004.

AURELIO. **O mini dicionário da língua portuguesa**. 4. edição revista e ampliada. 7. impressão. Rio de Janeiro: Positivo Editora, 2002.

BENITE, A. G. **Sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho para empresas**

construtoras. 236 f. (Dissertação de Mestrado em Engenharia). Universidade de São Paulo, 2004.

BENTO, A. R.; ROMERO, A. R.; FREITAS, L. **Implantação da pirâmide de Heinrich na prevenção de acidentes em uma indústria automotiva**. Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia metalúrgica, de Materiais e de Minas. 69º Congresso Anual da ABM. São Paulo, 2014.

BINDER, M. C. P.; AZEVEDO, N. D.; ALMEIDA, I. M. **Análise crítica de investigações de acidentes do trabalho típicos realizadas por três empresas metalúrgicas de grande porte do estado de São Paulo**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, set. 1997, nº 85, p. 103-115.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452**. 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 9 ago. 1943. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26817007/decreto-lei-n-5452-de-1-de-maio-de1943>. Acesso em: 17 maio 2013.

_____. **Lei nº 6.514**. 22 de dezembro de 1977. Art . 1º - Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6514.htm#art157. Acesso em: 23 nov. 2018.

CAMBRAIA, F. B.; SAURIN, T.A.; FORMOSO, C.T. **Diretrizes para identificação, análise e disseminação de informações sobre quase-acidentes em canteiros de obra**. Porto Alegre: Ambiente Construído, v.8, n.3, p. 51-62, jul/out 2008.

CARDELLA, Benedito. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes – uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas**. São Paulo: Atlas, 1999.

CROSBY, Philip B. **Qualidade é investimento**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C.A. **Administração da produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DE CICCIO, Francesco M. G. A. F. **A segurança, higiene e medicina do trabalho na construção civil: nível superior**. São Paulo: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO , 1983.

DE CICCIO, Francesco M. G. A. F.; FANTAZZINI, Mario Luiz. **Prevenção e controle de perdas – uma abordagem integrada**. Fundacentro. São Paulo. 1993.

DEMING, W. Edwards. **Qualidade: a revolução da administração**. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 1990.

FEIGENBAUM, Armand V. **Controle da qualidade total**. v. 1 gestão e sistemas. Tradução de Regina Cláudia Loverri; Revisão técnica José Carlos de Castro Waeny. São Paulo: Makron Books, 1994.

FERREIRA, M. de M. *et al.* **Avaliação sobre a prevenção de riscos na atividade de**

trabalho em prensas. Iberoamerican Journal of Industrial Engineering. v. 4, n. 8, p. 48-68, 2012.

FRANZ, L. **Estudo comparativo dos custos de prevenção e os custos dos acidentes de trabalho na construção civil.** 60 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

GALLORO, Lídia R. R. Sacco; STEPHANI, Douglas Edvandro. **Custos da qualidade e da não-qualidade.** Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo. Custo como ferramenta gerencial. São Paulo: Atlas, 1995.

HARRINGTON, J. H. **El coste de la mala calidad.** Madri: Ediciones Diaz de Santos, 1990.

JONES, S.; KIRCHSTEIGER, C.; BJERKE, W. **The importance of near miss reporting to further improve safety performance.** Journal of Loss Prevention in the Process Industries, v. 12, n. 1, p. 59-67, Jan. 1999.

JURAN, J. M.; GRZYNA, F. M. **Controle da qualidade: conceitos, políticas e filosofia da qualidade.** v. 1, São Paulo: Makron, 1991.

JURAN, J.M. **Juran planejando para a qualidade.** 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1995.

_____. **A qualidade desde o projeto: os novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços.** Tradução: Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.

JUSBRASIL. **Lei 8213** de 24/07/1991. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11357361/artigo-19-da-lei-n-8213-de-24-de-julho-de-1991>. Acesso em: 26 nov. 2018.

LIMA, F. **Os custos dos acidentes de trabalho nas empresas de construção.** Instituto Superior Técnico. Universidade Técnica de Lisboa e CEGIST. Dez. 2003. Disponível em: http://web.tagus.ist.utl.pt/francisco.lima/links/documentos/CEGISTwp06_2003.pdf. Acesso em: 25 out. 2018.

MAIA, Flávio. **Gestão financeira da qualidade.** Monografia (Especialização em Gestão Financeira). São João del Rei: Universidade Federal de São João Del Rei, 2006.

MATTOS, JC.; TOLEDO, J. C. **Custos da qualidade: diagnóstico nas empresas com certificação ISO 9000.** Revista Gestão & Produção. v. 5, Nº 3. São Carlos: Universidade Federal de São carlos, 1998.

MOLLER, C. **O lado humano da qualidade: maximizando a qualidade de produtos através do desenvolvimento das pessoas.** São Paulo: Pioneira, 1992.

OAKLAND, J. S. **Gerenciamento da qualidade total.** São Paulo : Nobel, 1994.

ROTONDARO, Roberto. **Custos da qualidade: ferramentas para análise de decisão estratégica.** São Paulo: Fundação Carlos Alberto Vanzolini, 1996.

SOARES, L. de J. **Os impactos financeiros dos acidentes do trabalho no orçamento brasileiro: uma alternativa política e pedagógica para redução dos gastos.** Brasília : s.ed., 2008.

VAN DER SCHAAF, T. W. **Near miss reporting in the chemical process industry: an overview.** Microelectronics and Reliability. v. 35, n. 9-10, p. 1233-1243, Sept/Oct. 1995.

WERNKE, Rodney; LEMBECK, Marluce; BORNIA, Antonio C. **As considerações e comentários acerca do capital intelectual.** Curitiba: Revista FAE. nº.1, p.15-26, abr. 2003.

ZOCCHIO, A. **Prática da prevenção de acidentes: ABC da segurança do trabalho.** São Paulo: Atlas, 1996.

ANEXO A – Formulário de ocorrências

FORMULÁRIO DE OCORRÊNCIAS				Nº
Obs: Seguir as seguintes instruções:				
1- Imprimir e preencher o formulário;				
2- Todos os campos são obrigatórios e devem ser preenchidos.				
Data:		Hora:		Local:
<input type="checkbox"/>	1-Comentário/Informação (Preencher diretamente o campo "Descrição")			
<input type="checkbox"/>	2-Acidente/Incidente (Preencher os campos abaixo conforme a ocorrência)			
Tipo de Acidente/Incidente				
<input type="checkbox"/>	Interno		<input type="checkbox"/>	Externo
Tipo de Acidentado				
<input type="checkbox"/>	Funcionário Direto		<input type="checkbox"/>	CLT
<input type="checkbox"/>	Funcionário Terceirizado		<input type="checkbox"/>	PJ
Possibilidade de Recorrência (Relate os possíveis riscos no campo "Descrição")				
<input type="checkbox"/>	ALTA		<input type="checkbox"/>	BAIXA
Houve lesão?				
<input type="checkbox"/>	Sim (Relate no campo "Descrição")			
<input type="checkbox"/>	Não			
DESCRIÇÃO:				
COMPLEMENTO PARA ACIDENTES COM LESÃO				
Nome do acidentado:		Setor:		
Departamento:		Parte(s) do Corpo Atingida(s):		
Função:		Idade*:		
Responsável pelo Setor:				
O responsável está ciente?				
<input type="checkbox"/>	Sim		<input type="checkbox"/>	Não

UM ESTUDO SOBRE A PERSPECTIVA DA LIDERANÇA EM UMA EMPRESA FAMILIAR

João Biron de Oliveira Filho¹

RESUMO

A liderança é um aspecto muito observado em todos os segmentos da sociedade. Neste artigo descrevemos os diversos fatores que compõem a liderança, dentro de uma empresa familiar. Serão abordadas as competências de cada um dos envolvidos no seu processo, a motivação, as capacitações, a análise, o comportamento e o foco nos resultados, como fatores determinantes dentro de um conjunto (empresa x colaboradores). Este estudo não tem o propósito de trazer respostas definitivas, mas de provocar uma análise e uma discussão dos processos dentro da empresa familiar.

Palavras-chave: Liderança. Empresa Familiar. Competências. Motivação. Objetivos.

Data de submissão: 20/03/2019

Data de aprovação: 24/04/2019

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo fazer um estudo de como é exercida a liderança dentro de uma empresa com estrutura familiar, abordando os aspectos positivos e negativos, bem como a influência que essa liderança exerce sobre todos os envolvidos no processo. Os instrumentos que irão fundamentar este artigo serão as referências bibliográficas e observações *in loco* em uma empresa de origem familiar, situada em Jaboatão dos Guararapes – Pernambuco, ao longo de um período de três anos.

A empresa origem deste estudo existe desde 2001, baseada em uma estrutura familiar, na qual seus sócios são parentes consanguíneos e seus membros exercem as funções diretivas e administrativas. Em cada subdivisão ou setores existem os líderes que se relacionam com os demais funcionários, mas sempre direcionados com a visão dos administradores que detêm o comando de toda estrutura.

¹ Professor da Faculdade Metropolitana da Grande Recife: joaobiron@gmail.com

A ideia deste artigo é mostrar como a liderança pode auxiliar e dar força a essa estrutura, focando nas estratégias, de forma a estabelecer um melhor aproveitamento em função de um resultado que seja positivo para todas as partes e estabeleça uma mudança nos processos, com a criação de mecanismos mais eficazes.

REFERENCIAL TEÓRICO

É inegável a importância das empresas familiares para a economia. A respeito desse tema, Cruz (2013) afirma que

o estudo das empresas familiares é um aspecto importante do sistema econômico. Este tipo de organização configura-se como um dos mais representativos globalmente, tendo um contributo fundamental ao nível da oferta de emprego e da produção interna. Este aspecto revela a importância de uma análise das particularidades deste tipo de empresa. (CRUZ, 2013, p. 3).

Segundo estudos, estima-se que entre 65% a 80% das empresas mundiais são familiares, desde as menores até empresas mundialmente conhecidas como a Wal-Mart ou a Fidelity Investments. Esses estudos indicam ainda que das 500 maiores empresas listadas pela Fortune, cerca de 40% são detidas ou controladas por famílias. (GERSICK *et al.*, 1997 apud CRUZ, 2013, p. 13).

Como forma de sustentação do nosso estudo, o referencial teórico está baseado em Bornholdt (2005), além de alguns artigos científicos. Analisaremos a influência que essa liderança exerce entre todos os envolvidos no processo e a sua importância nos resultados obtidos pela instituição ao longo dos anos em que a empresa atua no mercado. Reconhecemos que a liderança é a base para que as mudanças ocorram e que através dela os resultados podem ser conseguidos mais rapidamente, pois toda equipe precisa de alguém que coordene e articule as ações, condição importante para o sucesso de uma organização. Essa liderança não é exercida através do poder, mas da influência que os líderes exercem em uma equipe. Neste enfoque, discutiremos o papel dos líderes dentro da instituição e como os mesmos exercem sua influência nas ações, atividades e rotinas de trabalho.

A LIDERANÇA DENTRO DA EMPRESA FAMILIAR

Em uma empresa familiar a liderança é fruto, muitas vezes, da interpretação e sugestão do seu administrador. Por critérios de confiança ele delega a alguns subordinados este papel. Isso normalmente não traz os resultados esperados, pois, esse líder pode não possuir as

aptidões necessárias para desenvolver essas habilidades, gerando um alto custo para a instituição.

A liderança de uma empresa familiar, conforme Mastre & Britto (2015, p. 2), “é o principal agente de mudança e seu papel é estimular a criação de cultura estratégica, o desenvolvimento e a busca de realização profissional dos membros de sua equipe [...]”.

É nesse conjunto dessas três equações: líder, liderados e tarefas que se concentra este estudo, partindo de uma análise individual dessas três variáveis e o papel que as mesmas exercem no produto final, ou seja, nos resultados, foco de toda estrutura organizacional, pessoal, familiar e empresarial. Assim, percebe-se que os líderes são indicados pela afinidade e confiança do principal interlocutor e que, embora já tenham uma caminhada dentro da organização, necessitam de um treinamento constante, o que facilitaria a obtenção dos resultados. Esses líderes possuem total confiança por parte do administrador, apesar das situações que podem ocorrer durante o processo, sejam elas de natureza pessoal, funcional e situacional da empresa, em todos os seus segmentos.

Competências

Segundo Bornholdt (2005), a liderança passa por três competências: emocionais, gerenciais e intelectuais. Essas, por sua vez, imersas em diversas situações. Na competência emocional são observadas a motivação, a consciência, a sensibilidade, a influência, a autoconsciência, a resiliência emocional e intuitiva. Na competência gerencial são observadas a gestão de recursos, a comunicação engajadora, o desenvolvimento, a capacitação e os resultados. Na competência intelectual são observadas a perspectiva estratégica, a visão, a criatividade, o senso crítico e os critérios de seleção e julgamento.

De acordo com Helen e Caroline (2004, p. 3), a competência intelectual é responsável por 27% do desempenho da liderança; a gerencial, por 16%; e a emocional, por 36%.

No objeto de estudo encontramos muitos fatores que referendam esta teoria, mas que em algumas situações também podem descaracterizá-la. De forma geral são pertinentes tais estudos e teorias, pois compreende-se que é importante conhecer o ambiente e ao mesmo tempo conhecer as pessoas com quem se trabalha, identificando suas principais competências, de forma a distribuir as tarefas de acordo com suas habilidades. Os líderes, principalmente, devem buscar cada vez mais o autoconhecimento e a especialização.

Análise dos líderes

Os líderes desta instituição, como já citado anteriormente, foram escolhidos pelos responsáveis pela empresa, dentro de um critério baseado em competências, mas também pelo grau de confiança. Percebemos que os liderados, em relação aos liderandos, têm uma relação de confiança nos seus pares, embora possamos observar que, em alguns casos, haja conflitos de interesses entre as partes. Mesmo que num percentual bem pequeno, estes fatores são motivados por divergências na maneira de percepção por parte dos envolvidos. Mastre & Britto (2015) dizem a esse respeito que

a maior dificuldade para a mudança na dinâmica da empresa familiar esbarra em questões emocionais e afetivas, próprias da cultura brasileira, que podem gerar conflitos de interesses. Mas nada que impeça essas organizações de se adaptarem e acompanharem o ritmo acelerado de transformações no Brasil e no mundo.
(MASTRE & BRITTO , 2015, p. 6).

Nessa dimensão entra a figura do gestor ou gestores da empresa familiar. Os mesmos precisam estar em constante acordo e consonância, pois a menor divergência entre eles pode levar a guerras e conflitos, fazendo com que sejam criados vários grupos, cada um defendendo o ponto de vista do seu líder. Dentro do ambiente corporativo isso pode gerar diversas ameaças e desentendimentos, provocando ruídos na comunicação e, conseqüentemente, uma rede de intrigas que prejudica o resultado final objetivado pela instituição.

Esses líderes tendem a tomar partidos e posições que muitas vezes causam interpretações negativas junto aos seus liderados e que podem causar desentendimento em toda equipe. Isso pode levar a um processo de punições e até demissões, trazendo um clima de desconforto que contribui para a desestabilização das lideranças e que muitas vezes pode levar a resultados negativos em seu produto final.

As crises e os altos e baixos no processo de governança de uma empresa familiar podem ser compreendidos como “perigos” e “oportunidades”. Este é um processo fascinante, mas ao mesmo tempo muito difícil. Os interesses financeiros acumulados ou herdados trazem regras que regem esses comportamentos, que devem ser definidos entre os interesses individuais. O ideal é que sejam priorizados os interesses coletivos e para isso é fundamental o processo de renúncia. Tal processo pode provocar os mais diversos sentimentos como paixão, ódio, amor, inveja, segurança e resignação que, embora latentes, dificilmente são admitidos.
(BORNHOLDT, 2005, pág. 21)

PERFIL DA EMPRESA

O conceito mais comum para empresa familiar “é aquela cujas quotas ou ações estejam sob o controle de uma família, podendo ser administradas por seus membros, ainda que com o auxílio de gestores profissionais, ou seja, apenas as sociedades em que o controle é detido por dois ou mais parentes”. (MAMEDE, 2012 apud MASTRE & BRITTO, 2015, p. 5).

A empresa analisada existe desde 2001 e está baseada em uma estrutura familiar na qual seus sócios são parentes consanguíneos e exercem as funções diretivas e administrativas. Ela está localizada no município de Jaboatão dos Guararapes, região metropolitana do Recife.

Bornholdt (2005) traça um paralelo ente a empresa, a família e a sociedade, que são muito pertinentes a este estudo e estão representados no quadro a seguir.

Quadro 1 – Família, sociedade e empresa

Família	Sociedade	Empresa
Relacionamento	Acordo de Acionistas	Lucros e/ou Investimentos
Desenvolvimento Pessoal	Patrimônio	O negócio em si
Conflitos	Retorno	Gestão
Desenvolvimento	Sucessão Profissional	O mercado
Saúde Física e Emocional	A perpetuação	A competência p/ competir

Fonte: Bornholdt (2005)

O sistema familiar e empresarial possuem em comum o desejo de resultados, crescimento, coesão e reconhecimento. Ambos os sistemas almejam o retorno de investimentos, segurança, competitividade e competência profissional, além do interesse comum pelo equilíbrio financeiro, poder, acessibilidade e resultados. Estabelecer uma relação harmoniosa entre todos esses interesses e ao mesmo tempo criar mecanismos saudáveis de competição e execução dos processos entre os elementos da empresa é uma tarefa árdua que exige da parte dos líderes um profundo conhecimento da gestão e dos objetivos gerais da instituição. Isso pode fazer com que esses interesses comuns sejam o carro chefe da organização, buscando o envolvimento de todos nesse processo.

Planejamento estratégico

Para chegar a resultados cada vez mais positivos - passando pelo processo de liderança -, sem perder a criatividade e inovação, urge encontrar formas cada vez mais focadas na obtenção de resultados a pequeno, médio e longo prazo, estabelecendo uma relação de dependência entre eles. Antes de ser encarado como um desafio, a obtenção dos resultados passa a ser uma responsabilidade que envolve a todos. Para que os mesmos sejam atingidos, torna-se indispensável uma mudança de mentalidade por parte dos dirigentes da empresa familiar, pois antes de ser um negócio pessoal, é um negócio coletivo. Para que cada um se sinta corresponsável pela gestão, deve-se buscar parcerias entre todos os envolvidos no processo, não só no âmbito interno, mas também externo. Dessa forma, todos devem estar envolvidos, desde o mais simples colaborador ao cargo mais importante, embora todos tenham sua importância vital no processo.

Processos de avaliação

Torna-se necessário avaliar os liderados para definir seus níveis de maturidade e adequação ao cargo, levando em conta a capacidade e a disposição. Devem ser observados os níveis de confiança, motivação, segurança (dentre outros), e assim poder trabalhar, sabendo das potencialidades e limitações, objetivando o crescimento pessoal de cada um. Estes processos devem ser transparentes, de forma que seus resultados sejam compartilhados, dando aos liderados a oportunidade de autocrescimento, baseado na manutenção dos seus pontos fortes e na melhoria e aperfeiçoamento de seus pontos fracos.

Trabalhar nos processos de avaliação é uma tarefa árdua e exige dos gestores um olhar constante. Na empresa familiar esta tarefa deve ser compartilhada entre todos e o foco deve ser no trabalho em equipe, pois os resultados aparecem à medida que os gestores e os colaboradores visem seu bem estar e a saúde equilibrada da empresa, numa dimensão de resultados sempre positivos. A empresa familiar é caracterizada pela figura do líder geral que centraliza o poder e faz com que tais processos geralmente sejam conduzidos por ele, o que muitas vezes acarreta em decisões que não expressam a verdadeira intenção de todos os envolvidos, podendo atrair insatisfações e insucessos. Focar em uma visão, muitas vezes conturbada, faz com que esses resultados sejam mascarados e distorcidos.

CONFLITOS NA EMPRESA FAMILIAR

Bornholdt (2005) fala em administrar os conflitos dentro da instituição, focando na necessidade da transparência na gestão e na demonstração do desempenho, procurando impor regras que levem a essas concretizações. Esses conflitos ocorrem devido a interesses diversos entre os sócios e que por sua vez refletem nas equipes, muitas vezes integradas ao pensamento e posições dos mandatários, o que leva a mudanças de atitudes e desvios de comportamento.

Os conflitos são absorvidos como esponjas e muitas vezes podem causar rupturas ao longo do processo, o que custa muitas vezes o insucesso do empreendimento familiar ou a queda vertiginosa dos resultados, fazendo com que surjam crises entre os membros da estrutura societária. Isso afeta diretamente os funcionários da instituição, que se sentem atraídos por um ou por outro lado. As discussões e estremecimentos entre os envolvidos no processo fazem com que se esqueçam de pensar na empresa como um conjunto, o que pode gerar perdas irreparáveis.

Especificamente, no que se refere aos padrões de liderança existentes nas empresas familiares, acredita-se que

Existe por parte do gestor familiar uma preferência pelo controlo directo e pessoal. Indica que os objectivos dos proprietários não se limitam aos interesses financeiros (maximização do lucro, dimensão da empresa, entre outros), focando-se este tipo de gestores em aspectos como o controlo da empresa, o estilo de vida e a segurança no trabalho. Estas características implicam que as decisões de investimento ou de distribuição de dividendos sejam mais afectadas pelas relações familiares do que pelas necessidades da empresa. No entanto, se por um lado, a gestão profissional se foca mais nos interesses económicos, o estilo de gestão familiar possui vantagens como o facto de os membros familiares estarem mais dispostos a ajudar financeiramente a empresa, ou, em certos casos, a reputação da família facilitar as relações económicas a estabelecer. (CORREIA, 2003 apud CRUZ, 2013, p. 24).

ESTUDO DE CASO

A pesquisa para observar como a liderança está atuando dentro da instituição revelou que ela é, na maioria das vezes, bem exercida dentro das equipes. Por outro lado, também foi possível observar que ela não é fator preponderante no processo de motivação, pois esta é encontrada mais pelo ambiente de trabalho e pelas condições de crescimento oferecidas. Foi visto também que os líderes tem uma capacidade profissional satisfatória, mas que precisam melhorar no desenvolvimento intelectual e dar uma ênfase maior aos resultados gerais. Outro aspecto que vale ser destacado é com relação à convivência em grupo. Existe um grau de satisfação muito intenso na execução das tarefas e também um clima satisfatório entre as equipes. No final observou-se que, apesar de toda essa satisfação, as oportunidades de

crescimento ainda são citadas como um fator que pode levar a saída dos funcionários para outras empresas.

CONCLUSÃO

Podemos afirmar que a liderança exercida dentro da empresa analisada tem raízes nas suas origens familiares e que, apesar destes líderes ainda precisarem de uma capacitação, os mesmos estão em um processo positivo de construção. Embora, algumas vezes, este processo não seja de todo compreendido pela instituição e por parte de seus colaboradores, existe um caminho que está sendo percorrido. É possível afirmar que há muito ainda a se conquistar, mas os passos estão sendo dados e é perceptível que os resultados estão sendo conquistados.

Os líderes reconhecem a necessidade de capacitação para que as mesmas possam exercer adequadamente o seu papel dentro do conjunto. Os resultados almejados serão alcançados na medida em que gestores, colaboradores e parte societária se enquadrem na busca de um objetivo comum, que passe pelo conhecimento e ordenação das tarefas individuais. As metas só serão alcançadas em sua plenitude se houver um equilíbrio entre os setores. Os gestores devem buscar a cada dia trabalhar em conjunto para que cada um conquiste o sucesso pessoal, profissional e empresarial. Cada colaborador deve ter a sua tarefa sempre bem definida, não esquecendo de que todos fazem parte de um mesmo time e que cada um tem a sua missão dentro deste conjunto chamado empresa.

REFERÊNCIAS

BORNHOLDT, Werner. **Governança na empresa familiar: implementação e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

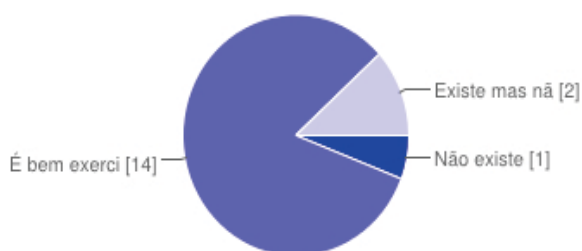
CRUZ, Diogo Miguel Gomes. (Dissertação de mestrado). **Liderança e sucessão nas empresas familiares: um estudo de caso**. 2013. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 2013.

GONÇALVES, Helen Silva; MOTA, Caroline Maria de Miranda. Liderança situacional em gestão de projetos: uma revisão da literatura. **Revista Produção**. João Pessoa: UFPB. vol. 21, n.3, p. 404-416. jul/set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/prod/v21n3/aop_t6_0007_0204.pdf. Acesso em: 20 dez. 2014.

MASTRE, Tania Cristina Maia; BRITTO, Lidiane de Campos. **Liderança e motivação em empresa familiar de pequeno porte.** In: Revista Eletrônica Thesis, São Paulo, ano XII, n. 24, p.1-17, 2º semestre, 2015.

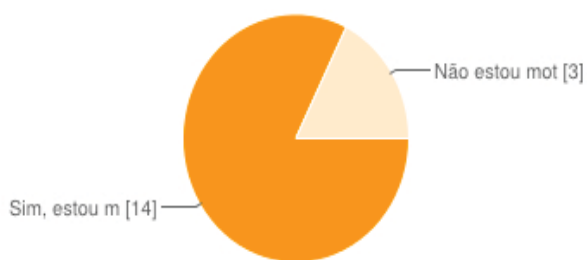
APÊNDICE A – Pesquisa realizada com os colaboradores

1 - Como você observa a liderança na sua equipe de trabalho?



Não existe	1	6%
É bem exercida pelo líder	14	82%
Existe, mas não é exercida adequadamente	2	12%

2 - Você se sente motivado dentro da equipe?

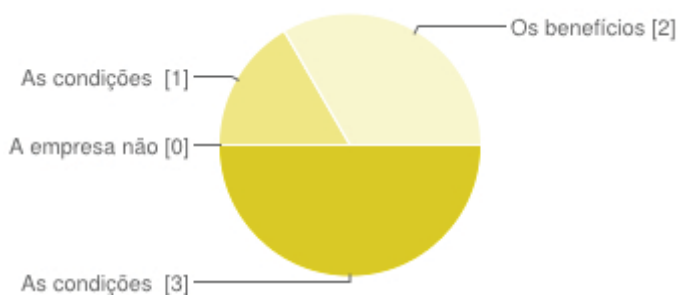


Sim, estou motivado	14	82%
Não estou motivado	3	18%

3 - O que caracteriza sua motivação?

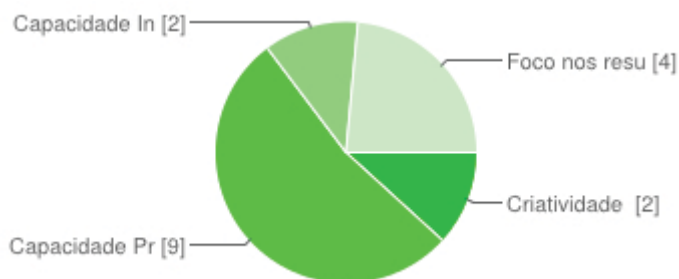
O ótimo ambiente de trabalho	6	35%
As oportunidades de crescimento	7	41%
As condições salariais	0	0%
Os benefícios que a empresa oferece	2	12%
A liderança exercida pelo gestor de equipe	1	6%

4 - Se você não está motivado o que o leva a sentir-se assim?



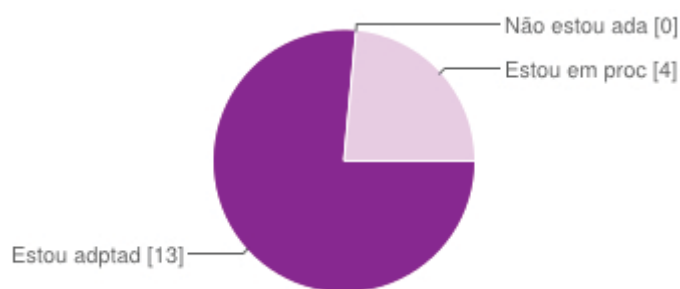
As condições inadequadas de trabalho	3	18%
A empresa não oferece oportunidades	0	0%
As condições salariais são insatisfatórias	1	6%
Os benefícios são escassos ou não existem	2	12%

5 - Qual o fator que mais é observado no seu líder?



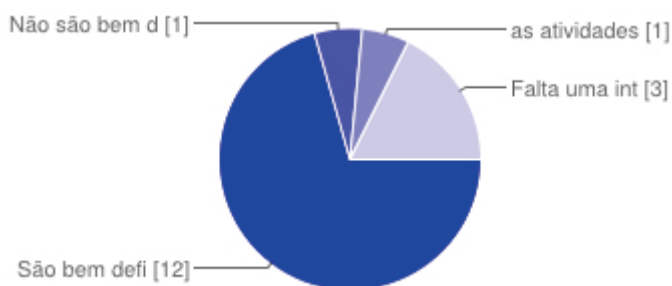
Criatividade e Inovação	2	12%
Capacidade Profissional	9	53%
Capacidade Intelectual	2	12%
Foco nos resultados	4	24%

6 - Como você se vê no conjunto da equipe?



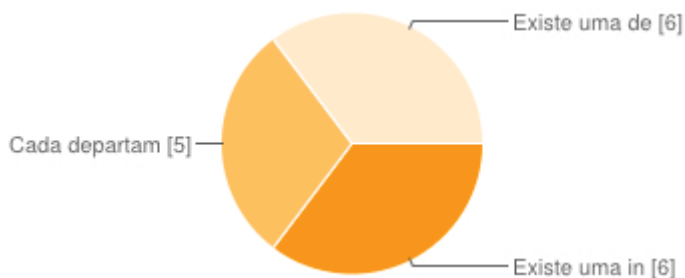
Estou adaptado a minha equipe	13	76%
Não estou adaptado à equipe	0	0%
Estou em processo de adaptação	4	24%

7 - Como você observa as atividades desenvolvidas pela equipe?



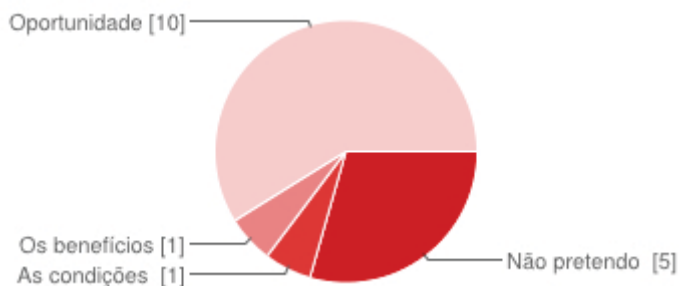
São bem definidas	12	71%
Não são bem definidas	1	6%
As atividades não são bem planejadas	1	6%
Falta uma integração entre as atividades	3	18%

8 - Como você observa os departamentos dentro da empresa?



Existe uma integração entre eles	6	35%
Cada departamento é independente	5	29%
Existe uma dependência entre as atividades	6	35%

9 - O que levaria você a mudar de emprego hoje?



Não pretendo mudar de emprego	5	29%
As condições salariais	1	6%
Os benefícios oferecidos	1	6%
Oportunidades de crescimento	10	59%

UM OLHAR PSICOPEDAGÓGICO NO ENSINO SUPERIOR

Gleydson Rocha de Souza¹

RESUMO

Baseada no papel da universidade e tomando como base a metáfora do universo, na qual a mesma corresponde a uma variedade de sujeitos e saberes, essa pesquisa bibliográfica tem como objetivo mostrar a atuação psicopedagógica dentro desse espaço que é um lugar privilegiado de convivência e conciliação da diversidade e da resistência crítica, promovendo o acolher da pluralidade de perspectivas manifestas, dentro da sua própria definição etimológica de totalidade de universos que remete à convivência da heterogeneidade dos saberes. Com isso, buscou-se dar um olhar psicopedagógico deste universo, ressaltando o papel do pedagogo e do psicólogo frente às demandas existentes, principalmente na assistência acadêmica. Por sua vez, estes profissionais encontram-se trabalhando em conjunto com outros setores, departamentos e escolas de conhecimento, realizando atividades interventivas e atendimento aos docentes, discentes, diretores de cursos e toda comunidade acadêmica, trabalhando em conformidade com o Projeto Político e Pedagógico e com o Projeto Político Institucional, realizando atividades de seleção docente, capacitação de profissionais, elaboração de fóruns e oficinas. Ao final desse estudo pode-se observar a interdisciplinaridade dentre esses dois profissionais que, embora tenham suas especificidades, colaboram entre si para garantir um significativo apoio psicopedagógico dentro dessa esfera infinita que é a universidade.

Palavras-chave: Universidade. Pedagogia. Psicologia. Psicopedagogia.

Data de submissão: 11/03/2019

Data de aprovação: 29/03/2019

INTRODUÇÃO

Diante do papel das universidades frente à sociedade, onde em sua base estão os níveis de ensino, pesquisa e extensão, ressalta-se o seu comprometimento quanto a sua busca diante das inovações metodológicas exigidas perante uma sociedade contemporânea.

Nas universidades, centro da produção de conhecimento, encontram-se vários profissionais comprometidos com o processo de ensino e aprendizagem dos discentes. Além do docente, peça chave nesse processo, há uma gama de técnicos inseridos em departamentos, setores ou divisões de ensino.

¹ Coordenador do NEAD da Faculdade Metropolitana da Grande Recife: gleydsonrocha@hotmail.com

Ao falar no processo de ensino e aprendizagem, devem ser incluídos os Projetos Políticos e Pedagógicos como também os Projetos Políticos Institucionais, além dos Projetos Pedagógicos de cada curso de graduação. Estes documentos irão nortear a prática docente como também o caminho que a universidade, de uma forma planejada e organizada, irá tomar frente às demandas políticas, sociais e pedagógicas.

Perante isso, este artigo terá como tema o papel do pedagogo e do psicólogo frente às demandas da universidade no processo de ensino e aprendizagem, sob uma ótica psicopedagógica, inserida em diferentes contextos da própria universidade.

Assim, serão delimitadas, no discorrer desta prática, as possibilidades de atuações frente à assistência da comunidade acadêmica nos laboratórios, setores ou núcleos de apoio psicopedagógico.

Este artigo busca fazer um levantamento histórico levando até a contemporaneidade o papel do pedagogo e do psicólogo, discorrendo sobre um trabalho integrado entre esses profissionais em uma prática conjunta. Com isso, fez-se necessário discorrer primeiramente sobre a prática e o papel de cada um, em capítulos separados, de forma a percorrer um caminho no qual, ao final, há o encontro dessas duas práticas. Foram utilizadas como metodologia a pesquisa bibliográfica e a prática vivencial dos profissionais no dia-a-dia.

O UNIVERSO

Ao contemplarmos uma imagem do céu, observamos uma gama de estrelas, constelações, galáxias, planetas e percebemos que em uma imagem não cabe o infinito que constitui o universo. A partir dessa constatação podemos fazer uma analogia com o espaço que constitui a universidade.

A universidade corresponde a uma variedade de pessoas, pensamentos, sendo um amplo continente - um universo - da multiplicidade e variedade de conhecimentos. E nesse amplo continente estão alunos, professores, funcionários, atores vivos e individuais que constituem o coletivo espaço do saber. Assim como a escola, a universidade é uma instituição social, conforme Azeredo (2009):

Definir universidade é principiar por estabelecer o lugar privilegiado de convivência e conciliação da diversidade e da resistência crítica, pois a universidade, por um lado, promove e acolhe a multiplicidade de perspectivas manifestas desde a sua própria definição etimológica de totalidade de universos que remete à convivência da heterogeneidade dos saberes. (AZEREDO, 2009, p. 183).

Dentre essa multiplicidade observamos que, além de produtora de conhecimento, a universidade conserva valores e regenera saberes através da geração de novos conhecimentos, tendo como sua maior função a de humanizar o processo de ensino-aprendizagem que é vivo

nesse ambiente. Para Marcovitch (1998, p. 23), “a universidade tem ainda o papel de formar a cidadania. Cabe-lhe, e talvez seja essa a sua principal função, desenvolver a inquietude do ser social”. Assim sendo, a universidade também pode ser considerada como um lugar de resistência crítica, um espaço de movimentações sociais, e porque não dizer, de movimentação política.

Nessa perspectiva é possível observar a heterogeneidade e diferenças que constituem esse espaço. Alunos oriundos de diferentes lugares, diferentes também em raça, religião, crenças e culturas. São pessoas que, oriundas de uma mesma cidade ou região, diferem entre si em suas criações e valores. É nessa colcha de retalhos, constituída também por profissionais diversos, que encontramos a presença de dois atores que permearão o nosso estudo: o psicólogo e o pedagogo. Serão contempladas suas características singulares, suas atuações e implicações nesse universo rico de diversidade e vida. Conforme cita Azeredo (2009, p. 185), eles estão inseridos nesse “mundo social das normas e o mundo subjetivo das vivências que constituem diferença, simultaneamente, universal e singular”.

O PSICÓLOGO

Ao falar em psicologia muitas perguntas podem surgir, dentre elas: o que é psicologia? O que estuda a psicologia? O que ela faz? Quais os espaços onde a psicologia pode se inserir? Pesquisando o significado da palavra psicologia, na sua etimologia, observa-se que ela deriva de *psique* (alma) + *logos* (razão ou conhecimento).

A psicologia, como o estudo da alma humana, tem seu objeto variado ao longo do tempo e sua pré-história confunde-se, em muitos aspectos, com a própria história da filosofia. Neste sentido, os gregos começaram suas especulações achando que o ser humano tinha uma parte imaterial do corpo, de onde derivavam os processos psíquicos, no qual o cérebro era apenas o medianeiro dos mesmos (TELES, 2006).

Tal pensamento foi rompido pelo filósofo René Descartes (1596-1650), com a sua teoria do dualismo psicofísico que, por sua vez, fazia a distinção entre corpo e mente, uma vez que “a mente não tem as características daquilo que é físico e suas atividades são raciocinar, conhecer e querer” (TELES, 2006, p. 10).

Com o nascimento da psicologia como uma ciência autônoma, no ano de 1879, em Leipzig, e com a criação de Wundt do primeiro laboratório dedicado aos estudos psicológicos, a psicologia ganha status devido aos cientistas se dedicarem de forma experimental a essa ciência.

Com isso, no início do século XX, há o aparecimento das escolas psicológicas: Estruturalismo, Funcionalismo, Behaviorismo, Gestaltismo e Psicanálise. A psicologia, neste momento, passa a se preocupar com o homem, diferente de qualquer outra ciência.

Segundo Teles (2006), a psicologia procura compreender o homem e seu comportamento para facilitar a sua convivência com os outros, além das experiências de vida, e os processos mentais, perpassando pela sensação, emoção, percepção, aprendizagem e inteligência.

No Brasil, as ideias psicológicas estão presentes desde o período colonial, sendo encontradas em obras de autores brasileiros consagrados em várias áreas, dentre elas a medicina, moral, teologia, política, arquitetura e outras áreas afins. Observa-se que há uma preocupação quanto à definição de objetos e de alguns métodos do conhecimento psicológico, sendo notadas três ordens principais de fenômenos: a emoção, a sensação e os fatos psicopatológicos.

Nestes escritos encontram-se preocupações de cunho prático, sendo direcionadas para a terapia e para o controle da conduta dos indivíduos, já aplicáveis nas questões educacionais, sendo localizada nestes escritos a prática dos jesuítas, desenvolvida pelos mesmos com os nativos brasileiros.

No Brasil, na época da República Velha, havia a utilização de conhecimentos e práticas consideradas próprias da psicologia, como o uso de testes psicológicos. Neste período a demanda de profissionalização deste segmento aumentava as primeiras preocupações com a formação e o credenciamento de cursos que pudessem realmente preparar esses profissionais (CRUCES, 2006 apud ALMEIDA, 2006).

Embora a psicologia seja uma ciência autônoma, no Brasil, o reconhecimento da profissão se deu apenas no dia 27 de agosto de 1962, tendo como função a utilização de métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de dirigir serviços de psicologia em órgãos públicos, autarquias, paraestatais, de economias mistas e particulares. Também tem a função de ensinar as cadeiras ou disciplinas de psicologia nos vários níveis de ensino, supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos, assessorar tecnicamente órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares, além de realizar perícias e emitir pareceres sobre a matéria de Psicologia (LEI nº 4.119, art. 4º, 1962).

A Psicologia tem se desenvolvido muito, tanto no âmbito da ciência, estudando o comportamento humano e seus processos mentais, como no âmbito profissional, desde a sua regulamentação até os dias atuais, aplicando os métodos e técnicas exclusivas.

Dentre várias abordagens e escolas de conhecimento a psicologia tem, nos últimos anos, se inserido em várias áreas. Antes, apenas conhecida pelo seu modelo clínico, a psicologia tem tomado vários campos de atuação, dentre eles a psicologia ambiental, a psicologia forense, a psicologia social, a psicologia organizacional, a psicologia educacional, a psicologia comunitária, dentre outras. Com isso, a psicologia tem ocupado uma posição mais evidente dentro da sociedade. Antes, os psicólogos tinham sua prática mais pautada em clínicas particulares. Hoje, encontramos os psicólogos inseridos em diversos campos de atuação e estudando os mais diversos problemas urbanos e sociais.

Este trabalho abordará a psicologia nos meios educacionais mais voltados para a prática do psicólogo dentro das universidades, inserido em núcleos de apoio e assistência à comunidade acadêmica.

Segundo o Catálogo Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho (2002), o psicólogo educacional atua realizando pesquisas, diagnósticos e intervenções psicopedagógicas em grupos ou individualmente. Procede ao estudo dos educadores e ao comportamento dos alunos em relação ao sistema educacional, às técnicas de ensino empregadas e àquelas a serem adotadas, baseando-se no conhecimento dos programas de aprendizagem e das diferenças individuais, colaborando no planejamento de currículos escolares e na definição de técnicas de educação mais eficazes, a fim de uma melhor receptividade e aproveitamento dos alunos e a sua auto realização (PORTARIA MINISTERIAL n°. 397, 2002).

O psicólogo educacional se detém ao uso de técnicas psicométricas, avaliação psicológica, precedida pelas ideias de Francis Galton, na Inglaterra; Binet, na França; e James M. Cattell, nos Estados Unidos. Eles identificavam o surgimento e a consolidação de uma psicologia voltada para os processos educativos desenvolvidos no interior da escola. Essas ideias foram exportadas para outros países, dentre eles o Brasil (CORREIA; CAMPOS, 2004 apud YAMAMOTO, 2004).

No Brasil, as raízes da Psicologia Educacional se encontram atreladas aos trabalhos sistematizados dos Padres Jesuítas, tendo por vista a catequização dos índios, em que já se identificava uma produção de interesse psicológico, referente a fatos do cotidiano brasileiro.

Atualmente, a psicologia aplicada à educação passa a figurar como um das áreas pouco procuradas pelos estudantes e profissionais, pois a formação de professores e o planejamento escolar, atividades exercidas pelos psicotécnicos e pelos psicólogos, não são mais tão comuns nos meios escolares e na literatura das áreas pedagógicas e psicológicas

(CRUCES, 2006). Isso se deu pela postura de um modelo clínico aplicado nos ambientes escolares por psicólogos que mantinham um lado mais tradicional da psicologia.

Nas universidades encontramos a psicologia inserida em várias áreas, desde a organizacional, gerenciando setores e departamentos, até em meios de assistência estudantil, frisando os trabalhos psicopedagógicos.

Focalizando nos meios da assistência estudantil, encontramos setores, laboratórios e núcleos de apoio psicológico, realizando trabalhos com toda a comunidade acadêmica de forma sistematizada: discentes, docentes, diretores de cursos, escolas ou departamentos, e por fim com famílias. Estes mesmos atores do processo de ensino e aprendizagem, como também propulsores e mediadores de questões psicológicas, estão ligados à subjetividade humana a todos os envolvidos neste universo nomeado de universidade.

Dentre o trabalho do psicólogo na assistência estudantil está o atendimento individual, a qualquer instância acadêmica, onde são trazidas questões de ordem subjetiva, que busca acolher, aconselhar e orientar essas demandas. O atendimento individual pode ser de forma espontânea ou encaminhada pelos diretores de departamentos ou escolas, com o objetivo de um acompanhamento a questões urgentes ou emergentes dentro dos cursos de graduação.

O psicólogo, dentro da universidade, também tem a possibilidade de trabalhar nos processos de relação entre professores-professores, professores-alunos, professores-diretores, alunos-diretores, enfim, sendo um mediador dos processos de relação interpessoal de toda comunidade acadêmica, podendo ter um foco de trabalho coletivo ou individual.

Em meio a inúmeras atividades que podem ser realizadas, destaca-se a socialização de novos docentes dentro do espaço acadêmico, promovendo atividades de interação e acompanhamento na chegada de novos profissionais, e concomitante a esta atividade, a realização da socialização com os discentes, a fim de possibilitar uma melhor adaptação ao ambiente, muitas vezes diferente dos antigos espaços educacionais frequentados pelos alunos.

No dia a dia da atividade do psicólogo também se faz necessário o levantamento de demandas com os diretores de cursos, docentes e discentes, a fim de propor atividades de intervenção nos cursos de graduação de forma coletiva e eficaz.

Outra atividade a ser realizada é o incentivo, como também o acompanhamento dos representantes de turmas, promovendo oficinas, capacitações e apoio, já que os mesmos, muitas vezes, são uma peça fundamental na mediação entre os alunos e diretores.

A atuação do psicólogo educacional, segundo Correia & Campos (2006), perpassa por uma análise institucional e por uma verificação nos aspectos institucionais, nas relações

entre os componentes, o cotidiano das salas de aula, o cotidiano da instituição, os comportamentos influenciados pelo sistema, o organograma, a relação entre os familiares e a instituição, a fim de ter uma visão geral dos processos subjetivos e intersubjetivos. Com isso, é possível compreender melhor os fenômenos na sua esfera interdisciplinar, com um olhar e uma reflexão crítica e autocrítica, definindo melhor os objetivos.

O psicólogo também pode aliar sua prática à formação de políticas institucionais, dentre elas a política de acessibilidade e inclusão. Como outras atividades, o psicólogo pode ser um consultor da comunidade acadêmica, como também um orientador e professor, promovendo atividades de seleção de pessoal, desenvolvimento organizacional e incentivo às pesquisas.

O PEDAGOGO

Escrever sobre pedagogia é recorrer à multiplicidade. Intitula-se de licenciatura plena, pois abrange uma gama de funções e áreas de atuação que esse profissional pode desenvolver. Primordialmente a pedagogia está aliada com o ensino, a sala de aula e os ambientes que constituem a escola, tendo como seu principal elemento a educação, visando garantir aprendizagens significativas. De acordo com Rogers (1988), a aprendizagem significativa é mais do que uma acumulação de fatos. É uma aprendizagem que provoca uma mudança, quer seja no comportamento do sujeito, na direção futura que propôs ou nas suas ações e personalidade. É uma aprendizagem intensa, que não se restringe a um acréscimo de informações, mas que se adentra intensamente em todos os elementos da sua vivência, sendo então a pedagogia encarada como a teoria e prática da educação. A respeito dessa conceituação do que seria a pedagogia, Libâneo (2001) nos diz que:

Há uma ideia de senso comum, inclusive de muitos pedagogos, de que Pedagogia é o modo como se ensina, o modo de ensinar a matéria, o uso de técnicas de ensino. O pedagógico aí diz respeito ao metodológico, aos procedimentos. Trata-se de uma ideia simplista e reducionista. (LIBÂNEO, 2001, p. 21).

Analisando a citação, pode-se constatar que essa é a realidade de muitos profissionais da educação. O reducionismo para uma atuação que se limita em dar boas aulas ou não, apoiando suas práticas em metodologias sem flexibilidade e inovação, presos a modelos de planos de aulas estanques e repetitivos. Verdadeiramente, a pedagogia se ocupa desses processos metodológicos, mas, além disso, ela está aliada a uma diretriz orientadora da ação educativa. “O pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa” (LIBÂNEO, 2001, p. 22).

O agente dessa ação educativa é o pedagogo, profissional que não deve estar somente associado à dimensão prática e nem somente à dimensão teórica. O mesmo lida com fatos, estruturas, contextos, situações referentes à prática educativa em suas modalidades e manifestações. Para explicar melhor, analisemos a conceituação trazida por Houssaye (1996):

Ele [o pedagogo] deve estar entre os dois. A ligação deve ser ao mesmo tempo permanente e irredutível, porque não pode existir um fosso entre a teoria e prática. É essa abertura que permite a produção pedagógica. Em consequência, o prático em si mesmo não é um pedagogo, é mais um utilizador de elementos, de ideias ou de sistemas pedagógicos. Mas o teórico da educação como tal também não é um pedagogo; pensar o ato pedagógico não basta. Somente será considerado pedagogo aquele que fará surgir um “mais” na e pela articulação teoria-prática na educação. Tal é a caldeira da fabricação pedagógica. (HOUSSAYE, 1996, p. 7)

Portanto, o pedagogo não deve se constituir somente como teórico ou prático, pesquisador ou docente. A identidade do pedagogo é a ação pedagógica, sendo um agente múltiplo, operando na sala de aula, família, meios de comunicação, movimentos sociais e empresas. Nesta análise, o pedagogo é o profissional que articula a emancipação do sujeito em tempos - espaços escolares e não escolares - mensurando uma articulação que debate uma educação voltada aos processos de qualidade educacional. Em se tratando de uma universidade, como se configura a atuação desse profissional?

No início desse artigo tratamos da universidade como um berço de diferenças, como o universo de pessoas e particularidades que juntas compõem o ambiente coletivo de ensino, aprendizagem e relações sociais. Nesse ambiente, o pedagogo atua ativamente na assistência a discentes e docentes.

Quanto aos discentes, as demandas vêm das mais variadas formas, caracterizando-se, principalmente, por alunos com dificuldades de aprendizagem, que precisam construir um cronograma pedagógico bem fundamentado ou de uma escuta individualizada, como também em ações coletivas de esclarecimento e sistematização dos estudos.

No que diz respeito aos docentes, atua ativamente em capacitações pedagógicas, em organizações de fóruns pedagógicos e em apoios individuais em eventuais questões que dizem respeito às metodologias, didática e relacionamento professor-aluno. Colabora também com a direção e o corpo docente da universidade na elaboração de diferentes projetos e reuniões, tendo também um olhar pedagógico no processo seletivo dos docentes, participando de forma que o ingresso desses profissionais contemple as diversas modalidades de aprendizagem esperadas pela instituição.

QUEBRANDO AS DICOTOMIAS

Em se tratando de ciências distintas, cada uma com suas especificidades, a psicologia e a pedagogia, no ambiente universitário, devem estar aliadas a fim de garantir uma ação psicopedagógica efetiva. Vigotsky (2004, p. 9-10), a respeito desses dois campos de atuação, revela que “a pedagogia e a psicologia caminham lado a lado, e de modo algum a primeira foi extraída da segunda. Ambas se equivalem e nenhuma se subordinará a outra”.

Dessa forma ambos profissionais trabalham coletivamente, realizando ações de apoio psicopedagógico, através de atividades de socialização com professores e alunos, levantando as demandas com as direções de cursos, propondo intervenções acerca dessas demandas, realizando capacitações, oficinas e treinamentos pedagógicos, incentivando atividades científicas juntamente com o corpo docente, realizando atividades com representantes de turma e ações de escuta e encaminhamentos de demandas específicas.

A função do psicopedagogo no atendimento psicopedagógico no ensino superior é auxiliar nos processos cognitivos, emocionais, sociais, culturais, orgânicos e pedagógicos do discente, oferecendo suporte, atuando sobre os múltiplos fatores que possam estar interferindo no seu desenvolvimento integral, nas questões ligadas a aprendizagem. Também oferece subsídios para que os docentes trabalhem com os alunos em sala de aula, assumindo transformações necessárias, buscando sempre soluções apropriadas às demandas emergentes.

A psicopedagogia vem, então, contribuir no aspecto que diz respeito à modalidade de aprender e de ensinar, incentivando a autonomia e a subjetividade do aprendiz que constrói seu conhecimento articulando-o à sua prática profissional.

O psicopedagogo trará para o mundo vivencial e experimental do aluno formas criativas para desenvolver questões de autoestima, segurança, criatividade, maior autonomia, habilidade em tomar decisões, flexibilidade no pensamento, maior responsabilidade para a sua própria aprendizagem, fortificando o seu desejo de aprender e objetivando chegar a um resultado convicto que leve o aluno a ter consciência da sua dificuldade e poder transformá-la. Quanto aos docentes, procura-se atuar na conscientização em estarem mais abertos para a prática acadêmica, sensibilizando-os para as novas metodologias e para uma didática fundamentada em uma aprendizagem significativa e uma avaliação contínua e formativa. Através de escutas, tais sujeitos podem trazer em sua subjetividade suas dificuldades que interferem direta ou indiretamente em sua aprendizagem.

Para Portifilho (1995), a psicopedagogia é uma área de investigação mediadora e facilitadora da aprendizagem e do ensino, tendo em vista um todo integrado, ou seja, uma visão interdisciplinar diante da construção do conhecimento. Atuando através dessa ótica,

psicólogos e pedagogos, coletivamente, constroem, em instituições de nível superior, um espaço de reflexão, apoio e escuta de todos os atores que compõe esse universo múltiplo e complexo que é a universidade, não se limitando em observar a dificuldade dos sujeitos e de forma imediata apontar soluções. Atuam de maneira interdisciplinar com o sintoma, através da escuta, respeitando o tempo particular de cada sujeito, interagindo, assim, com os conceitos pedagógicos e psicológicos.

Fagali (2001) ressalta a grande importância da percepção de todos os seres que se relacionam nesses processos e relações existentes na universidade, compartilhando experiências e saberes, o que possibilitará o desenvolvimento de funções de contato, que são facilitadoras e, ao mesmo tempo, desafiantes para desenvolver as que não são tão evidentes.

A BUSCA DE UMA POSTURA INTERDISCIPLINAR

Partindo da perspectiva do funcionamento de um núcleo de apoio psicopedagógico, ter uma postura interdisciplinar é interagir os conceitos pedagógicos e psicológicos desde seus aportes teóricos até a sua práxis, aliando assim os campos de atuação.

Pensar nesses campos de forma interdisciplinar é ter em mente que o sujeito, inserido nessas esferas, torna-se um construtor de conhecimento e do pensamento. Neste contexto, passa a modificar-se, produzindo novas práticas diante da escuta do indivíduo e de suas multifacetadas implicações.

Corroborando com Japiassú (1976), a interdisciplinaridade faz-se mister a intercomunicação entre as partes, de modo que resulte numa modificação entre as mesmas, através de um diálogo compreensível, uma vez que a simples troca de informações não constitui um método interdisciplinar.

Japiassú (1976) indica dois níveis para um trabalho interdisciplinar. O primeiro nível resulta em um estudo do objeto pelos diferentes olhares, requerendo que os profissionais envolvidos passem a ter uma postura convergente no âmbito dos conceitos e dos métodos. Tal atitude inicial, denominada de pluridisciplinar, faz com que cada sujeito comece a entrar em contato e a se apropriar de outra ciência. O segundo nível é a própria interdisciplinaridade, a qual implica em uma integração no olhar, nos conceitos e nos métodos a serem utilizados. Conforme Japiassú (1976, p. 13), a unidade do objeto não se dá de forma a priori nem a posteriori, pois o objeto real não pode ser apreendido como uma máquina que se pode manipular, tampouco depreendê-lo pela organização dos dados, a partir da investigação científica.

A interdisciplinaridade passa a ser um procedimento no qual há integração em um processo onde se quer “horizontalizar a verticalização, para que a visão complexa seja também profunda, e verticalizar a horizontalização, para que a visão profunda seja também complexa” (DEMO, 1998, p. 88). A partir desta citação, define-se a interdisciplinaridade como a arte do aprofundamento com sentido de abrangência, para dar conta, ao mesmo tempo, da particularidade e da complexidade do real.

Sendo então paralela ou relacionada às modificações das estruturas institucionais, às novas relações pedagógicas e a uma nova reflexão sobre as relações universidade-sociedade, a interdisciplinaridade não pode ser vista de maneira isolada. Berger (1972, p. 72), a respeito dessa afirmação, nos diz que

As respostas sejam diversificadas é secundário; o importante é que a análise da atividade interdisciplinar, ou seja, de uma atividade que repousa sobre um conjunto de mudanças (ou de rupturas) de certas fronteiras do saber permite penetrar profundamente no conjunto das transformações da problemática universitária.

Essa prática se torna um conjunto de proposições sobre os fins e as funções da universidade sobre o saber total e não mais seus recortes disciplinares. Constitui-se, portanto, em uma real inovação.

Para uma postura interdisciplinar, psicólogos e pedagogos partem de suas particularidades enquanto ciência, para uma complexidade real e aprofundada frente às demandas emergentes da universidade. Por meio de supervisões e discussões de casos, há um alinhamento na práxis e nos procedimentos a serem direcionados, abrangendo toda comunidade acadêmica.

Japiassú (1976) propõe dois métodos para dar conta da interdisciplinaridade, sendo os mesmos distintos e complementares na prática. O primeiro método volta-se para a orientação de empreendimentos humanos e da história, e que se aplica à procura de um objeto comum aos vários conhecimentos, culminando com a prática, nomeado de Método de Tarefa. O segundo método faz menção à reflexão sobre os saberes já constituídos e cujo objetivo é estabelecer juízo e discernimento, sendo então o Método da Reflexão Interdisciplinar. Deve haver, portanto, conforme cita Pimenta (2005, p. 28): “a criação de uma linguagem interdisciplinar, um reconhecimento de que a universidade só será um espaço científico virado para o futuro quando for também um espaço de cultura e um espaço estético e ético”.

Nesse sentido, a prática interdisciplinar entre o psicólogo e o pedagogo tem uma dimensão pragmática de colaboração e organização de trabalho baseados na integração e na organização dos saberes. A universidade é um espaço de construção, favorecendo as

condições para a promoção da interdisciplinaridade, para a difusão dos seus impactos no ensino-aprendizagem, na mudança do ser e estar docente e discente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto neste artigo e levando em consideração um olhar interdisciplinar, embora focado num trabalho inicialmente separado, a concatenação das ideias faz pensar num contexto interdisciplinar tão defendido pelos conceitos de Japiassú (1976), ratificando a necessidade de um profissional especializado, com olhar diferenciado, diante deste universo chamado universidade. O psicopedagogo se encontra neste processo multifacetado, pois o mesmo pode integrar os fenômenos psicológicos e pedagógicos em prol do melhor processo de ensino e aprendizagem.

O psicopedagogo no ensino superior dá aos profissionais e estudantes a oportunidade da ampliação dos processos de ensinar e aprender, principalmente porque possibilita a maior autonomia dos mesmos, levando em consideração que ainda estamos na prevalência de um ensino tradicional.

Neste contexto, a psicopedagogia tem um papel primordial, possibilitando a abertura para outros métodos de ensino, outras metodologias, hoje já conhecidas como ativas e participativas, e desta forma chegar ao seu real objetivo que é a aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Francesca Conte (org.). **Psicologia escolar: ética e competência na formação e atuação profissional**. Campinas: Editora Alínea, 2006.

BERGER, G. Opinions ET Réalités. *In: L'interdisciplinarité: Problèmes d'Enseignement et de Recherche dans les Universités*. Paris: CERI/OCDE, 1973.

BRASIL. **LEI nº 4.119**. art. 4º, 1962. Disponível em: www.portalsaude.net/4119_1962.htm. Acesso em: 23 jul. 2010.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº. 397/2002**. Disponível em: www.mtecbo.gov.br. Acesso em: 23 jul. 2010.

DEMO, Pedro. **Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FAGALI, E.Q. (Org.). **Múltiplas faces do aprender. Novos paradigmas da pós-modernidade**. 2. ed. São Paulo: Editoras Unidas, 2001.

HOUSSAYE, Jean. **Pédagogues contemporains**. Paris: Armand Colin, 1996.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 4. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

MARCOVITCH, Jacques. **A universidade (im)possível**. São Paulo: Futura, 1998.

PIMENTA, Carlos. **Interdisciplinaridade e Universidade: tópicos de interpretação e acção**. 2005. Disponível em: www.fep.up.pt/docentes/cpimenta. Acesso em: 12 dez. 2010.

PORTIFILHO, E. M. L. **A psicopedagogia na Universidade: possibilidades de reflexão e atuação – proposta de institucionalização**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica. Paraná, 1995.

ROGERS, Carl. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

TELES, Maria Luíza S. **O que é psicologia?**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

VIGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes; 2004.

YAMAMOTO, Oswaldo H.; NETO, Antônio Cabral. **O psicólogo e a escola: uma introdução ao estudo da psicologia escolar**. 2. ed. Natal/RN, EDUFRRN, 2004.

NICOLESCU, B. **Manifesto da Transdisciplinaridade**. São Paulo: Trion, 1999.

FRATURA DE ESCAFOIDE: UM ESTUDO DE CASO

Maria Aparecida Gomes da Silva¹

RESUMO

A Fisioterapia é uma ciência tão antiga quanto o homem e surgiu com as primeiras tentativas de nossos ancestrais em amenizar as dores. A utilização dos conceitos vistos nas aulas teóricas e práticas do curso de fisioterapia foi bastante relevante para traçar objetivos e condutas de acordo com a patologia dos pacientes, colocando em prática as técnicas com os mais variados recursos aprendidos nas salas de aula e laboratórios. O presente trabalho aborda o caso de um paciente que procurou o atendimento da Clínica-Escola de Fisioterapia da Faculdade Metropolitana da Grande Recife.

Palavras-chave: Fisioterapia. Fratura. Escafoide. Tratamento.

Data de submissão: 06/02/2019

Data de aprovação: 28/02/2019

INTRODUÇÃO

Segundo o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, conforme resolução número 80 de 09 de maio de 1987, a Fisioterapia é uma ciência aplicada cujo objeto de estudos é o movimento humano, em todas as suas formas de expressão e potencialidades, quer nas suas alterações patológicas, quer nas suas repercussões psíquicas e orgânicas, com objetivos de preservar, manter, desenvolver ou restaurar a integridade de órgãos, sistema ou função (COFFITO, 1987). Para alcançar os fins e objetivos propostos, utiliza recursos físicos e naturais, de ação isolada ou conjunta com a eletroterapia, crioterapia, termoterapia, hidroterapia, fototerapia, mecanoterapia e cinesioterapia. É uma ciência tão antiga quanto o homem. Ela surgiu com as primeiras tentativas dos ancestrais de diminuir uma dor esfregando o local dolorido.

Segundo texto de apresentação do portal do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de São Paulo, a Fisioterapia, como profissão, nasceu em meados do

¹ Aluna do curso de Fisioterapia da Faculdade Metropolitana da Grande Recife: maria16silva10@gmail.com

século XX, quando as duas guerras mundiais causaram um grande número de lesões e ferimentos graves que necessitavam de uma abordagem de reabilitação para reinserir as pessoas afetadas novamente em uma vida ativa. Inicialmente executada por voluntários nos campos de batalha, a Fisioterapia acompanhou as grandes mudanças e transformações do século XX e os profissionais que a desempenhavam souberam agregar novas descobertas e técnicas às suas práticas, sofisticando e desenvolvendo uma ciência própria e um campo específico de atuação, independente das outras áreas da saúde. Ainda uma ciência em construção, os paradigmas da profissão se encontram abertos e em franca evolução, sempre em busca de mais conhecimento científico, revertendo-o em prol da comunidade (CREFITO, 2018).

No Brasil, a Fisioterapia iniciou-se dentro da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, em 1929, mas foi só em 1951 que foi criado o primeiro curso para formação de fisioterapeutas, na época denominados cursos técnicos, com duração de um ano. Em 1959 foi criada a Associação Brasileira de Fisioterapeutas (ABF) que se filiou a WCPT (World Confederation for Physical Therapy), cujo objetivo era buscar o amparo técnico-científico e sociocultural para o desenvolvimento da profissão (MARQUES; SANCHES, 1994). Somente no dia 13 de outubro de 1969 a profissão adquiriu seus direitos, por meio do Decreto-lei nº 938/69, no qual a Fisioterapia foi reconhecida como um curso de nível superior e definitivamente regulamentado.

A FERRAMENTA

A utilização dos conceitos vistos nas aulas teóricas e práticas do curso de Fisioterapia foi bastante relevante para traçar objetivos e condutas de acordo com a patologia dos pacientes. Foi possível colocar em prática as técnicas com os mais variados recursos aprendidos nas salas de aula e laboratórios, assim como a importância de aprender principalmente a anatomia e fisiologia do corpo humano.

A Fisioterapia ocupa hoje um lugar de destaque entre as inúmeras profissões da área de saúde. Poucas tiveram um desenvolvimento tão rápido e significativo nos últimos dez anos. A Fisioterapia ganhou espaço em empresas privadas, associações esportivas, centros de saúde, clínicas particulares, e principalmente em hospitais, onde o fisioterapeuta mantinha-se timidamente circunscrito a situações bem menos complexas do que as atualmente desenvolvidas. Tais profissionais passaram a ser reconhecidos em sua relevância, tornando-se presença obrigatória no atendimento hospitalar, de todas as especialidades clínicas e

cirúrgicas, além dos serviços de urgência e de terapia intensiva, minimizando, sobremaneira, as complicações decorrentes dos longos períodos de internação.

CASO CLÍNICO

Dentre as diversas patologias abordadas na teoria, prática e estágio supervisionado, há o caso do paciente J. A. C. A. de 67 anos, do sexo masculino. O mesmo chegou à clínica- escola dia 5 de fevereiro 2018 com fratura de escafoide. Desde jovem o paciente sofreu uma lesão, mas não foi diagnosticado inicialmente, agravando seu quadro. O paciente tinha períodos de remissão e dor e no dia 24/12/2018 iniciou-se uma crise álgica persistente. Os exames de raios-X apresentaram fratura do osso escafoide e artrose radio carpal. Foi observado edema em dorso e face lateral do punho esquerdo. Observou-se também limitação de flexão/extensão de punho e flexão de polegar, além de redução da amplitude na supinação do punho esquerdo.

Anatomia

O Escafoide é um osso localizado no punho, em uma região denominada carpo. O carpo possui 8 ossos e é organizado em duas fileiras de 4 ossos: Escafoide, Semilunar, Piramidal e Pisiforme (fileira proximal); Trapézio, Trapezoide, Capitato e Hamato (fileira distal). Os ossos da fileira proximal articulam-se com o Radio, formando a articulação Radio-Cárpica, responsável pela maior parte da amplitude dos movimentos realizados no punho. Entre as duas fileiras (proximal e distal) destaca-se a articulação Médio-Cárpica, e entre a fileira distal e os metacarpos observamos as articulações Carpo-Metacárpicas (GOZZI, 2016).

Mecanismo da fratura

A fratura do escafoide representa cerca de 60% das fraturas do carpo, sendo, portanto, uma fratura de punho relativamente comum. Ela ocorre geralmente quando a pessoa sofre uma queda com as mãos espalmadas e o peso do corpo sobre o punho leva à fratura do escafoide ou do radio. Quando ocorre fratura de escafoide a pessoa sente dores na tabaqueira anatômica durante a movimentação de punho e polegar, acompanhada de edema na região e eventualmente equimose depois de alguns dias. A maior parte dos ossos do carpo costuma consolidar-se em cerca de 4 a 8 semanas (1 a 2 meses), porém o escafoide demora cerca de 12 semanas (3 meses) se não houver nenhuma complicação em seu processo de consolidação. Mas por que o escafoide demora tanto para consolidar? A resposta para isso é a dificuldade de circulação sanguínea deste osso (GOZZI, 2016).

Protocolo/Tratamento Fisioterapêutico

- | | |
|----------------------------------|---|
| ✓ Reduzir dor; | Mobilização de metacarpos e punho; |
| ✓ Ganhar ADM; | Movimentos de prono para supino; |
| ✓ Melhorar mobilidade articular; | Exercício ativo de flexão/extensão; |
| ✓ Melhorar força muscular (FM); | Exercícios de oponência; |
| ✓ Melhorar qualidade de vida; | Exercício ativo de desvio ulnar e radial. |

Relato do paciente

O paciente se queixava de perda de força ao segurar objetos com a mão lesionada. Ele chegava a derrubar os copos quando estavam cheios de água. Havia muitas dores, inchaço e dificuldade para dirigir, principalmente para realizar supinação e pronação no volante. Após algumas sessões, o paciente relatou melhora na amplitude de movimento da mão e do punho com redução de inchaço. Não houve mais relatos de dor, e sim uma melhora significativa na força, conseguindo agora pegar qualquer objeto com a mão lesionada e sem dificuldades para dirigir veículos.

REFERÊNCIAS

- COFFITO. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. **Resolução 80**, de 09/05/1987. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=2838>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- CREFITO. Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional 3. São Paulo. Disponível em: <http://www.crefito3.org.br/dsn/fisioterapia.asp>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- GOZZI, R. **Anatomia fácil**. São Paulo: 2016. Disponível em: <http://anatomiafacil.com.br/>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- LIPPERT, L. S. **Cinesiologia clínica e anatomia**. 5. ed, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- MARQUES, A. P.; SANCHES, E. L. **Origem e evolução da fisioterapia: aspectos históricos e legais**. Revista de Fisioterapia da Universidade de São Paulo. 1(1): 5-10, jul./dez. 1994.

MARMITA VEGANA: UM CASO DE EMPREENDEDORISMO EM PERNAMBUCO

Vitória Regina de Souza Braga¹

RESUMO

A alimentação é uma das atividades mais importantes para as pessoas, e a gastronomia, ao longo dos anos, tem crescido cada vez mais em razão da maior visibilidade nas mídias. Sabendo que a alimentação vegana pretende promover mudanças significativas ao substituir carnes e seus derivados por produtos de origem vegetal, a empresa Marmita Vegana surgiu no mercado como um *delivery* de comida vegana congelada com várias opções de pratos.

Palavras-chave: Gastronomia. Comida vegana. Empreendedorismo.

Data de submissão: 13/02/2019

Data de aprovação: 27/02/2019

INTRODUÇÃO

A alimentação é uma das atividades mais importantes para as pessoas, tanto por razões biológicas quanto por envolver aspectos econômicos, sociais e culturais para a evolução da sociedade.

A gastronomia, ao longo dos anos, tem crescido cada vez mais em razão da maior visibilidade dada pelos programas de televisão, conteúdo na internet e pela diversificação do mercado.

A alimentação vegana pretende promover mudanças significativas ao substituir carnes e seus derivados por produtos de origem vegetal, cereais, grãos, entre outros. Essas mudanças visam a frear o aquecimento global, economizar água e salvar inúmeras vidas.

O mercado, para esse tipo de alimentação, está crescendo bastante atualmente e já oferece dezenas de produtos, entre eles: carnes e leites vegetais, queijos, hambúrgueres, coxinhas, etc. Foi pensando em todos estes fatores que surgiu a empresa Marmita Vegana. Um *delivery* de comida vegana congelada que busca levar às pessoas que aderiram ou que possuem curiosidade sobre este estilo de vida, pratos saborosos, cem por cento naturais, com valor nutricional balanceado e preço acessível.

Para que isto fosse possível, o conhecimento adquirido nas aulas de gastronomia da Faculdade Metropolitana foi muito importante. Tal conhecimento contribuiu para a padronização dos pratos, utilizando técnicas de cortes, cocção, entre outros, bem como na elaboração do cardápio específico para este tipo de restrição. As fichas técnicas foram importantes para garantir o desperdício mínimo na compra dos insumos e controle dos preços.

¹ Aluna do curso de Gastronomia da Faculdade Metropolitana da Grande Recife: vitoriarsbraga@gmail.com

A FERRAMENTA

A utilização dos conceitos vistos nas aulas teóricas do curso de gastronomia foi bastante relevante para a criação da Marmita Vegana.

Foi possível colocar em prática as técnicas de cortes e cocção aprendidas nas aulas de habilidades e técnicas culinárias, assim como a importância da utilização dos agentes aromáticos, ervas e especiarias.

É importante padronizar os cortes de vegetais para que no processo de cocção a liberação de sabores e nutrientes aconteça de maneira uniforme.

Segundo Kövesi *et al* (2007), para interpretar e executar corretamente uma receita é preciso conhecer os tipos de cortes clássicos. Ao criar uma receita, o mais importante é ter em mente o porquê de usar esse ou aquele corte. Deve-se considerar não apenas a perfeição das medidas, mas também a uniformidade dos cortes, o melhor aproveitamento do alimento e qual será sua aplicação.

Os métodos de cocção também foram parte de um aprendizado relevante para a criação da empresa, uma vez que possibilitaram o entendimento de que, utilizadas essas técnicas de maneira correta, os alimentos podem ser apresentados de diversas texturas e sabores diferentes.

A utilização correta dos agentes aromáticos, ervas e especiarias também influenciam na busca por sabores variados. Isso é importante devido às restrições desse tipo de alimentação, tornando-a mais atrativa ao consumidor.

Outro conhecimento importante que foi adquirido está relacionado à elaboração do cardápio e das fichas técnicas das receitas. O Cardápio é fundamental para este tipo de atividade, pois é a partir dele que iremos verificar os insumos necessários, bem como a mão de obra utilizada. Um bom planejamento é essencial para o sucesso desta operação.

No que se refere à criação das fichas técnicas das receitas, foi de grande valia perceber que essa documentação é a mais importante e viabiliza o sucesso das preparações, uma vez que podemos saber exatamente a quantidade dos insumos que serão utilizados, minimizando assim o desperdício e facilitando a reprodução das receitas, visto que todas as informações necessárias estarão à disposição de todos.

Para Silva (2001), pode-se desenvolver a ficha técnica para gestores de serviços comerciais, que será mais simplificada, uma vez que tem por finalidade ser um instrumento de gestão de custos.

A importância se dá quando aprendemos que a padronização consegue garantir a qualidade do produto com o mínimo custo possível.

IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Foi verificado que o mercado de alimentação está passando por várias mudanças. As pessoas estão mais conscientes com o seu papel de consumidor, percebendo os impactos que suas escolhas acarretam ao meio ambiente.

Diante deste cenário, a alimentação vegetariana e vegana vêm tendo um crescimento considerável. Entretanto, a oferta destes produtos ainda é limitada na Grande Recife. Há poucas lojas, produtos e restaurantes voltados para este tipo de consumidor.

Considerou-se também o estilo de vida do consumidor que possui tempo limitado para realizar as refeições, devido ao ritmo forte de trabalho. Tal fato faz com que este consumidor acabe dando preferência para uma alimentação mais prática e fácil.

Diante disto, percebeu-se a necessidade de criar uma empresa que fornecesse uma alimentação cem por cento natural e artesanal, sem agrotóxicos, sem proteína animal, com um preço acessível e que atendesse as pessoas adeptas a este estilo de vida. Assim surgiu a Marmita Vegana.

A METODOLOGIA UTILIZADA

Primeiramente, após a identificação da necessidade deste tipo de serviço, foi pensado o cardápio, levando em consideração os insumos da estação, pois, além de serem mais fáceis de encontrar, o custo também seria menor.

Após o planejamento do cardápio veio a etapa de elaboração das receitas e a criação das fichas técnicas. Estes passos foram importantes para ajustar o sabor e a consistência dos pratos que seriam fornecidos.

Logo em seguida, iniciou-se o planejamento de como as entregas seriam feitas, assim como a divulgação e a forma de comunicação com os clientes potenciais. Após a definição de todos esses pontos foi possível, enfim, começar a fornecer os produtos da Marmita Vegana.

A PROPOSTA IMPLANTADA

Com apenas dois meses em funcionamento, a Marmita Vegana ainda está “engatinhando” no mercado, contando somente com dois colaboradores que trabalham diretamente na operação. Um deles é responsável pela criação e elaboração das receitas, compra de insumos e atividades relacionadas à produção. O outro é responsável pelo marketing da empresa, comunicação direta com os clientes e entrega dos produtos.

No cardápio são oferecidos quatro tipos de pratos, todos veganos e vegetarianos:

- 1) O carro chefe é o “pf”, composto por arroz integral, feijão, legumes grelhados e hambúrguer de quinoa com abobrinha;
- 2) Massa fina com molho à bolonhesa de soja;
- 3) Ensopado do mar vegano com arroz branco;
- 4) Panquecas recheadas de soja com champignon, cobertas de molho de tomate.

As porções variam de 300 a 400 gramas e os pedidos são feitos através de mensagens no celular. O pedido mínimo é de três pratos e as entregas são feitas em dois dias da semana: na segunda e na quinta-feira.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

O conhecimento teórico teve um papel fundamental para o surgimento da Marmita Vegana. Ele possibilitou um planejamento mais correto para que fosse colocado em prática o desejo de levar uma comida cem por cento natural, sem proteína animal, com muito sabor e nutrientes para as pessoas.

A empresa profissionalizou as compras, adquirindo apenas os insumos necessários para as preparações, evitando o desperdício e podendo praticar um preço justo e acessível para todos.

Esse é apenas o começo dessa empreitada. Ávidos por novos conhecimentos, os colaboradores da Marmita Vegana intencionam melhorar, cada vez mais, seu mix de produtos, contribuindo para um mundo cada vez melhor.

REFERÊNCIAS

KÖVESI, Betty *et al.* **400g - Técnicas de cozinha**. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 2007.

SILVA, S. M. C. S.; BERNARDES, S. M. **Cardápio - guia prático para a elaboração**. São Paulo: Editora Atheneu/ Centro Universitário São Camilo, 2001.

TENDINOPATIA DO OMBRO: UM ESTUDO DE CASO

Bárbara Beatryz Santiago de Oliveira¹

RESUMO

A vida acadêmica constitui-se em importante instrumento para os discentes, pois os conhecimentos adquiridos e a integração dos nossos atos, enquanto alunos/estagiários, refletirão na realidade social, econômica e na área profissional. A fisioterapia, através de seus métodos e técnicas de prevenção e tratamento, realizará no membro acometido técnicas que promovam analgesias, estimulação elétrica transcutânea, mobilização ativa assistida e mobilização passiva, realizadas de forma que previna a fase de congelamento total do ombro, ou seja, que limite todos os graus de liberdade de movimento do membro.

Palavras-chave: Fisioterapia. Tendinopatia. Tratamento.

Data de submissão: 08/02/2019

Data de aprovação: 27/02/2019

INTRODUÇÃO

Iniciadas as teorias das diversas disciplinas mostradas em sala de aula pelos nossos docentes na instituição, passamos para o estágio das práticas, ou seja, aquele em que botamos realmente a mão na massa. Nesta fase, montamos nossas condutas e objetivos para serem aplicados em nossos pacientes. Executamos tudo sob a supervisão dos nossos superiores, obtendo *feedback* diariamente sobre as diversas patologias já vistas e as que estamos tendo o primeiro contato.

No primeiro semestre de 2018 nossa turma encontrava-se na reta final do curso de Fisioterapia. Além de o tempo ser bastante corrido, tivemos um momento de transição entre os conhecimentos adquiridos na faculdade e a imersão no mercado de trabalho onde nossas decisões e atitudes foram ponderadas.

A motivação é o objetivo primordial em relação aos estágios supervisionados, pois visam fortalecer a relação de todos os conteúdos abordados durante a jornada acadêmica e baseiam-se no princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências profissionais implica em utilizar conhecimentos adquiridos, seja na vida acadêmica ou na pessoal, destacando a experiência obtida em diferentes campos de atuação, tanto ambulatorial quanto hospitalar.

Sendo assim, a vida acadêmica constitui-se em importante instrumento para os discentes, pois os conhecimentos adquiridos e a integração dos nossos atos, enquanto alunos/estagiários,

¹ Aluna do curso de Fisioterapia da Faculdade Metropolitana da Grande Recife: barbarabeatriz13@gmail.com

refletirão na realidade social, econômica e na área profissional. É de suma importância ter o zelo pelo nosso trabalho, mantendo o respeito com os demais colegas de ofício e pacientes, seguindo as normas gerais que são instituídas em nossa área.

Como requisito do Estágio Supervisionado I, recebemos a orientação para apresentar um caso clínico. A tendinopatia do ombro foi o tema escolhido para este trabalho.

A FERRAMENTA

Para melhor compreensão do que seria uma tendinopatia do ombro, precisamos ter o conhecimento e entender a sua definição e de todo conjunto que envolve essa região. O ombro apresenta uma articulação sinovial do tipo esferoide que é responsável pela execução da maior parte do movimento e posicionamento do membro superior, não apenas de uma articulação, mas sim de um conjunto articular funcional que trabalha sincronicamente, permitindo grandes amplitudes.

Segundo os estudos de Lippert (2003) & Ejnismann (2008), a bursite do ombro é uma inflamação da bursa, constituída por um tecido responsável em diminuir o atrito entre um tendão e uma estrutura óssea. Já a capsulite adesiva ocorre na cápsula articular da cavidade glenóide, gerando um processo de perda progressiva e indolor do arco de movimento (ADM). Destacam-se entre os principais fatores: trauma agudo, movimentos repetitivos, osteoartrite e gota.

Conforme Serra (2001), a sintomatologia descrita pelos pacientes apresenta dor local, edema associado ao aumento de temperatura na região e restrição dos movimentos articulares escapulo-umeral (como por exemplo: abdução e rotação).

A incidência ocorre entre 3 a 5 por cento do total da população, prevalecendo o sexo feminino. Pode surgir em ambos os ombros ao mesmo tempo ou em um só, de cada vez, sendo mais frequente na faixa etária entre 40 e 60 anos (WEINSTEIN; BUCKWALTER, 2000).

Nesse contexto, é possível visualizar um déficit nas atividades diárias desse indivíduo, ocasionado pelo desenvolvimento dessa patologia. Há a necessidade de o paciente ser encaminhado e começar seu tratamento na fisioterapia. Os métodos de avaliação devem estar baseados nos protocolos estruturados de acordo com a dificuldade do paciente, além dos aspectos psicossocial, fisiológico e ambiental.

Em um dos estudos pesquisados, foi possível verificar a presença de dor irradiada e o sofrimento gerado pelo quadro de inflamação. Como já citado, a restrição de movimentos para uns pode não comprometer as atividades mais simples; para outros, a restrição parece uma verdadeira batalha, pois muitos não conseguem mais realizar, de forma independente, atividades corriqueiras como vestir um casaco, atacar o sutiã, pentear os cabelos, segurar-se no metrô ou no ônibus.

A fisioterapia, através de seus métodos e técnicas de prevenção e tratamento, realizará no membro acometido técnicas que promovam analgesias, tais como aplicação de gelo (crioterapia), estimulação elétrica transcutânea, mobilização ativa assistida e mobilização passiva, realizadas de forma que previna a fase de congelamento total do ombro, ou seja, que limite todos os graus de liberdade de movimento do membro.

Vale salientar que a maioria dos casos de capsulite adesiva do ombro (CAO) são frequentemente encontrados em fase crônica de congelamento, com limitação total do membro nas funções principais, abdução, rotação interna e externa. Nestes casos é necessária a utilização de outras técnicas para realização do tratamento a fim de se promover benefícios positivos para o paciente (GODINHO, 2000).

IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

O caso clínico identificado foi da paciente M. A. D. S. com 60 anos de idade e do sexo feminino. Ela chegou à Clínica Escola da Faculdade Metropolitana no dia 06 de fevereiro de 2018 com diagnóstico de bursite do ombro esquerdo, evoluindo para uma capsulite adesiva. Há três anos a paciente começou a sentir dor e realizou uma ultrassonografia (USG) na qual foi evidenciada fibrose no manguito rotador, bursite leve e alterações degenerativas acrômio-clavicular.

Diante do seu quadro clínico, foi observado que a mesma apresentava dor à palpação, hipotrofia do músculo deltoide, assimetria dos ombros, cabeça inclinada à direita, redução da cintura escapular à esquerda, dor ao realizar rotação interna (RI) e externa (RE) de ombro e abdução. Medido seu grau de força dos flexores (4), extensores (3), RI/RE (3) e abdução (3), pôde-se verificar através de testes específicos o grau de funcionalidade e inflamação do respectivo ombro acometido.

Com resultados positivos, foram realizados os seguintes testes: a) Teste de Apley, que avalia a função da mobilidade da cintura escapular; b) Teste de Neer, direcionado para avaliar o impacto subacromial, ou seja, o quanto da flexão de ombro o paciente consegue executar tendo uma resistência imposta pelo terapeuta; c) Teste de Jobe, que avalia afecções do tendão supra-espinhal. Foi obtida resposta negativa no Teste de Yergason que avalia a inflamação do tendão do bíceps ou tendinite (CIPRIANO, J. J, 2012; MAEDA, 2009).

A METODOLOGIA UTILIZADA

Após a identificação das necessidades e dificuldades que essa paciente apresentava, foi buscado e proposto, como protocolo de tratamento fisioterapêutico, reduzir a dor, ganhar ADM (ombro esquerdo), melhorar a mobilidade articular, melhorar a força muscular (FM) e melhorar a qualidade de vida. Quanto às condutas a serem aplicadas foram adotadas: alongamentos (MMSS, cervical), mobilização (cervical, escapular, gleno-umeral), tração, cinesioterapia, eletroterapia, exercícios de fortalecimento e exercícios pendulares.

A PROPOSTA IMPLANTADA

Ao completar 20 sessões de fisioterapia foi feita uma reavaliação com bastante cautela e descrição minuciosa. Pudemos observar que a paciente, a partir da sétima sessão, já apresentava melhora em seu quadro clínico. As queixas de dores estavam ausentes e a mesma podia agora realizar suas atividades do dia a dia (pentear o cabelo, pegar objetos acima do

nível da cabeça, segurar-se em metrô/ônibus). A amplitude de movimento e mobilidade articular foi recuperada. As condutas foram bem aplicadas de acordo com a anamnese, o limiar e dentro dos padrões em que a paciente se encontrava. As sessões de fisioterapia foram encerradas no dia 04 de abril de 2018.

AValiação dos Resultados

Pode-se concluir que o Estágio Supervisionado é uma ferramenta de aprimoramento para a formação acadêmica e profissional, pois propicia os exercícios de procedimentos e técnicas mais comuns na atuação do fisioterapeuta. Foram obtidos resultados na melhora do quadro clínico de cada paciente através dos recursos da terapia manual, da cinesioterapia e dos recursos de eletroterapia, reforçando o aprendizado fornecido pela graduação. Vale destacar que o aluno-estagiário deve exercer funções compatíveis com o seu nível de qualificação no decorrer de sua formação como profissional da área de saúde.

REFERÊNCIAS

- CIPRIANO, J. J. **Manual fotográfico de testes ortopédicos e neurológicos**. São Paulo: Artmed, 2012.
- EJNISMANN, B.; MONTEIRO, G. C.; UYEDA, L. F. **Ombro doloroso**. Einstein, v. 1, n. 6, p. 133-137, 2008.
- GODINHO, G. G.; SAMPAIO, T. C. **Capsulite adesiva: tratamento conservador**. Rio de Janeiro: Clínica Ortopédica, 2000.
- LIPPERT, L. S. **Cinesiologia clínica para fisioterapeutas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- MAEDA, E. Y. *et al.* **O ombro em uma linha de produção: estudo clínico e ultrassonográfico**. Revista Brasileira de Reumatologia, v. 49, n. 4, p. 375-386, 2009.
- SERRA, M.; DIAS, J.; CARRIL, M. **Fisioterapia em traumatologia, ortopedia e reumatologia**. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.
- WEINSTEIN, S. L.; BUCKWALTER, J. A. **Ortopedia de Turek: princípios e sua aplicação**. São Paulo: Manole, 2000.